

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE ESTÁGIOS

PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE UMA COOPERATIVA DE ECONOMIA E
CRÉDITO MÚTUO PARA OS SERVIDORES DA POLÍCIA MILITAR DE
SANTA CATARINA

HÉLCIO CARLOS CORRÊA

JUNHO/2000

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE ESTÁGIOS

**PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE UMA COOPERATIVA DE ECONOMIA E
CRÉDITO MÚTUO PARA OS SERVIDORES DA POLÍCIA MILITAR DE
SANTA CATARINA**

**Monografia apresentada como requisito
parcial para a conclusão do Curso de Ciências
da Administração, sob orientação do
Professor MSc. Luiz Salgado Klaes.**

Hélcio Carlos Corrêa

JUNHO/2000

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE ESTÁGIOS

FOLHA DE NOTAS

Esta monografia foi julgada adequada para obtenção do Título de Bacharel em Ciências da Administração, e aprovada em sua forma final pelo Curso de Ciências da Administração da Universidade Federal de Santa Catarina.

APRESENTADO À COMISSÃO EXAMINADORA INTEGRADA PELOS
PROFESSORES:



Professor Luiz Salgado Klaes
Presidente

Professor Sinésio Stefano Dubiela Ostroski
Membro



Major PM Rogério Martins
Membro

AGRADECIMENTO

Agradeço a Deus, mais esta oportunidade, sob o manto de sua proteção, desde do início da caminhada, enfrentando todos os obstáculos, no cumprimento da missão, não deixando-me esmorecer nos momentos de fraqueza.

A Minha esposa, Graziela e aos meus filhos Rodrigo, Gisele, Andréa e Felipe, pela compreensão durante o curso, pois em muitos momentos de nossa convivência, este objetivo se sobrepunha.

Ao Professor Luiz Salgado Klaes, meu orientador, disciplinado e rígido na sua conduta, prestativo nos esclarecimentos, amigo e atencioso para com minha pessoa.

A Polícia Militar de Santa Catarina, que foi um grande laboratório, onde a prática, do aprendizado de muitas disciplinas, foram constatadas e aos meus companheiros, que sempre me incentivaram.

“Para onde sua atenção estiver concentrada, fluirá sua energia. Você só consegue atrair aquilo que já possui. Semelhante atrai semelhante. A vida é um eco: se não gosta do que está recebendo, preste atenção no que está emitindo. Qualquer manifestação no seu universo físico é coerente com sua emissão energética”.

Lair Ribeiro

SUMÁRIO

- LISTA DE TABELAS.....	vii
- LISTA DE QUADROS.....	viii
- LISTA DE ABREVEATURAS.....	ix
- RESUMO.....	x

CAPÍTULO I

1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	11
1.1	Justificativa.....	12
1.2	Objetivos.....	13
1.2.1	Objetivo Geral.....	13
1.2.2	Objetivos Específicos.....	13

CAPÍTULO II

2	METODOLOGIA.....	15
2.1	Tipo de pesquisa.....	15
2.2	Estrutura do trabalho.....	16

CAPÍTULO III

3	A HISTÓRIA DO COOPERATIVISMO.....	17
3.1	Doutrina Cooperativista.....	18
3.2	Idealizadores do Cooperativismo.....	21
3.3	Os Princípios Consagrados do Cooperativismo.....	24
3.4	Direitos e Deveres dos Cooperados.....	27
3.5	Distinção entre cooperativa, associação e sociedade mercantil.....	28

CAPÍTULO IV

4	O COOPERATIVISMO DE CRÉDITO.....	29
4.1	As primeiras cooperativas de crédito da Europa.....	30
4.2	Cooperativismo de crédito brasileiro.....	32
4.3	Estrutura do Cooperativismo no Brasil.....	33
4.3.1	Bancos Cooperativos.....	36
4.3.2	Cooperativas Centrais.....	38
4.3.3	Cooperativas Singulares.....	38
4.4	Aspectos Jurídicos.....	41
4.5	Aspectos Administrativos.....	44
4.6	A Cooperativa de crédito na Conjuntura econômica.....	48

CAPÍTULO IV

5	ESTRUTURAÇÃO DA COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DA POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA.....	50
5.1	Análise das questões financeiras da Corporação.....	50
5.2	Análise das informações colhidas em campo.....	54
5.2.1	Dados Pessoais.....	55
5.2.2	Doutrina	59
5.2.3	Interesse em participar da Cooperativa.....	62
5.4	Proposta de Estatuto.....	63

CAPÍTULO VI

6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	64
7	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	66

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	- Demonstrativo dos proventos e dos descontos.....	51
Tabela 2	- Demonstrativo dos descontos.....	52
Tabela 3	- Comparativo dos descontos referente aos seguros e empréstimos	53
Tabela 4	- Tempo de serviço.....	55
Tabela 5	- Classificação dos Servidores.....	56
Tabela 6	- Empréstimos bancários.....	57
Tabela 7	- Serviços bancários.....	58
Tabela 8	- Conhecimento da Doutrina.....	59
Tabela 9	- Conhecimento dos Princípios.....	60
Tabela 10	- Comparativo do retorno sobre os excedentes.....	61
Tabela 11	- Manifestou interesse em ser cooperado.....	62

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Direitos e Deveres dos Cooperados.....	27
Quadro 2	Diferenças entre as associações e sociedades.....	28
Quadro 3	Percentual entre a população adulta e número de cooperados.....	33
Quadro 4	Área de atuação do SICOOB.....	37
Quadro 5	Passos para criar uma cooperativa.....	47
Quadro 6	Relação entre proventos e descontos.....	51
Quadro 7	Comparativo dos descontos.....	52
Quadro 8	Comparativo dos empréstimos e seguros.....	53
Quadro 9	Tempo de serviço.....	55
Quadro 10	Classificação dos servidores.....	56
Quadro 11	Empréstimos bancários.....	57
Quadro 12	Serviços bancários.....	58
Quadro 13	Conhecimento da Doutrina.....	59
Quadro 14	Conhecimento dos Princípios.....	60
Quadro 15	Retorno de excedentes.....	61
Quadro 16	Interesse em ser cooperado.....	62

LISTA DE ABREVEATURAS

ABAG	- Associação Brasileira de Agribusines
ABEPOM	- Associação Beneficente dos Policiais Militares
ACI	- Aliança Cooperativa Internacional
BACEN	- Banco Central do Brasil
BANCOOB	- Banco Cooperativo do Brasil
BANSICRED	- Banco Cooperativo do Sistema de Crédito Cooperativo
CNC	- Conselho Nacional de Cooperativismo
CREDIVALE	- Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos colaboradores da CVRD
CVRD	- Companhia Vale do Rio Doce
CREDPOM	- Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores da Polícia Militar de Santa Catarina
CREDTEC	- Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Trabalhadores das Instituições de Ensino da Região Metropolitana de Florianópolis
IPESC	- Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina
OCA	- Organização das Cooperativas da América
OCB	- Organização das Cooperativas Brasileiras
OCE	- Organização das Cooperativas dos Estados
OCESC	- Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina
PMSC	- Polícia Militar de Santa Catarina
UNICRED	- Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Médicos

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar uma proposta para criação de uma Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo para os Servidores da Polícia Militar de Santa Catarina.

O interesse na criação da Cooperativa, era uma necessidade há um bom tempo, porém faltava um estudo que materializasse esta vontade. O estudo foi estruturado de modo a proporcionar o alcance dos objetivos a que se propunha. Foi dada ênfase a história do cooperativismo, ressaltando a Doutrina e os Princípios, apresentado os Precursores do Cooperativismo, com atenção especial aos Tecelões Pioneiros de Rochdale, sintetizadores e fundadores da Doutrina Social, além de apresentar os direitos e deveres dos cooperados.

A cooperativa de crédito, é um dos segmentos do cooperativismo que mais vem crescendo no Brasil, proporcionando o desempenho de tarefas econômicas-financeiras e sociais, identificando-se como um sistema de defesa do trabalhador, de suma importância ao equilíbrio do mercado financeiro, desempenhando um relevante papel para sociedade.

Cabe salientar que nesta monografia foram abordadas questões estruturais, os aspectos jurídicos e administrativos que norteiam o cooperativismo de crédito. Como proposta a ser apresentada aos Servidores da Polícia Militar de Santa Catarina – PMSC, apresentou-se o detalhamento do planejamento da Cooperativa, com enfoque aos aspectos financeiros e organizacionais, análise dos resultados da pesquisa de campo e a materialização da proposta, com a apresentação de uma minuta do Estatuto da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores da Polícia Militar de Santa Catarina - CREDPOM.

CAPÍTULO I

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O maior recurso de uma organização, são as pessoas, elas desempenham suas atividades interagindo com o cidadão, prestam seus serviços junto a sociedade, e proporcionam o crescimento da própria organização. As pessoas só poderão prestar um serviço de qualidade quando suas necessidades estiverem satisfeitas. A contribuição deste trabalho é no sentido de proporcionar aos servidores da Polícia Militar de Santa Catarina - PMSC, uma nova forma de encarar a realidade em que vivem, onde a Doutrina e os Princípios do Cooperativismo, passam a balizar suas condutas, na defesa de seu patrimônio e na busca do bem comum.

A criação de uma cooperativa em muito contribui para educação e formação da gestão econômica das pessoas, é através dela que os servidores da Polícia Militar de Santa Catarina, encontrarão uma nova forma de gerenciar seus recursos financeiros, seja na captação – origens das fontes de recursos ou na aplicação – busca da rentabilidade. O foco principal é descrever aos servidores, quais os benefícios que o cooperativismo traz ao cooperado, principalmente quanto ao enfoque de eliminar o intermediário e participar de uma associação de pessoas, onde este se sinta como cliente e ao mesmo tempo dono, usuário e fornecedor do empreendimento.

Com este trabalho pretende-se despertar a visão de integração dos cooperados, com objetivo comum de dispor de uma entidade financeira forte e consolidada, que defenda o associado nas suas necessidade de recursos financeiros e nas suas aplicações contra as especulações e altos custos.

As Cooperativas de Crédito, embora não sejam banco, na mais ampla acepção do termo, pois o artigo 5º parágrafo único da Lei 5674 de 16 de dezembro de 1971, lhes proíbe, ainda assim guardam alguns pontos em comum com essas instituições financeiras. Proporcionam aos cooperados os mesmos serviços bancários com taxas menores, um atendimento diferenciado, desburocratizado, com acesso rápido ao crédito, o capital é empregado no mercado conservador,

evitando prejuízos e em contra partida oferecem aos seus cooperados bonificações, através da distribuição das sobras.

A bem da verdade este trabalho se constitui numa sistematização de idéias e observações, que ao longo dos últimos anos, pode-se perceber com referência a necessidade de crédito dos servidores da Polícia Militar. Só que esta não será a única visão, por trás de toda esta conjuntura, econômica-social, este trabalho também contempla uma nova forma de gestão, baseada na Doutrina e nos Princípios do Cooperativismo. Nesta o homem é o centro, a razão de ser. A satisfação de suas necessidades estão em primeiro plano. Ela exige comprometimento, que deve ser absorvido pelos cooperados, tem caráter humanista, prima pela liberdade e a democracia. Na Doutrina Cooperativista os princípios de igualdade, moralidade, impessoalidade, solidariedade e o atendimento de qualidade, formam o arcabouço de sua filosofia.

O Cooperativismo como Doutrina Econômica, se apresenta como um sistema reformista, justamente agora com um mundo sem fronteiras e polemizado. Será a segunda via para assegurar a democracia, frente a ação avassaladora do capital, que nos últimos anos, dia-a-dia, vem despejando um contingente de desempregados, que se somam a um grande exército, que com certeza, sem alternativas, vão levar a sociedade consequências danosas.

1.1 Justificativa

É público e notório, a conquista do espaço que vem sendo ocupado pelo Cooperativismo, em especial o ramo das Cooperativas de Crédito. É um sistema que funciona ajustado com o setor público e privado. Este sistema financeiro, mantém o equilíbrio, pois a sua organização busca o ordenamento de preços e o mercado para sobreviver terá que se ajustar as pressões por ele impostas, mesmo que as forças contrárias, só aceitem a posição do capitalismo do lucro fácil. Por esta razão o sistema cooperativista tem a força libertadora para a sociedade, ao mesmo tempo que se torna um regulador do comportamento do mercado.

A criação de uma cooperativa de crédito para os servidores da Polícia Militar, pela análise simples da conjuntura econômica do nosso País, por si só já se justificaria, pois vivemos num País, onde a taxa de juros ainda é muito alta e quem precisa de crédito, paga muito caro por ele. Os servidores da PMSC, não estão fora deste contexto, para comprovar esta afirmativa foi

realizado uma análise da folha de pagamento, onde se pode verificar a grande quantidade de seguros e empréstimo feito junto à instituições financeiras, os quais são viabilizados pela Associação Beneficente dos Policiais Militares – ABEPOM, que não produzem nenhum retorno, tanto aos associados como a própria associação.

A cooperativa de crédito, aos moldes de grande organizações, como é o caso da Polícia Federal, da Polícia Militar de São Paulo, da do Rio de Janeiro e aqui em Santa Catarina, a Cooperativa dos Médicos UNICRED – Florianópolis, a CREDTEC – dos Trabalhadores das Instituições de Ensino da Região de Florianópolis, que hoje são instituições já consolidadas e que servem de modelo para uma nova forma de gerenciamento dos recursos, aos servidores da Polícia Militar de Santa Catarina, quem sabe, no futuro podendo tornar-se mais uma força, em colaboração ao equilíbrio financeiro do País.

1.2 Objetivos

Diante da crise financeira pela qual passa a Nação Brasileira, com escassez de recursos e face também a situação financeira escassa que permeia este momento da vida dos servidores da Polícia Militar, sentiu-se a necessidade de buscar a cooperação, como uma alternativa para amenizar os problemas de ordem econômica-social. Ao longo deste trabalho, as reflexões conduziram a um detalhamento tal, que se concretizaram na consecução dos seguintes objetivos:

1. 2.1 Objetivo Geral

- Propor a criação de uma cooperativa de economia e crédito mútuo aos servidores da Polícia Militar de Santa Catarina.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Apresentar a Doutrina e os Princípios do Cooperativismo;
- Propor o cooperativismo como meio de amenizar os problemas de ordem econômica e melhorar os de ordem social;
- Identificar a necessidade dos servidores da Polícia Militar de Santa Catarina serem cooperados;
- Apontar os aspectos jurídicos e administrativos;
- Estruturar a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos servidores da Polícia Militar de Santa Catarina.

CAPITULO II

2. METODOLOGIA

A metodologia para desenvolver o presente trabalho consta das seguintes partes: definição dos objetivos e dos limites de abrangência do trabalho. As referências bibliográficas, envolvendo os temas são apresentadas ao longo de cada capítulo. Na pesquisa de campo foi realizada a coleta de dados e informações através de questionário enviados por *email* aos servidores da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, onde a população ficou limitada aos usuários do correio eletrônico, sendo o tamanho da amostra definido em razão da quantidade de usuários. A resposta ao questionário foi voluntária através da iniciativa do Servidor em acessar o sistema.

2.1 Tipo de pesquisa

Para realizar este trabalho foi adotado a estrutura descrita por VERGARA (1997,p.44), onde a pesquisa foi classificada:

- quanto aos fins, como: uma pesquisa exploratória e descritiva. Como uma pesquisa exploratória se caracterizou por ter sido realizada em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado e onde se buscou elevar o conhecimento sobre o tema em pauta, o que para maioria dos servidores da PMSC, ainda é bem desconhecido. Como uma pesquisa descritiva forneceu as características da população, possibilitou fornecer dados sobre os servidores, onde se pode estimar proporções e verificar a relação entre as variáveis.
- quanto aos meios, as investigações foram através da: pesquisa de campo, onde foi desenvolvido um trabalho de reuniões e informações, que foram prestados aos servidores, como forma de prepará-los para a futura Assembléia Geral; investigação documental, durante a realização desta monografia muitos documentos foram investigados, como por exemplo a folha de pagamentos, que permitiu fazer inferências sobre vários aspectos apresentados ao longo deste trabalho e a investigação bibliográfica, caracterizada pelo estudo sistematizado desenvolvido com base nos

materiais publicados em livros, em manuais, na internet e muitos outros que estavam à disposição.

O presente estudo utilizou-se da pesquisa quantitativa para a análise das informações, embora não tenha empregado o instrumental estatístico na análise dos dados. Partiu de questões e enfoques de interesses amplos, que foram definindo à medida que o estudo se desenvolveu.

2.2 Estrutura do Trabalho

O estudo foi ordenado em seis capítulos. O capítulo 1 trata das considerações iniciais, apresentando uma panorâmica do desenvolvimento do trabalho, com a justificativa e os objetivos. O capítulo 2 reporta-se a metodologia. O capítulo 3 faz uma abordagem histórica do cooperativismo, caracteriza a organização cooperativa, apresenta a Doutrina Cooperativista, os idealizadores do cooperativismo, os princípios consagrados do cooperativismo, bem como apresenta os direitos e deveres dos cooperados, apresentando no encerramento do capítulo uma distinção entre cooperativa, associação e sociedade mercantil. O capítulo 4 contempla o cooperativismo de crédito, seus primórdios, o surgimento das primeiras cooperativas no mundo, trata sobre o cooperativismo de crédito brasileiro, identificando sua estrutura, os aspectos jurídicos e administrativos. O capítulo 5 dedica-se a estruturação da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores da Polícia Militar de Santa Catarina, apresenta uma análise das questões financeira da Corporação e dos resultados da pesquisa de campo, complementando este capítulo é apresentado no anexo II uma proposta do Estatuto, para servir de “boneco”, para análise na Assembléia Geral de Constituição. As considerações finais estão apontadas no Capítulo 6 e apresenta os benefícios econômicos-sociais da cooperativa, com um enfoque de incentivo a criação da Cooperativa de Crédito Mútuo dos Servidores da Polícia Militar de Santa Catarina - CREDPOM.

CAPITULO III

3. A HISTÓRIA DO COOPERATIVISMO

Cooperar é um ato inerente ao ser humano, sempre existiu nas sociedades humanas o interesse na cooperação, desde as eras mais remotas. O homem é, por natureza, gregário e precisa viver em sociedade. Temos vários exemplos de cooperação entre as pessoas, os índios na sua condição natural vivem em aldeias, a caça é participativa e a alimentação grupal, esta forma de convivência identificam o modo de cooperação.

A consciência da necessidade de ajuda mútua é instintiva nas pessoas, e sempre se manifestou em todas as épocas da história e em todos os países do mundo.

O Movimento Cooperativista surgiu com a Revolução Industrial, no início do Século XIX, com o surgimento das primeiras cooperativas organizadas. Em 1843 os Tecelões de Rochdale resolveram constituir uma cooperativa. A organização durou 11 meses e em 18 de outubro de 1844, 28 tecelões, sendo 27 homens e 1 mulher, concretizaram a fundação da cooperativa.

A razão maior para esta organização e criação da cooperativa foi em virtude do capitalismo ganancioso, no qual o trabalhador era explorado pelo capital. Deflagraram com isso grandes movimentos sociais. A Inglaterra, a França e a Alemanha serviram de palco para esses movimentos de defesa e de libertação, por terem sido o berço de doutrinas, tais como, o liberalismo econômico e a própria Revolução Industrial.

Nesse período, o liberalismo, que defendia a livre concorrência e a não intervenção do Estado em assuntos econômicos, dominava a Europa Ocidental, abrindo caminho para abusos de poder e conflitos. Só restava ao proletariado o emprego nas indústrias, no comércio e na agricultura, sob condições subumanas de trabalho, com jornadas de até 17 horas diárias e remuneração não condizente.

As injustiças econômicas e sociais fez surgir diversos pensadores sociais que buscavam uma nova ordem social e econômica baseada na organização, valorização e distribuição do trabalho. A intranquilidade geral dos trabalhadores, tornou-se a maior oposição ao liberalismo econômico, pois estes já não aceitavam mais as condições desumanas que eram submetidos.

É com base neste quadro de exploração que foram lançadas as primeiras sementes do cooperativismo moderno, que busca seu espaço definido por uma nova maneira de pensar o homem, o trabalho e o desenvolvimento social. Um sistema reformista da sociedade, onde possa ser estabelecido a ajuda mútua e o justo preço.

3.1 Doutrina Cooperativista

Ao longo das últimas décadas, a Doutrina Cooperativa começou a dar importância a necessidade de adaptar-se ao ambiente, que dia-a-dia vem sofrendo processos de mudanças. A tecnologia, a informação, a globalização, influenciam significativamente estes processos, que estão sendo incorporados à Doutrina Cooperativa. A mundialização do capital, tornou as economias de muitos países vulneráveis, pois o capital tornou-se volátil, não tendo fronteiras, e a maneira de amenizar esta situação, está na Doutrina Humanista do Cooperativismo, a qual atribui ao homem a importância fundamental, como o centro de tudo. A Doutrina prima pela liberdade econômica-social e democrática, pela solidariedade, promovendo um sistema não lucrativo, baseado num conjunto de compras e vendas em comum, na busca de se obter o preço justo através do trabalho e ajuda mútua.

A Doutrina Cooperativa é filosófica, é um movimento pacífico e ordeiro, consciente que não pode ser radical ao ponto de se impor perante as pessoas sem uma conscientização, não podendo se valer da coação e da violência como forma de se impor e se expandir. A igualdade é o princípio básico, não existindo discriminações de nenhuma espécie. A solidariedade está incorporada à doutrina e a racionalidade permeia suas ações.

Várias teorias surgiram, para adaptar-se ao atual ambiente econômico. Segundo Pinho e Boettcher, apud, Nicácio (1997), as principais teorias que explicam o cooperativismo são:

“Teoria da Cooperativização Global – alicerçada nos princípios de Rochdale e desenvolvida pelos utopistas franceses do século passado, sua principal característica é a oposição à economia de mercado e à concorrência.

Teoria da Cooperativização Sistêmica – baseia-se no ato de cooperar, com alguns esquemas de organização para certas fases do desenvolvimento cooperativo, sem nenhuma proposta concreta.

Teoria da Cooperativização Fiduciária – fundamenta-se no “homo cooperativus”, sem interesses individuais ou egoístas, que se submetem “fiduciariamente” e completamente aos interesses coletivos do grupo cooperativizado do qual é membro”

Segundo Pinho, apud, Nicácio (1997), estas teorias apresentam os seguintes defeitos:

- “a) baseiam-se na atitude solidária dos cooperados mas não especificam quem tem a legitimidade para conduzir essa atitude solidária;
- b) descuidam do “como” obter a estabilidade da organização cooperativa;
- c) descuidam do “como” obter o desenvolvimento dentro de um sistema cooperativo.”

Nicácio, ainda apresenta a Teoria Cooperativa Neoclássica, que defende o cooperativismo como instrumento de organização da produção; a Teoria Münster, critica o cooperativismo rochdaleano, sendo que na América-Latina a cultura foi corrompida pelo individualismo e ambição político de alguns líderes; Teoria do Comportamento Cooperativo, as mudanças econômicas, sociais e psicológicas do ambiente levam o homem a se tornar um cooperado e a Moderna Teoria da Cooperação, tem o objetivo de alertar as cooperativas, quanto suas falhas estruturais, principalmente quanto ao paternalismo e a ingerência política.

As cooperativas mesmo tendo que seguir os princípios doutrinários, estão envolvidas no processo de modernização e buscam a competitividade e a satisfação dos cooperados, pois só assim sobreviverão. A educação é essencial a todos os tipos de cooperativas, sendo fundamental que o Movimento invista na promoção da imagem cooperativa e informe o mundo sobre a

diferença cooperativa, baseada nos valores do cooperativismo, tendo como impacto benéfico o de servir seus membros e a comunidade em que opera.

Para melhor entender em que se traduz a Doutrina Cooperativa é preciso conhecer os conceitos. Segundo OCESC – Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (1996), apresenta-se as seguintes conceituações:

“ O Que É Cooperar?

Deriva etimologicamente da palavra latina “Cooperari”, formada por “cum” (com) e “operari” (trabalhar), e significa agir simultânea ou coletivamente com outros para um mesmo fim, ou seja, trabalhar em comum para o êxito de um mesmo propósito

O QUE É COOPERAÇÃO?

Método de ação pelo qual indivíduos ou famílias com interesses comuns constituem um empreendimento. Neste, os direitos de todos são iguais e o resultado alcançado é repartido somente entre os integrantes, na proporção da participação societária nas atividades.

O QUE É COOPERATIVISMO?

É uma doutrina, um sistema, um movimento ou simplesmente uma atitude ou disposição que considera as cooperativas como uma forma ideal de organização das atividades sócio-econômicas da humanidade.

O QUE É COOPERADO?

Cooperado é o produtor rural, o trabalhador urbano ou outro profissional, de qualquer atividade sócio-econômica, que se associa para participar ativamente de uma cooperativa, cumprindo com seus deveres e observando os seus direitos.

O QUE É COOPERATIVA?

Cooperativa é uma associação de pessoas com interesses comuns, organizada economicamente e de forma democrática, com a participação livre de todos os que têm idênticas necessidades e interesses, com igualdade de deveres e direitos para a execução de quaisquer atividades, operações ou serviços.”

Estes conceitos identificam a Doutrina Cooperativa, que vai além da discriminação política, religiosa, racial e social. Busca um tratamento digno ao homem, onde a força está na

união dos fracos pela solidariedade. Os valores como a democracia, a honestidade e ajuda mútua, amenizam os impactos do mundo desigual e conturbado em que vive a humanidade.

3.2 Idealizadores do cooperativismo

O cooperativismo tem entre os seus idealizadores grande homens que lideram e ajudaram a escrever sua história, sejam eles os precursores, os pioneiros, os Probos de Rochdale, os doutrinadores ou historiadores, o importante é que cada um deu sua parcela de contribuição. Entre os mais citados na literatura destacam-se:

- Robert Owen – reformador social do Século XIX, nascido na Inglaterra, no Condado de Montgomery, filho de artesão, interessa-se pelo ofício, e torna-se o mais jovem empresário deste ramo. Àquela época sempre se preocupou com o nível de vida dos operários ingleses, promovendo, em sua fábrica, mudanças significativas, com relação às condições de trabalho vigentes. Diminuiu a jornada de trabalho, aboliu a contratação de crianças. Perseguiu o seu ideal de solução de problemas sociais incansavelmente, culminando com a frustrada experiência no Estados Unidos da América, onde tentou fundar uma comunidade baseada na propriedade coletiva. Seu retorno à Europa foi marcado pelo início de sua luta em combate ao lucro e ao intermediário, o que entendia ser os dois maiores males da sociedade capitalista. Owen foi um reformador, considerado o Pai do Cooperativismo.

- François Marie Charles Fourier, nascido na França, em 1772, cidade de Besançon, apregoou a criação de uma numerosa associação que teria por base a agricultura. Procurou harmonizar os interesses dos trabalhadores, dos capitalistas e dos consumidores. Segundo seu entendimento, a única forma apta de resolver as questões sociais seria por meio dos Falanstérios, onde os homens viveriam com justiça e harmonia, por conseguinte, seriam eliminadas as desigualdades entre ricos e pobres.

- Giuseppe Mazzini – nascido na Itália em 1805, foi o maior responsável pela propagação do Movimento Cooperativista naquele país. Proclamou a solução dos problemas

sociais, não através das lutas de classe, mas por meio da livre fundação de cooperativas, que se constituiriam em novas fontes de produção, capital e consumo, através da ação voluntária dos membros associados.

Além deste Precursores destacam-se ainda: William King (Francês); Philippe Joseph Benjamins Buchez (Belga) e Louis Blanc (Francês).

O Movimento Cooperativista foi amplamente divulgado por Charles Gide, professor de economia política, sendo seu maior propagador através da fundação da Escola de Nimes, pequena cidade no sul da França. Conceituava cooperativa como um agrupamento de pessoas procurando fins econômicos, sociais educativos em comum, através de uma empresa comercial.

Gide sintetizou o pensamento cooperativo rochdaleano, através de doze virtudes, que são:

- 1) viver melhor ou conseguir melhor nível de vida, através do auxílio-mútuo;
- 2) pagar a dinheiro, a fim de evitar a dívida, que considerava uma das formas de escravidão;
- 3) poupar sem sofrimento, já que a devolução dos ganhos, sob a forma de retorno dos excedentes (lucros), proporcionalmente às operações realizadas pelos sócios na cooperativa, permite-lhes economizar, sem sacrificar a satisfação das necessidades;
- 4) suprimir os parasitas, ou seja, eliminar os intermediários, de maneira a reduzir ao mínimo os órgãos de transmissão das riquezas do produtor ao consumidor;
- 5) combater o alcoolismo - finalidade educativa já acentuada pelos Pioneiros de Rochdale,
- 6) interessar as mulheres nas questões sociais, pois sendo elas que cuidam do lar e fazem as compras, devem conhecer os problemas do consumo e das cooperativas;
- 7) educar economicamente o povo, tornando-o apto para a autogestão econômica e política;
- 8) facilitar a todos o acesso à propriedade;

- 9) construir uma propriedade coletiva, através da formação de um patrimônio cooperativo, que é coletivo e está a serviço de um interesse geral e permanente, acima de nossas existências efêmeras;
- 10) estabelecer o justo preço, mas remunerando convenientemente todo trabalho consagrado à produção, inclusive o trabalho de direção e os trabalhos intelectuais preparatórios;
- 11) eliminar o lucro capitalista, criando a preocupação com a satisfação das necessidades dos homens e não com a obtenção de lucros;
- 12) abolir os conflitos - na cooperativa de consumo, o consumidor torna-se seu próprio fornecedor; na cooperativa de produção, o operário torna-se seu próprio patrão; na cooperativa de crédito, o sacador torna-se seu próprio sacado; na cooperativa de habitação, o locatário torna-se seu próprio locador, e assim por diante, de modo que toda disputa social cessaria por falta de combatentes.

À Sociedade Cooperativa de Rochdale se atribui o pioneirismo no assentamento dos ideais do sistema cooperativista. O movimento deu origem a outros sistemas de cooperativas, na Alemanha surgiram as cooperativas de crédito, que se desenvolveram por toda a Europa. Este movimento e esta nova alternativa, cristalizou a importância do homem e não o lucro, acabando com a figura do intermediário entre a produção e o consumo.

No Brasil, por volta de 1610, os jesuítas já desenvolviam um modelo de cooperação, fundamentado no trabalho coletivo, onde o bem estar do indivíduo e da família se sobreponham ao interesse econômico da produção, havendo um princípio de auxílio mútuo. O Movimento Cooperativista se estrutura de forma organizada, com um marco histórico em 1847, no Estado do Paraná, quando o médico francês Jean Maurice Faivre, adepto das idéias de Charles Fourer, funda em bases cooperativas a Colônia Tereza Cristina. Hoje se destacam as cooperativas: agropecuárias; consumo; crédito (rural e urbano); produção; trabalho (saúde, transporte, outras); eletrificação e telefonia rural; educacional (formada por alunos, formada por pais de alunos) e habitação. Além destes segmentos existem muitos outros, podendo surgir muitos mais, pois aonde existir um problema econômico-social, o cooperativismo surge como uma solução viável, calcada na sua Doutrina e nos seus Princípios.

3.3 Os princípios consagrados do cooperativismo

Os Pioneiros de Rochdale, instituíram princípios, que foram normatizadores, para determinar o funcionamento da cooperativa, que passaram a ser os Fundamentos Doutrinários do Cooperativismo. Os estatutos enumeravam os seguintes princípios:

- a) Livre adesão e demissão dos sócios;
- b) Direito de um voto por associado (um homem – um voto);
- c) Juros limitado ao capital;
- d) Distribuição das sobras, proporcional à operação;
- e) Fundo de reserva para aumento do capital;
- f) Fundo de reserva para desenvolvimento da educação.

Estas linhas orientadoras do cooperativismo, ao longo dos anos, foram discutidas e reformuladas, com o intuito de desenvolver a base estratégica de desenvolvimento do sistema de cooperativas existentes nos diversos países.

Com a criação em 1895 da Aliança Cooperativa Internacional – ACI, órgão de cúpula do cooperativismo mundial, os Princípios foram trabalhados em vários congressos, sempre mantendo a essência das idéias dos Pioneiros de Rochdale, sintetizados na busca de transformar a sociedade através do homem, despertando neste os sentimentos de humanismo, liberdade, igualdade, solidariedade e racionalidade.

Atualmente os princípios do cooperativismo definidos no Congresso do Centenário da Aliança Cooperativa Internacional, no mês de setembro de 1995, em Manchester, na Inglaterra, estão assim estabelecidos:

- I) Definição de Cooperativa – Cooperativa é uma associação autônoma de pessoas que se unem, voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de uma empresa de propriedade coletiva e democraticamente gerida.

II) Valores do Cooperativismo – As cooperativas baseiam-se em valores de ajuda mútua e responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade. Na tradição dos seus fundadores, os membros das cooperativas acreditam nos valores éticos da honestidade, transparência, responsabilidade social e preocupação pelo seu semelhante.

III) Princípios do Cooperativismo

Os Princípios Cooperativos são os postulados morais de onde derivam as regras fixadas pelo costume cooperativo.

1 Adesão voluntária e livre – As cooperativas são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a utilizar os seus serviços e assumir as responsabilidades como membros, sem discriminações de sexo, sociais, raciais, políticas e religiosas.

2 Gestão democrática pelos membros – As cooperativas são organizações democráticas, controladas pelos seus membros, que participam ativamente na formulação das suas políticas e na tomada de decisões. Os homens e as mulheres, eleitos como representantes dos demais membros, são responsáveis perante estes. Nas cooperativas de primeiro grau os membros tem igual direito (um membro, um voto); as cooperativas de grau superior também são organizadas de maneira democrática.

3 Participação econômica dos membros – Os membros contribuem equitativamente para o capital das suas cooperativas e controlam-no democraticamente. Parte desse capital é, normalmente, propriedade comum da cooperativa. Os membros recebem, habitualmente, se houver, uma remuneração limitada ao capital integralizado, como condição de sua adesão. Os membros destinam os excedentes a um ou mais dos seguintes objetivos:

- a) desenvolvimento das suas cooperativas, eventualmente através da criação de reservas, parte das quais, pelo menos será indivisível;
- b) benefício aos membros na proporção das suas transações com a cooperativa;
- c) apoio a outras atividades aprovadas pelos membros.

4 Autonomia e independência As cooperativas são organizações autônomas, de ajuda mútua, controladas pelos seus membros. Se estas firmarem acordo com outras organizações, incluindo instituições públicas, ou recorrerem a capital externo, devem

fazê-lo em condições que assegurem o controle democrático pelos seus membros e mantenham a autonomia das cooperativas

5 Educação, formação e informação – As cooperativas promovem a educação e a formação dos seus membros, dos representantes eleitos e dos trabalhadores de forma que estes possam contribuir, eficazmente, para o desenvolvimento das suas cooperativas. Informam o público em geral, particularmente os jovens e os líderes de opinião, sobre a natureza e as vantagens da cooperação.

6 Intercooperação – as cooperativas servem de forma mais eficaz aos seus membros e dão mais força ao movimento cooperativo, trabalhando em conjunto, através das estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais.

7 Interesse pela comunidade – As cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentado das suas comunidades através de políticas aprovadas pelos membros.

Esta revisão procurou fazer uma adaptação dos princípios cooperativos a nova ordem vigente, onde o mercado tornou-se extremamente competitivo e monopolista, através das fusões e incorporações. O poder agressivo de empresas multinacionais, cada vez tona-se mais forte, principalmente pela evolução tecnológica dos últimos anos.

O novo impacto das mudanças sobre o cooperativismo, segundo Rodrigues (1999), apresenta o seguinte cenário:

“Nesse novo ambiente, o fato real é que o desemprego estrutural cresceu no mundo. Isso levou a que o número de pessoas beneficiadas por esse processo fosse muito menor que se imaginava inicialmente. A Organização Internacional do Trabalhador fala em 2 a 2,5 bilhões de pessoas desempregadas no mundo, o que faz dos desempregados, maioria. Isso, na minha opinião, é uma bruta ameaça às democracias.

Outra ameaça, ainda pior, é o crescimento do poder político das corporações econômicas. Esse poder ameaça a democracia porque nada me convence de que aquilo que o sistema financeiro de um país quer, seja o que o povo daquele país quer (...) O mercado está liberalizado e globalizado e as cooperativas têm de ver-se como empresas para se inserir nesse mercado e vencer a concorrência, através da eficiência e da competitividade”.

Os Princípios são a central de energia do Movimento Cooperativo.

3.4 Direitos e Deveres dos Cooperados

As cooperativas no âmago de sua Doutrina e Filosofia, impõem aos cooperados direitos e deveres. Para manter o Sistema Cooperativista o esforço deve ser de todos no sentido de buscar a democracia plena, a ajuda mútua e a remuneração justa àquele que trabalha.

Muitos motivos podem levar as cooperativas às dificuldades e ao fracasso, como: o distanciamento e omissão do quadro social; busca do imediatismo e oportunismo; falta de profissionalismo e despreparo; crescimento veloz e vertiginoso, sem planejamento; paternalismo e muitos outros. Para evitar estes procedimentos, aos cooperados são impostos direitos e deveres.

Quadro 1 – Direitos e deveres dos cooperados.

Deveres	Direitos
Respeitar as decisões votadas nas assembleias gerais, que representam a vontade da maioria.	Frequentar as assembleias gerais, decidindo pelo voto os assuntos de interesse da sociedade
Pagar o compromisso da cota de capital fixada para criar ou ingressar na cooperativa.	Votar e ser votado para cargos administrativos, fiscais ou outras funções.
Zelar pelo interesse comum e autonomia da sociedade.	Participar das atividades econômicas, sociais e educativas.
Colaborar no planejamento, funcionamento, avaliação e fiscalização das atividades.	Ser consumidor e usuário dos serviços oferecidos pela cooperativa.
Debater idéias e decidir pelo voto os objetivos e metas de interesse.	Receber retorno proporcional das sobras de capital.
Denunciar, sempre, os procedimentos indevidos.	Examinar os livros e documentos da empresa e solicitar esclarecimentos aos dirigentes, conselheiros e funcionários.
Pagar sua parte, caso ocorram prejuízos financeiros.	Convocar Assembleia Extraordinária, caso se faça necessário, conforme estabelecido no estatuto.
Estimular a integração da Cooperativa com o movimento cooperativista.	Obter, antes da realização da Assembleia Geral, balanços financeiros, demonstrativos e relatórios.
Buscar capacitação profissional para desempenho de suas atividades.	Retirar seu capital ao sair da sociedade, de acordo com o estabelecido no estatuto.

Fonte: Site - OCESP

3.5 Distinção entre cooperativa, associação e sociedade mercantil

O cooperativismo está presente na produção e distribuição de mercadorias, na agropecuária, consumo, transporte, educação, crédito, habitação, em fim, nos mais variados seguimentos da sociedade. A forma como estão estruturadas as sociedades cooperativas, diferencia-se das associações e das sociedades mercantis, conforme o seguinte quadro.

Quadro 2 – Diferenças entre as associações e sociedades.

Sociedade Cooperativa	Associação	Sociedade Mercantil
É uma sociedade de pessoas	É uma sociedade de pessoas	É uma sociedade de capital
Objetivo principal é a prestação de serviços econômicos e financeiros	Objetivo principal é realizar atividades assistenciais, culturais, esportivas etc.	Objetivo principal é o lucro
Número ilimitado de cooperados	Número ilimitado de associados	Número ilimitado de acionistas
Controle democrático = uma pessoa tem apenas um voto	Cada pessoa tem um voto	Cada ação representa um voto
Assembléias: quorum é baseado no número de cooperados	Assembléia: quorum é baseado no número de associados	Assembléia: quorum baseado no capital
Não é permitida a transferência das cotas a terceiros, estranhos à sociedade	Não tem quotas-partes	Transferência das ações a terceiros
Retorno dos excedentes proporcional ao valor das operações	Não gera excedentes	Lucro proporcional ao número de ações

Fonte: Site OCB

O cooperativismo evoluiu com a humanidade. O homem é razão maior de sua existência, a busca da redução da degradação social é a finalidade do movimento cooperativista seu objetivo é contribuir com o desenvolvimento econômico dos associados a nível local, regional e internacional.

CAPITULO IV

4. O COOPERATIVISMO DE CRÉDITO

O cooperativismo de crédito surgiu na Alemanha, para combater a usura, que escravizava lavradores e trabalhadores urbanos, proporcionando a concessão de créditos mais compatíveis com a realidade das pessoas. Inicialmente a cooperativa visava atender as necessidades de ruralistas, no que se refere à movimentações econômicas de acesso ao crédito. Na área rural, os camponeses eram levados a endividar-se com empréstimos a juros altos, pois os negociantes estipulavam condições desonestas de pagamento, forçando os lavradores a vender seus produtos a preços baixos, tornando-os mais endividados, pois tinham que saldar seus compromissos financeiros para conseguirem crédito para financiar a produção. Esta situação também atingiu os trabalhadores urbano que buscavam saídas para a situação de exploração que estavam sendo submetidos.

Uma cooperativa de crédito segue todos os preceitos de um estabelecimento bancário, sendo que a vantagem de fazer parte desta entidade é a ideologia do cooperativismo, que vai de encontro a doutrina liberal e individualista, dando ênfase ao auxílio mútuo, eliminando o intermediário, sendo assim, segundo Croteau (1968), destaca-se os seguintes pontos:

“As cooperativas de crédito procuram proteger os fracos e salvá-los da exploração dos usurários. Dão ênfase à ação voluntária, ao ideal democrático, e ao desenvolvimento das capacidades latentes do homem comum.(...) A cooperativa de crédito, situada nos locais de emprego, proporciona a mais alta conveniência. Aliás, a poupança através de desconto em folha é talvez o mais convincente método de poupança jamais idealizado. (...) A cooperativa de crédito, administrada por voluntários, pode cobrar a taxa legal máxima de juros e pagar elevada taxa de dividendos. Entretanto, à medida que cresce, torna-se necessário empregar equipes de escritório e gerenciais, e a unidade de custo tende a elevar-se. Neste caso, as relações entre os associados se transformam em complementares.”

4.1 As primeiras cooperativas de crédito da Europa

O marco inicial do cooperativismo de crédito se deu na Alemanha, em 1850, quando foi fundada a primeira sociedade cooperativa, denominada por Shultze-Delitzch, por ter sido idealizada por Hermann Schultze, um pensador alemão, nascido na cidade de Delitzch.

As características principais da Cooperativa de Crédito Schultze-Delitzch estava centrada na:

- a) associação livre;
- b) raio de ação predominantemente urbano;
- c) a administração democraticamente realizada pelos associados;
- d) estabelecia o retorno pecuniário ao trabalho realizado pelas pessoas e as autoridades elegidas;
- e) o capital constituído de aporte de valores por parte dos associados através de cotas-partes.

Hermann Schultze, procurou melhorar as condições financeiras, através do acesso ao crédito aos trabalhadores da classe média e em especial aos pequenos comerciantes e artesãos.

Além deste, Friedrich Wilhelm Raiffeisen, também alemão, nascido na cidade de Renânia, de profunda formação cristã, instituiu o modelo Raiffeisen de cooperativas de crédito, o foco estava destinado a atender às necessidades dos agricultores. Raiffeisen propiciou diversas iniciativas filantrópicas com o objetivo de ajuda aos camponeses necessitados, através de ajuda de pessoas com maiores recursos. Através do Sistema Raiffeisen, o camponês alemão pode sair do endividamento e conseguiu, um melhor nível de vida, estendido a quase toda Europa. Em razão da sua formação, este tipo de cooperativa fundamentava-se no Princípio Cristão de amor ao próximo, admitia o auxílio de caráter filantrópico, dava grande importância a formação moral dos associados, não remuneravam os dirigentes da sociedade e não distribuíam sobras.

O mundo seguiu preferencialmente as idéias de Raiffeisen por sua mística humanista e por seu fundo religioso, aproximando-se do apostólico. Mas os modelos de Schultze e Raiffeisen, inspiraram as cooperativas tipo Luzzati e Desjardins.

Luigi Luzzatti, italiano, fundou o primeiro banco popular na Itália. As características principais centrava-se no princípio de alto-ajuda, nas condições morais do associado, conceder o empréstimo mediante palavras de honra e não remuneravam os administradores da sociedade.

Alphone Desjardins, em 1900, foi o precursor do desenvolvimento do cooperativismo de crédito no Canadá, isto já no Século XX. As cooperativas de Crédito Desjardins, também buscava o auxílio mútuo nas atividades econômicas, cujo objetivo era criar nos associados o hábito sistemático de economizar, onde a tônica era a formação de uma poupança com depósitos regulares, que beneficiava os cooperados com juros baixos, para atendimento de suas necessidades profissionais, familiares e pessoais. O sistema criado por Desjardins foi conhecido como caixas populares e se desenvolveu em todo país.

Segundo Benato (1995) o universo das cooperativas de crédito podem ser assim analisados:

“a) Crédito Rural

Sócios de uma cooperativa de produção, sócios por conseguinte da de crédito, realizam suas operações financeiras através da cooperativa. A evolução destas operações permitem que as cooperativas de crédito financie compras de insumos, de máquinas e outros bens, como o investimento em melhorias nas propriedades de seus sócios.

Independentemente de outras instituições financeiras.

Independentemente do Poder Público.

b) Crédito Mútuo

Funcionários de uma empresa capitalista sócios de uma cooperativa de crédito. A capitalização da cooperativa propicia ingressos substanciais de recursos financeiros que são cedidos a seus próprios sócios a juros inferiores aos praticados pelo mercado financeiro. Além do benefício financeiro do sócio há o benefício correlato à empresa:

- maior grau de satisfação de seus empregados;

- menores questionamentos sociais trabalhistas;
- menor rotatividade de mão de obra;
- maior cultura dos empregados.”

As cooperativas de crédito mútuo são diferentes dos bancos e demais instituições financeiras, elas têm a finalidade de oferecer um atendimento voltado às necessidades de crédito e serviço aos associados, contribuindo desta forma para que os cooperados possam se tornar independentes do sistema bancário convencional, onde o foco é o lucro.

As cooperativas de crédito funcionam como bancos populares e, por não visar lucro, pagam as melhores taxas por suas aplicações financeiras e praticam juros abaixo do mercado e sem burocracia. Hoje a concorrência está mais acirrada, as cooperativas precisam estar preparadas para fazer frente aos seus concorrentes, os critérios pelos quais são levados à direção das cooperativas precisam mudar, os Princípios são os mesmos, o perfil de honestidade, seriedade e dedicação por si só não bastam, é preciso que o novo líder tenha projetos para desenvolver a cooperativa na busca da participação de todos, que seja eficiente e tenha capacidade de compatibilizar agilidade nas tomadas de decisões com o processo democrático.

As cooperativas promovem a formação profissional de seus associados, dirigentes e empregados, nos princípios econômicos, sociais e democráticos, assim como o uso adequado e prudente do crédito.

4.2 Cooperativismo de crédito brasileiro

No Brasil, o Cooperativismo de Crédito teve seu início no amanhecer do Século XX, porém hoje existem centenas de cooperativas, congregando trabalhadores, os quais se libertam dos juros exorbitantes que a maioria costuma pagar quando se vê numa situação de aperto financeiro. A presença inicial do cooperativismo no país deu-se pela forte influência e política européia, principalmente através de Charles Gide e Beatriz P. Webb. Os imigrantes italianos, alemães, poloneses e mais recentemente japoneses, com importante e longa experiência no cooperativismo, aqui se estabeleceram e implantaram seus princípios em diversas comunidades. Porém, quando

comparado o Brasil com países desenvolvidos, a diferença é muito grande levando a inferir que quanto mais moderno é o país mais coopera. Segundo a Aliança Cooperativa Internacional, no mundo são mais de novecentos milhões de cooperados e, cerca de cem milhões de empregados e que metade da população mundial (três bilhões de pessoas), estão ligadas indiretamente a alguma cooperativa. No Brasil, o número de cooperados ainda não é muito expressivo como se verifica no quadro seguinte:

Quadro 3 – Percentual entre a população adulta e número de cooperados.

Porcentagem de cooperados na população adulta		Números no Brasil
França	81%	5.100 cooperativas
Áustria, Canadá Finlândia e Israel	70% a 79%	4,5 milhões de cooperados
Bélgica e Noruega	50% a 59%	Movimenta 5% do PIB ao ano
EUA, Dinamarca, Japão e Portugal	40% a 49%	Emprega 150 mil pessoas
Brasil	4%	
* dados da Aliança Cooperativa Internacional		

Fonte: Site - COOPERTESP

Conforme o quadro é possível verificar que o cooperativismo é forte em todas as sociedades desenvolvidas e organizadas, além destes apresentados, tem atuação destacada em países como a Alemanha, Holanda e Inglaterra. No caso brasileiro a explicação que mais se justifica devido ao distanciamento apresentado, deu-se em virtude da Lei nº 4.595 de 13 de dezembro de 1964, que instituiu a Reforma Bancária e inviabilizou a maioria das cooperativas, devido as restrições impostas para seu funcionamento. Com a garantia da nova Constituição, em 1988, as cooperativas ganharam um novo impulso e a tendência é que o número de cooperativas venha a subir consideravelmente.

4.3 Estrutura do Cooperativismo no Brasil

As cooperativas de crédito podem ser do tipo urbana e rural, a primeira formada por funcionários de uma mesma empresa ou profissionais de uma mesma categoria, a segunda formada por produtores rurais, que por sua importância no suporte às atividades produtivas,

constituem instrumento fundamental para o desenvolvimento das empresas. Estas cooperativas podem estar integradas a uma central, que por sua vez estará vinculada a uma confederação, ou simplesmente ser formada e não estar vinculada a esta rede, apenas a um banco.

No Brasil, as Cooperativas Luzzatti, que funcionam sem restrição de associados, está proibida pelo Banco Central. Atualmente só existem 13 em atividade e de acordo com a Resolução nº 2.608, de 27 de maio de 1999, devem se ajustar ao parágrafo 1, do artigo 2º da Resolução acima e que prescreve o seguinte:

“Art.2. não serão concedidas autorizações para funcionamento de cooperativas tipo Luzzati (...).

Parágrafo 1. No prazo de máximo de dois anos, contados da data da entrada em vigor desta Resolução, as cooperativas de crédito do tipo Luzzatti em operação deverão promover reformulação estatutária visando adequação as dispositivos do regulamento”.

Tal Resolução e principalmente o artigo mencionado, vem sendo discutido causando muita polêmica, pois de certa forma é um retrocesso na história do cooperativismo. Recentemente, em 1 de dezembro de 1999, o deputado Carlito Meres PT/SC, divulgou uma correspondência em seu pronunciamento, o qual manifestava a posição da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Micros e Pequenos Comerciantes de Confecções de Joinville – AJOCRED, relatando que:

“Exmo. Senhor Parlamentar:

Tendo já provado sob todos os pontos de vista ser esse instrumento uma poderosa ferramenta para o gerenciamento financeiro dos empreendedores de micro e pequenas empresa no Brasil e no mundo, solicitamos sua habitual atenção para a Resolução nº 2.608 de 27/05/99, do Banco Central do Brasil, que em seu artigo segundo, parágrafo primeiro, vem propor o fechamento das cooperativas existentes, as do tipo Luzatti, aquelas que tem adesão livre sem distinção de classe. Em SC temos a CREDIHERING, melhor exemplo de desempenho e seriedade não poderíamos ter, com quase cinquenta anos de atividades. (...). Não temos dúvida alguma de que a pulverização social do crédito, através de instituições comunitárias e cooperativas, é fundamental para o incremento de atividades de pequenas e micro-empresas, de autônomos e de empreendimentos familiares que não conseguem atender as burocráticas e onerosas exigências do sistema bancário. Além disso, essa sistemática associativista pode garantir taxa de juros

moderadas, que nem de longe se aproxima da usura e da expropriação patrocinada pelos juros bancários”

Corroborando com esta idéia a ABAG - Associação Brasileira de Agribusines, publicou em sua *home page* os comentários de Roberto Rodrigues, presidente da ACI, com relação a Resolução 2.608, do BACEN, após ter participado em Québec, Canadá, do 32º Congresso Mundial, em setembro de 1999, o qual teceu os seguintes comentários:

“(...) No Brasil, ao invés de facilitar, estimular, propagar um sistema que poderia trazer benefícios imensos à população de baixa renda, o Banco Central, através da Resolução nº 2.608, determinou que, num prazo de 2 anos, as Cooperativas de Crédito do Tipo Luzzatti – que são abertas a toda comunidade – devem se adequar às normas a que estão sujeitas as cooperativas de crédito (fechadas), sob pena de encerramento compulsório de suas atividades. As poucas Cooperativas deste tipo existentes hoje, que vêm prestando um inestimável serviço em pequenas localidades sem estabelecimentos bancários, ou as que já vinham atuando, com sucesso há muito tempo, e resistiram às investidas das autoridades monetárias que as queriam fechadas, terão de cerrar suas portas, para a felicidade dos agiotas da região. Todavia, não para aí a inconsistência da medida: por autorização do CMN – Conselho Monetário Nacional, os estabelecimentos comerciais em mais de 1.700 municípios brasileiros onde não existem agências bancárias, podem atuar como prepostos de bancos, fazendo operações financeiras para os moradores da região. Vale dizer que padarias, farmácias, quitandas, armazéns, poderão abrir contas correntes e de poupança, receber depósitos, efetuar saques e fazer investimentos, desde que mantenham contratos com um estabelecimento bancário. Tudo terá um custo que recairá, ao final, sobre o usuário que será o grande pagador das contas, engordando o lucro dos bancos e agora, também, destes estabelecimentos. Com a referida resolução, serão liquidadas as Cooperativas Luzzatti de Crédito, que são instituições financeiras legais e que podem substituir bancos, até porque não objetivam lucros, nos municípios mais pobres. (...) O que reclama o sistema de crédito cooperativo brasileiro é que não se lhe impeça de constituir, de trabalhar, de crescer, de continuar a prestar serviços aos menos abastados. Afinal, democracia e social-democracia começam com o voto. Mas só se completam com igualdade de oportunidades econômicas”.

4.3.1 Bancos Cooperativos

No Brasil existem dois Bancos Cooperativos, que integram o sistema financeiro, o BANSICRED – Banco Cooperativo Sicred S.A. e o BANCOOB – Banco Cooperativo do Brasil. Esses bancos foram fundados em razão das cooperativas de crédito serem instituições financeiras integrantes do Sistema Financeiro Nacional, autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, porém em decorrência de sua natureza societária, são impedidas de praticar operações de fundamental importância a operacionalização de suas atividades, tais como aquelas relacionadas ao trânsito de recursos pela reserva bancária. Com a criação desses bancos as cooperativas de crédito podem usufruir de serviços e realizar as operações com maior qualidade e menores custos operacionais.

O BANSICRED, fundado em 3 de junho de 1996, serve as cooperativas de crédito que integram o SICRED – Sistema de Crédito Cooperativo, presente nos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Mato Grosso.

O BANCOOB, começou a funcionar em 21 de julho de 1997. A sua missão é “Prestar serviços de natureza financeira, operacional e consultiva ao SICOOB, suportados na sua organização e nos recursos humanos e tecnológicos, com vistas ao fortalecimento do sistema”. O banco serve ao SICOOB – Sistema das Cooperativas de crédito Integrantes do BANCOOB, constituído por 14 (quatorze) cooperativas centrais e suas filiadas, urbanas e rurais e o próprio banco. O SICOOB é o maior sistema de crédito cooperativo do Brasil atuando conforme o quadro seguinte:

Quadro 4 – Área de atuação do SICOOB.

Junho/1999				
Cooperativas Centrais Controladoras do BANCOOB	UF	Cooperativas Singulares		TOTAL
		Rural	Urbana	
SICOOB CENTRAL	BA	25	6	31
CECREDIF	DF	2	20	22
CECREST SICOOB CENTRAL	ES	7	28	35
SICOOB CENTRAL	GO	10	5	15
CECREMAT	MT	-	12	12
CECREMGE CREDIMINAS	MG	106	133	239
CECRESPA	PA	-	25	25
CENTRACOOP	PB	-	13	13
	PE	-	3	3
	RN	5	2	7
CECRERJ	RJ	1	64	65
SICOOB CENTRAL	SC	30	7	37
CECRESP SICOOB-COCECRER	SP	35	229	264
TOTAL		221	547	768

Fonte: Site - BANCOOB

O Banco Central – BACEN, é o responsável pela autorização de funcionamento das cooperativas e detém o controle, pois a cooperativa é uma instituição financeira que recebe crédito de seus cooperados e pode também captar recursos no mercado financeiro, embora só possa fazer empréstimo aos seus cooperados.

4.3.2 Cooperativas Centrais

As Cooperativas Centrais são ditas de segundo grau, seu quadro de associados é formado, exclusivamente, pelas cooperativas singulares. Três cooperativas singulares podem formar uma central de cooperativas. Objetivam organizar, em comum e em maior escala os serviços econômicos e assistências de interesse das filiadas, integrando e orientando suas atividades, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços. Segundo o BANCOOB as Cooperativas Centrais possuem como funções e responsabilidade:

- “ a) Promover a integração entre as cooperativas filiadas;
- b) Prestar assessoria às filiadas nas operações e serviços, através da manutenção de especialistas em seus quadros de pessoal;
- c) Oferecer serviços de inspeção e auditoria às cooperativas singulares, o que é inclusive, instruído pelo Banco Central;
- d) Elaborar e coordenar programas de treinamento para funcionários e dirigentes, o que vem contribuindo significativamente para o aprimoramento das cooperativas singulares;
- e) Prestar o serviço de centralização financeira, onde a liquidez do sistema é gerenciada, produzindo significativo ganho de escala nas taxas obtidas junto ao mercado financeiro;
- f) Prestar o serviço de redirecionamento dos recursos excedentes de uma cooperativa para outra;
- g) Centralizar serviços e processos administrativos, produzindo economia de escala para as cooperativas singulares;
- h) Oferecer suporte aos sistemas de informática;
- h) Buscar, junto ao sistema bancário, linhas de recursos para serem emprestados por suas filiadas”.

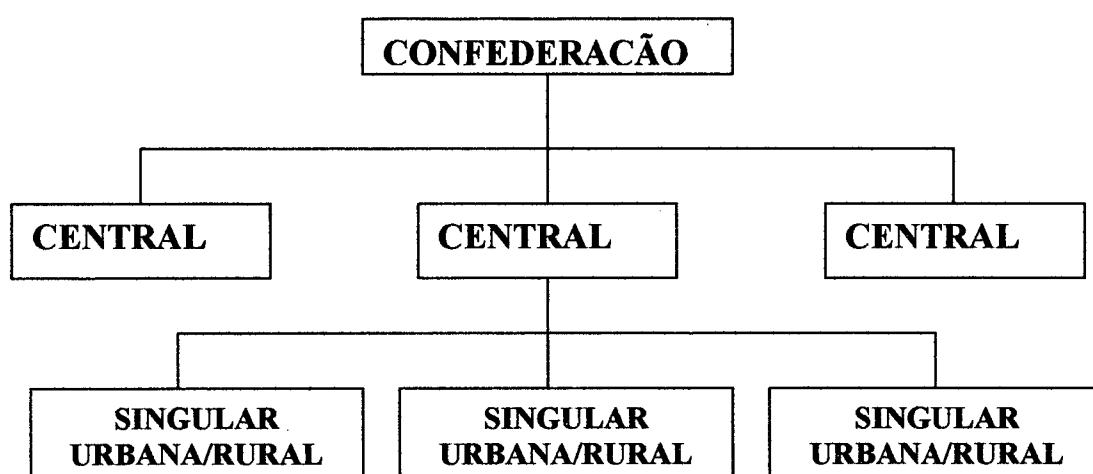
4.3.3 Cooperativas Singulares

As cooperativas singulares são a base de todo o Sistema de Cooperativismo de Crédito, como visto a razão da existência dos bancos cooperativos e centrais cooperativas. São organizações autônomas constituídas por pessoas físicas, no mínimo 20 (vinte), admitidas, excepcionalmente, pessoas jurídicas que tenham por objeto as mesmas ou correlatas atividades

econômicas das pessoas físicas. Os associados das cooperativas singulares são ao mesmo tempo usuários e donos, participam da sua gestão elegendo seu conselho de administração e fiscal.

A estrutura do sistema cooperativo pode ser visualizado da seguinte maneira:

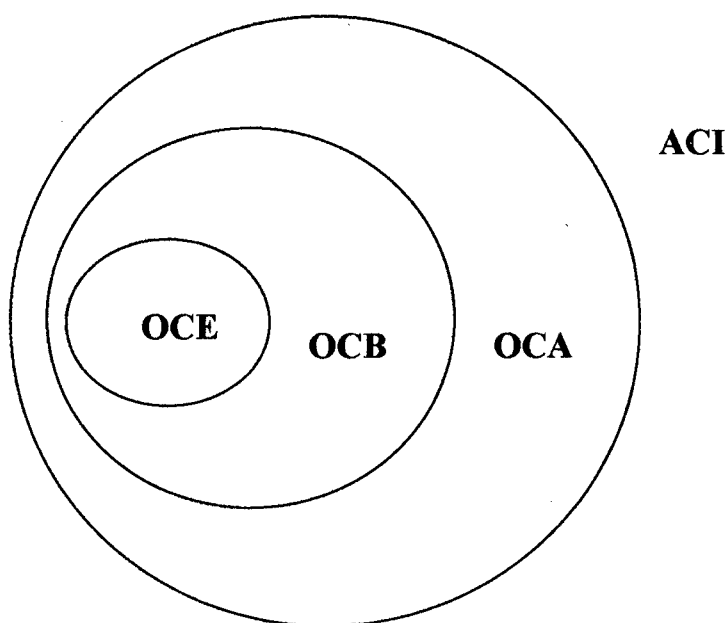
Figura 1 – Estrutura do sistema cooperativo.



Nessa estrutura pode-se verificar como esta estabelecida a rede do cooperativismo, isto não quer dizer que as cooperativas existentes no país estejam vinculadas a essa estrutura, mas com certeza a facilidade da gestão torna-se mais viável.

Assim como da mesma forma o cooperativismo de crédito se estrutura no sistema, as cooperativas numa visão geral também se organizam à nível local, regional e internacional, formando uma rede internacional de ajuda mútua. Sendo assim existem: a OCE – Organização das Cooperativas do Estado; a OCB – Organização de Cooperativas Brasileiras; OCA – Organização das Cooperativas da América; e a ACI- Aliança Cooperativa Internacional. Como uma visão global poderia ser assim representado:

Figura 2 – Visão geográfica da atuação das organizações.



Nesta visão macro, hoje integram a comunidade mundial do cooperativismo mais de 900 milhões de cooperados, o que corresponde aproximadamente seis vezes a população do Brasil. Estes organismos se estruturam em defesa do cooperativismo, na defesa de seus Princípios e dos interesses das cooperativas. Possuem representação política em todos os seus níveis e seus objetivos são a busca de uma sociedade mais justa onde as pessoas deixem de ser exploradas.

A Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB criou um manual da cooperativa de crédito, no qual justifica a existência da cooperativa de crédito quando revela que:

“O lucro, que seria do banqueiro, é apropriado pelo quadro social. Além do baixo custo operacional, o segredo do sucesso do cooperativismo de crédito é concentrar os recursos em benefícios dos próprios cooperados”.

Nesta concepção infere-se que o cooperativismo ajuda a alcançar o bem estar comum, onde as vantagens de ser associado, faz com que os cooperados desfrutem de uma série de benefícios. Corroborando com esta visão Rios (1987), revela que:

“Aqui, no Brasil, a política de concentração do capital financeiro estimulada pelos governos militares extinguiu uma ativa rede municipal de cooperativas de crédito rural, favorecendo a concentração bancária e burocrática em detrimento da descentralização de caráter associativo.”

O associativismo, na forma de cooperativa, renasce neste fim de século no Brasil, com uma grande força, impulsionado pela Constituição Federal, tornando-se uma entidade independente, utilizando-se de parcerias, mas com uma administração própria, com auto-gestão administrativa fiscalizada pela normas do Banco Central.

4.4 Aspectos Jurídicos

O cooperativismo é forma associativa que procurou estar sempre amparado no ordenamento jurídico. O Decreto nº 17.339 de 2 de junho de 1926, aprovou, e regulamentou a fiscalização das Caixas Raiffeisen e Bancos Luzzatti. Com a edição do Decreto nº 22.239, de 19 de dezembro de 1932, as cooperativas tiveram ampla liberdade de constituição e funcionamento, foi de fato a primeira Lei que organizou o cooperativismo brasileiro. Em 1934 o Decreto nº 22.239, foi revogado, e suas regras reestabelecidas em 1938, sendo novamente revogado em 1.945. Em 1964, através do Decreto 4.595 de 13 dezembro de 1964, o Governo Extinguiu as cooperativas de crédito tipo Raiffeisen e Luzzati. Com a criação do Conselho Nacional de Cooperativismo – CNC, o cooperativismo foi submetido ao centralismo estatal, perdendo muitos incentivos fiscais e liberdades já conquistadas.

Em dezembro de 1971, foi promulgada a Lei nº 5.764, ainda em vigor, que dispõe sobre o regime jurídico das cooperativas, constituição e funcionamento, sistema de representação e órgão de apoio. Com esta Lei, foram direcionados todos os requisitos de funcionamento das cooperativas, as quais passaram a ter um caráter de empresa.

Com a promulgação da Constituição de 1988, o cooperativismo teve completa independência em relação ao Estado, deixando de ser fiscalizado ou sofrer intervenção. O artigo 5º do Carta Magna, inciso XVIII, preceitua:

“ Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantido-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

XVIII – a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento”.

A Constituição vigente ainda se reporta ao cooperativismo na alínea “c”, inciso III, do art. 146, com relação ao tratamento tributário e o § 2º do art. 174, estabelece que deve a lei apoiar e incentivar o cooperativismo. Tais artigos estão assim descritos:

“Art. 146. Cabe a lei complementar:

(...)

III – estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre:

(...)

c) adequado tratamento tributário ao ato cooperativo praticado pelas sociedades cooperativas.

(...)

Art. 174 Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.

(...)

§ 2º. A lei apoiará e estimulará o cooperativismo e outras formas de associativismo”.

O cooperativismo, juridicamente considerado, apresenta questões de indiscutível relevo, sobretudo do ângulo do direito societário, notadamente quanto à formação da sociedade. A Lei nº 5.764, de 16 dezembro de 1971, ainda aguarda por adaptações para atender às determinações da Carta Magna. O consenso que existe, é que prevalece a lei, no que não conflitar com a Constituição. A Lei nº 5.764, definiu a Política Nacional de Cooperativismo, instituiu o regime jurídico das sociedades cooperativas, caracterizando-as como um contrato de pessoas que

reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem objetivo de lucro.

Com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não-sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados, as sociedades cooperativas se caracterizam por: adesão voluntária, com número ilimitado de associados; variabilidade do capital social representado por cotas-partes; limitação do número de cotas-partes do capital para cada associado; inacessibilidade das cotas-partes do capital a terceiros, estranhos à sociedade; singularidade de voto; *quorum* para o funcionamento e deliberação da assembléia geral baseado no número de associados e não no capital; retorno das sobras liquidadas do exercício, proporcionalmente às operações realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário da assembléia geral; indivisibilidade dos fundos de reserva e de assistência técnica educacional e social; neutralidade política e indiscriminação religiosa, racial e social; prestação de assistência aos associados, e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa; admissão de associados limitada às possibilidades de reunião, controle, operações e prestação de serviços.

Como foi visto, a legislação reguladora das sociedades cooperativas apresenta características bastante singular, comparada a outras que disciplinam, da mesma forma, outros tipos societários, infere-se que a sociedade cooperativa existe com o intuito de prestar serviços a seus associados, de tal forma que possibilite o exercício de uma atividade econômica comum, sem, no entanto, perseguir lucro. Esta é, sem dúvida, uma das principais características distintivas da cooperativa em relação a outras sociedades.

Ainda com relação aos aspectos jurídicos recentemente o Banco Central do Brasil, publicou a Resolução nº 2.608, de 27 de maio de 1999, disciplinando a constituição e o funcionamento de cooperativas de crédito, por conseguinte revogando e alterando outras já existentes, bem como algumas Circulares. Sobre esta questão o Diretor de Normas do BACEN, Sérgio Darcy, respondeu algumas indagações, publicadas no Jornal CREDININAS em Notícia, acerca do desenvolvimento do cooperativismo de crédito no país em relação aos moldes legais e regulamentares hoje vigentes, destacando:

“(...) A cooperativa de crédito perfaz várias realizações essenciais para o crescimento e melhoramento de uma sociedade moderna, especialmente a formação de poupança, apta ao financiamento das necessidades dos associados, independente de subsídios e ajudas oficiais. É evidente o efeito positivo dessas iniciativas na geração de empregos e no aumento do nível e da distribuição da renda da sociedade. (...) a Resolução n.º 2.608, de 27/05/99, que disciplinou a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito, estabeleceu vantagens comparativas de forma a induzir a organização em sistemas centralizados, tendência seguida nos países mais desenvolvidos. Também estabeleceu níveis mínimos de capitalização dessas instituições e condições para ampliação do quadro de associados e foram redimensionados os limites de endividamento e de diversificação de risco.(...). A diferença básica entre cooperativas e bancos reside no fato de que os últimos captam recursos do público, ou seja, de terceiros que não têm influência na administração da instituição, que utiliza esses recursos na realização de seus negócios financeiros obtendo lucros, que são incorporados ao patrimônio ou distribuídos aos acionistas. As cooperativas, por outro lado, somente captam de associados, que não são terceiros com relação à instituição, mas sim seus próprios donos, sendo eles mesmos que participam das assembléias, votam estatutos, elegem administradores saídos desse mesmo grupo e têm acesso à documentação administrativa referente às operações diárias. Trata-se de um grupo de pessoas aplicando seus próprios recursos, e obtendo, eventualmente, retornos financeiros denominados pela lei, sobras do exercício, e não lucro, que são retornados aos membros desse grupo sob forma de incorporação às quotas de capital ou pagamento em espécie. (...). O fortalecimento e o crescimento estão diretamente ligados, dependentes essencialmente da atuação das próprias forças cooperativistas iminentes ao corpo social a quem compete a iniciativa da ação, pois a constituição e operação de uma cooperativa resulta da vitalidade desse corpo social”.

4.5 Aspectos Administrativos

As cooperativas de crédito rural e urbana, cujo denominação dever ser : Cooperativa de Crédito Rural..., ou Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo..., são sociedades administradas pelo princípio assemblear. A Assembléia Geral é o órgão máximo de administração da sociedade e das decisões dos negócios sociais. Toda a sistemática de convocação, instalação e *quorum* das decisões nas assembléias gerais estão descritas no art. 38 e seguintes da Lei nº 5.764/71. As assembléias poderão ser ordinárias ou extraordinárias. Anualmente, nos 3 (três) primeiros meses que se seguem ao término do exercício social, será realizada uma assembléia geral ordinária, nos termos do art. 44 do diploma legal citado, para tomar as contas dos órgãos de administração,

deliberar sobre a destinação das sobras, eleição dos membros dos órgãos de administração e do conselho fiscal, fixação dos honorários dos membros do conselho fiscal, conselho de administração ou diretoria.

A Assembléia Geral Extraordinária será realizada sempre que se faça necessário e poderá deliberar sobre qualquer assunto de interesse da sociedade, desde que mencionado no edital de convocação. Executivamente, a sociedade cooperativa é administrada por uma diretoria ou por um conselho de administração, conforme determinar seu estatuto social.

Poderão compor a Diretoria ou o Conselho de Administração exclusivamente associados eleitos na Assembléia Geral, cujo mandato será de no máximo 4 (quatro) anos. É obrigatória a renovação mínima de 1/3 (um terço) do Conselho de Administração, ao término de cada mandato, regra esta elencada na citada Lei nº 5.764/71.

Além dos órgãos citados na legislação, poderá o estatuto criar outros órgãos necessários à administração da sociedade. Somente podem ser administradores de cooperativas de crédito, pessoas naturais, residentes no Brasil, que atendam os requisitos previstos na legislação vigente, ficando vedada a participação em órgãos administrativos, consultivos, fiscais e semelhantes de cooperativas de crédito, ou nela exercer funções de gerência, as pessoas que participem da administração de qualquer outra instituição financeira não cooperativa; e pessoas que detenham 5% (cinco por cento) ou mais do capital de qualquer outra instituição financeira não cooperativa.

Os procedimentos básicos para constituir uma cooperativa, segundo a OCESC – Organização Cooperativas do Estado de Santa Catarina, devem ser o seguinte:

“1º - Reunião de um grupo de pessoas interessados em criar a cooperativa, com as seguintes finalidades:

- a) Determinar os objetivos da cooperativa;
- b) Escolher uma comissão para tratar das providências necessárias à criação da cooperativa, com indicação de um coordenador dos trabalhos.

2º - Realizar reuniões com todos os interessados em participar da cooperativa, a fim de verificar

as condições mínimas necessárias para que a cooperativa seja viável.

Achar respostas para os seguintes questionamentos:

- a) A necessidade é sentida por todos os interessados?
- b) A cooperativa é a solução mais adequada?
- c) Já existe alguma cooperativa na redondeza que poderia satisfazer aos interessados?
- d) Os interessados estão dispostos a entrar com o capital necessário para viabilizar a cooperativa?
- e) Os interessados estão dispostos a operar integralmente com a cooperativa?
- f) A cooperativa terá condições de contratar pessoal qualificado para administrá-la e fazer a contabilidade?

3º - A Comissão deve procurar a Organização das Cooperativas no seu Estado (OCE), para solucionar as orientações necessárias à constituição da cooperativa.

4º - A Comissão elabora uma proposta de estatuto da cooperativa.

5º - A Comissão distribui para os interessados uma cópia da proposta de estatuto, para que todos a estudem, e realiza reuniões com todas as pessoas interessadas para discussão de todos os itens da proposta do estatuto.

6º - A Comissão convoca todas as pessoas interessadas para a Assembléia Geral de Constituição (Fundação) da cooperativa, em hora e local determinados, com bastante antecedência, afixando o aviso de convocação em locais bastante freqüentados pelos interessados, podendo também ser veiculado através da imprensa e rádio da localidade.

7º - Realização da Assembléia Geral de Constituição de Cooperativa, com a participação de todos os interessados (mínimo 20 pessoas)".

Muitos outros passos antecedem a criação de uma cooperativa, como realizar reuniões com formadores de opinião, chefias e entidades que estarão envolvidas diretamente no processo, expondo a programação e levando ao conhecimento destes a proposta de criação da cooperativa, através da apresentação de painéis, possibilitando uma ampla discussão do assunto e esclarecendo eventuais dúvidas, de modo que estes sejam instrumentos verdadeiros difusores da desejada proposta.

O processo administrativo de criação da cooperativa, em linhas gerais obedecerá uma dinâmica que será iniciada através da Assembléia Constituinte ou de Fundação, verificando antecipadamente o quorum legal para iniciar os trabalhos. Compor a mesa diretora levando ao conhecimento dos presentes a razão daquela convocação. O estatuto será apresentado à discussão

e após esclarecidas as dúvidas levantadas, será colocado em votação. Neste momento os associados fundadores integralizam o valor de quotas-partes subscritas, mencionando que o valor será recolhido ao Banco Central do Brasil pelo período em que o processo para homologação esteja junto aquela Autarquia, devendo esta parcela ser paga de forma imediata. É fornecido o recibo de depósito das quotas-partes integralizadas aos associados fundadores.

Os associados fundadores, fornecem os dados pessoais que deverão ser relacionados nos formulários a serem enviados ao BACEN.

É providenciado lavratura da Ata da Assembléia Geral de Constituição com respectivo Estatuto Social em livro próprio, qualificando ao final os associados fundadores, sendo esta assinada por todos.

Em outubro de 1999, o Jornal Diário Catarinense, veiculou uma matéria sobre a cooperativa de crédito, e corroborando com acima exposto, apresentou o seguinte quadro:

Quadro 5 - Passos para criar uma cooperativa.

<p>Os passos para abrir uma cooperativa:</p> <ul style="list-style-type: none"><input type="checkbox"/> Mobilização, divulgação da idéia<input type="checkbox"/> Reunião dos interessados<input type="checkbox"/> Seleção dos participantes<input type="checkbox"/> Realização de palestras de sensibilização<input type="checkbox"/> Constituição<input type="checkbox"/> Aprovação pelo Banco Central (sai em 60 dias) <p>Do que depende o sucesso da cooperativa:</p> <ul style="list-style-type: none"><input type="checkbox"/> Comprometimento<input type="checkbox"/> Profissionalismo dos membros<input type="checkbox"/> Total participação (...)<input type="checkbox"/> Capital inicial<input type="checkbox"/> Consultoria profissional	<ul style="list-style-type: none"><input type="checkbox"/> Funcionários profissionais<input type="checkbox"/> Estrutura física de banco (Ter “cara” de banco)<input type="checkbox"/> Credibilidade <p>Vantagens da cooperativa</p> <ul style="list-style-type: none"><input type="checkbox"/> Independência financeira<input type="checkbox"/> Socialização do capital<input type="checkbox"/> Baixa taxa de juros<input type="checkbox"/> Redução de cobrança de tarifas bancárias<input type="checkbox"/> Reinvestimento no cooperado e na comunidade<input type="checkbox"/> Maior união do setor<input type="checkbox"/> Geração de empregos<input type="checkbox"/> Combate a agiotagem<input type="checkbox"/> Facilidade de crédito
---	--

Fonte: Diário Catarinense – 27/10/99

As cooperativas são uma espécie de sociedade contratual com regime estatutário, que guarda características próprias, como visto no capítulo I, não se confundindo com os demais tipos societários e nem com associações, embora no conjunto, alguns aspectos assemelham-se.

4.6 A Cooperativa de Crédito na Conjuntura Econômica

Nos países onde as crises econômicas eram mais agudas, o Cooperativismo de Crédito se mostrou eficaz no combate às distorções do crédito e das atividades produtivas, graças a juros mais acessíveis, que permitiam trabalhar com o capital dos próprios associados. No Brasil mesmo com a presente estabilidade econômica, caracterizada pelo controle da inflação, ainda persistem os juros muito alto, além dos entraves que dificultam a liberação do crédito. Na cooperativa de crédito a estrutura é mais leve, menos burocratizada. O baixo custo operacional permite repassar aos associados as vantagens economizadas, sendo um diferencial em relação a outras entidades financeiras, justamente porque o cooperado é dono e cliente do empreendimento.

As cooperativas de crédito, em qualquer conjuntura econômica, pautam-se pelos preceitos instituídos em Rochdale, e se alinham aos princípios universais que regem o cooperativismo, firmados pela Aliança Cooperativa Internacional e tantas outras obras, de grandes pensadores, como a coletânea de frases reunidas pelo grande pensador cooperativista Laidlaw citadas no site da CREDIVALE, que sintetizam a realidade Cooperativista com as seguintes reflexões:

“Com certeza.....

- Não há qualquer tipo de negócio grande ou difícil para o esforço cooperativo.
- As cooperativas de sucesso crescem através do esforço e da determinação de seus dirigentes.
- As melhores cooperativas sempre foram aquelas que tiveram líderes dedicados e corajosos em todas as suas fases de evolução.
- O capital criado pelo trabalhador da cooperativa é muito mais importante que os simples recursos financeiros de seus membros.

- As cooperativas trazem maior contribuição para o bem-estar e o progresso social de suas Comunidades quando desenvolvem políticas e práticas inovadoras.
- As cooperativas que lutam por algo superior a ganhos financeiros têm surpreendentes poderes de sobrevivência em tempos de tensão e de dificuldades.
- Cooperativas que se isolam e se recusam a participar de sistemas cooperativos maiores têm tendência a definir e desaparecer.
- As cooperativas podem resistir a prolongados ataques de fora, mas não sobrevivem à fraca ou à desonesta liderança.
- As ajudas governamentais ou o paternalismo obscurecem o esforço cooperativo.
- Estruturas muito rígidas representam um sério obstáculo para o progresso e o desenvolvimento das cooperativas, especialmente num ambiente de rápidas mudanças.
- Cooperativas nas quais o controle se concentre em poucos cooperados tendem a se comportar mais cedo ou mais tarde como organismos simplesmente capitalistas”.

Diante destas colocações infere-se que o sucesso ou fracasso de uma cooperativa, está no poder de mobilização de seus membros e na capacidade de assimilarem a Doutrina e os Princípios Cooperativistas, traduzindo-os como filosofia de vida.

CAPITULO V

5. ESTRUTURAÇÃO DA COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DA POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA

Nos capítulos anteriores foi tratado da História do Cooperativismo, envolvendo a Doutrina, os Princípios, lembrado os Precursores, os Direitos e Deveres dos Cooperados, bem como, uma visão do Cooperativismo de Crédito, identificando toda sua estrutura, jurídica e administrativa. Neste capítulo o foco está voltado ao planejamento, com o objetivo de propor a constituição de uma cooperativa de crédito na Polícia Militar de Santa Catarina, para atender as necessidades creditícias de seus servidores, civis e militares, apresentando um esboço do Estatuto a ser votado na Assembléia Geral de Constituição.

O processo de criação de uma Cooperativa de Crédito para os Servidores da Polícia Militar já vem sendo estudado desde do ano de 1999, quando foi apresentado um projeto ao Comando Geral, com o intuito de efetivamente colocar em prática o objeto desse estudo. Em abril do ano em curso, foi criada a Comissão responsável pelas providências necessárias à implementação da Cooperativa. Os trabalhos da Comissão estão sendo realizados concomitantemente com as ações desenvolvidas no projeto, e as interações que estão sendo propostas neste trabalho, através da análise de dados, inclusive valendo-se da estrutura apresentada no Estatuto, conforme mais adiante será apresentado, já estando sendo incorporadas.

5.1 Análise das questões financeiras da Corporação

Com base nas informações do Sistema de Recursos Humanos, foi possível fazer a análise de dados constantes da folha de pagamentos da Polícia Militar, referente ao mês de outubro do ano de 1999, as quais também serviram como fonte para o projeto, em fase anterior. As tabelas e os

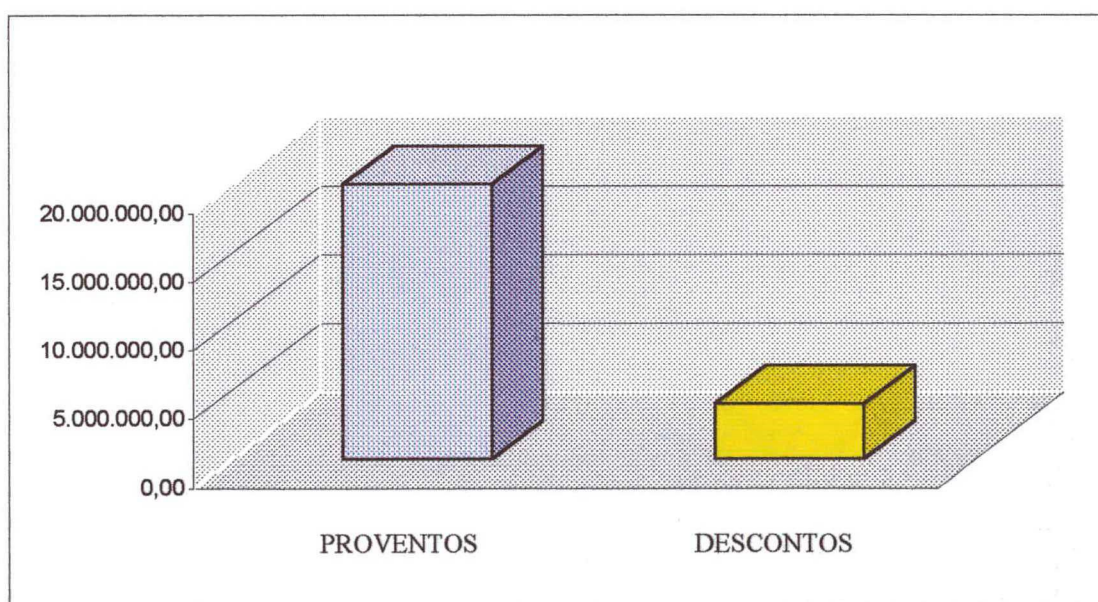
quadros a seguir revelam as informações que sintetizam a viabilidade da Cooperativa.

Tabela 1

DEMONSTRATIVO DOS PROVENTOS E DESCONTOS OUT. 1999.	
TOTAL PROVENTOS	R\$ 20.829.829,54
TOTAL DESCONTOS	R\$ 4.851.291,07
TOTAL FOLHA LÍQUIDA	R\$ 15.978.538,47

Fonte – : Folha pagamento Out. 1999.

Quadro 6 – Relação entre proventos e descontos.



Fonte: Folha pagamento Out. 1999.

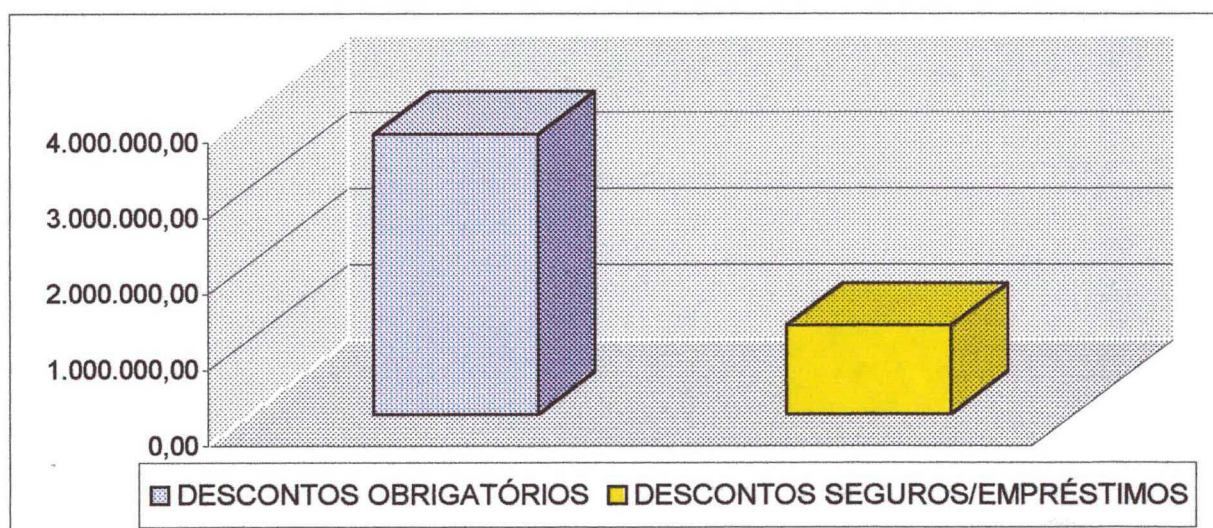
O quadro apresentado permite uma idéia do quantitativo de descontos da folha, e revela a seguinte informação: 19% (dezenove por cento) do total bruto da folha de pagamentos referem-se a descontos, ou seja, dos R\$ 20.829.848,54 (vinte milhões oitocentos e vinte e nove mil oitocentos e quarenta e oito reais e cinquenta e quatro centavos), o valor dos descontos gerais, IPESC, Imposto de renda, empréstimos, seguros, e outros, giram em torno de R\$ 4.851.291,07 (quatro milhões oitocentos e cinquenta e um mil e duzentos e noventa e um reais e sete centavos).

Tabela 2

DEMONSTRATIVO DOS DESCONTOS	
OUT. 1999.	
DESCONTOS OBRIGATÓRIOS	R\$ 3.686.981,21
DESCONTOS SEGUROS/EMPRÉSTIMOS	R\$ 1.164.309,86
TOTAL	R\$ 4.851.291,07

Fonte: Folha de pagamento out. 1999.

Quadro 7 – Comparativo dos descontos.



Fonte: Folha de pagamento out. 1999.

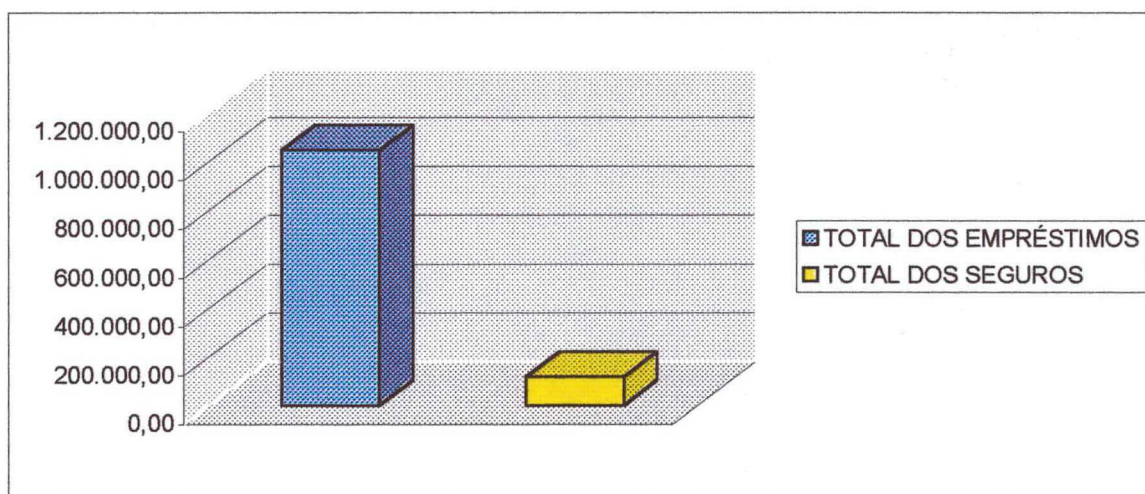
Neste quadro está sendo apresentado uma análise dos descontos, os quais se referem aos descontos obrigatórios versus os descontos de seguro e empréstimos, sendo estes possíveis de serem realizados através da cooperativa. A informação significativa é que R\$ 1.164.309,86 (um milhão cento e sessenta e quatro mil e trezentos e nove reais e oitenta e oitenta e seis centavos) poderiam estar sendo movimentados via cooperativa, dando retorno aos cooperados, com juros mais baixos que o mercado e rentabilizando no geral todos os cooperados.

Tabela 3

COMPARATIVO DOS DESCONTOS SEGUROS E EMPRÉSTIMOS OUT 1999.	
TOTAL DOS EMPRÉSTIMOS	R\$ 1.047.878,87
TOTAL DOS SEGUROS	R\$ 116.430,99
TOTAL DOS DESCONTOS	R\$ 1.164.309,86

Fonte: Folha pagamento out. 1999.

Quadro 8 – Comparativo dos empréstimos e seguros.



Fonte: Folha pagamento out. 1999.

Este quadro produz uma informação muito significativa do ponto de vista da viabilidade econômica, quando se faz a seguinte análise: os 10%(dez por cento), dos descontos possíveis de realizar através da cooperativa, são provenientes de descontos com seguros, que poderiam pelo menos uma vez por ano, serem incorporados ao patrimônio da cooperativa, em razão da própria cooperativa fazer o seguro; outra informação refere-se aos empréstimos, que conforme o quadro acima, poderiam estar rendendo em torno de 4% (quatro por cento) para cooperativa, enquanto os servidores estão pagando uma taxa de mercado de no mínimo o dobro.

5.2 Análise das informações colhidas em campo

Para se ter um diagnóstico do perfil dos servidores da Polícia Militar, foi necessário realizar uma pesquisa de campo, onde pode-se fazer as inferências necessárias, com a finalidade de desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias sobre o cooperativismo. O instrumento de coleta de dados, possibilitou colher informações basicamente de três aspectos, um voltado aos dados pessoais, outro para verificar o grau de conhecimento sobre a Doutrina do Cooperativismo e o último aspecto do questionário, que estava mais direcionado para verificar o interesse ou não em participar da criação da cooperativa.

A pesquisa foi realizada entre os usuários da INTRANET da Polícia Militar, na época dirigida a uma população de 856 (oitocentos e cinquenta e seis) usuários, sendo que a amostra, para satisfazer um erro amostral de 6% (seis por cento) e 90% (noventa por cento) de confiabilidade, foi dimensionada para 153 servidores da Polícia Militar.

O cálculo da amostra foi então desenvolvido para uma população finita com base na seguinte fórmula:

$$n = \frac{N \cdot Z^2 \cdot P \cdot Q}{e^2 \cdot (N-1) + Z^2 \cdot P \cdot Q}$$

n – tamanho da amostra;

N – população;

Z – valor da variável para o nível de confiança adotado;

e – precisão da amostra ou erro máximo admitido;

P – proporção de ocorrência da variável em estudo na população;

Q - proporção de não ocorrência $Q = (1 - P)$;

$$n = \frac{852 * 2,6896 * 0,5 * 0,5}{0.0036 * (852 - 1) + (2,6896 * 0,5 * 0,5)}$$

n = 153 elementos.

Os resultados da pesquisa foram tabulados e geraram as tabelas e quadros que se seguem:

5.2.1 Dados Pessoais

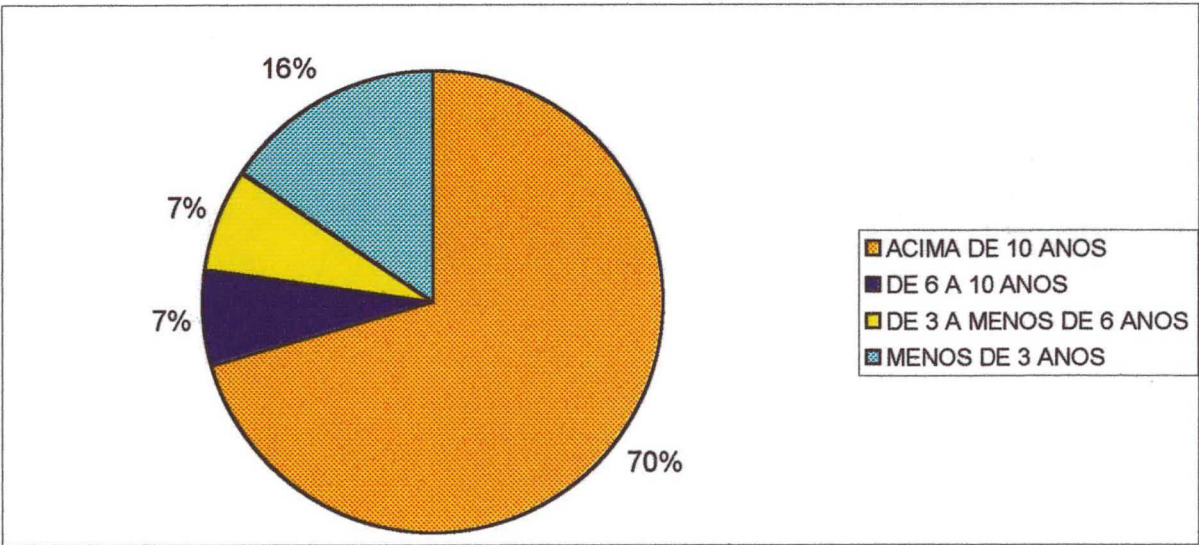
a) Tempo de Serviço

Tabela 4

TEMPO DE SERVIÇO		
ACIMA DE 10 ANOS	108	70,59%
DE 6 A 10 ANOS	10	6,53%
DE 3 A MENOS DE 6 ANOS	11	7,19%
MENOS DE 3 ANOS	24	15,69%
TOTAL	153	100%

Fonte: Dados primários out. 1999

Quadro 9 – Tempo de serviço



Fonte: Dados primários out. 1999.

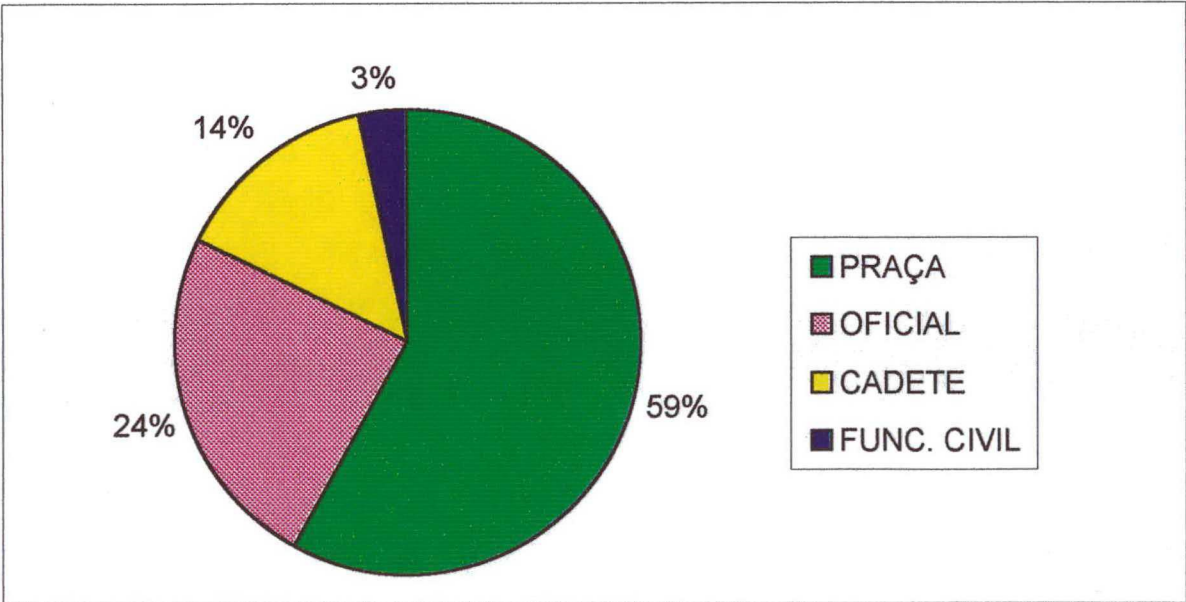
b) Classificação

Tabela 5

CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIDORES		
PRAÇA	89	58,17%
OFICIAL	37	24,18%
CADETE	22	14,38%
FUNC. CIVIL	5	3,27%
TOTAL	153	100%

Fonte: Dados primários out. 1999.

Quadro 10 – Classificação dos servidores.



Fonte: Dados primários out. 1999.

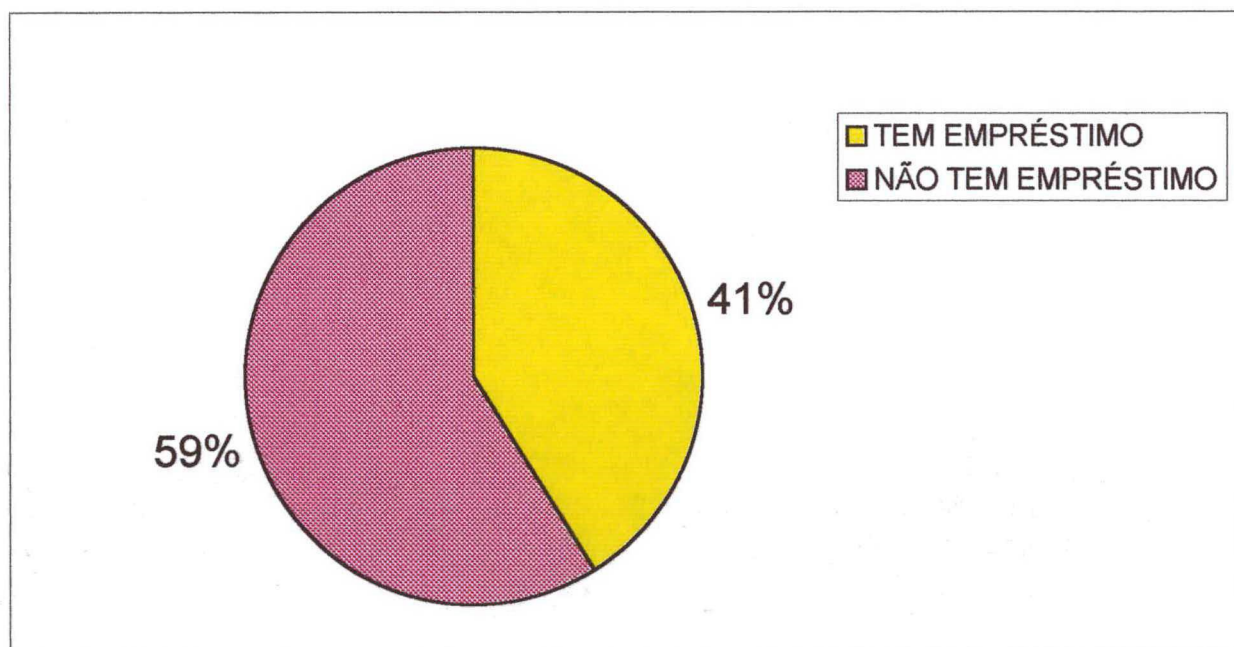
c) Empréstimos bancários

Tabela 6 –

EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS		
TEM EMPRÉSTIMO	63	41,18%
NÃO TEM EMPRÉSTIMO	90	58,82%
TOTAL	153	100%

Fonte: Dados primários out. 1999.

Quadro 11 – Empréstimo bancários.



Fonte: Dados primários out. 1999.

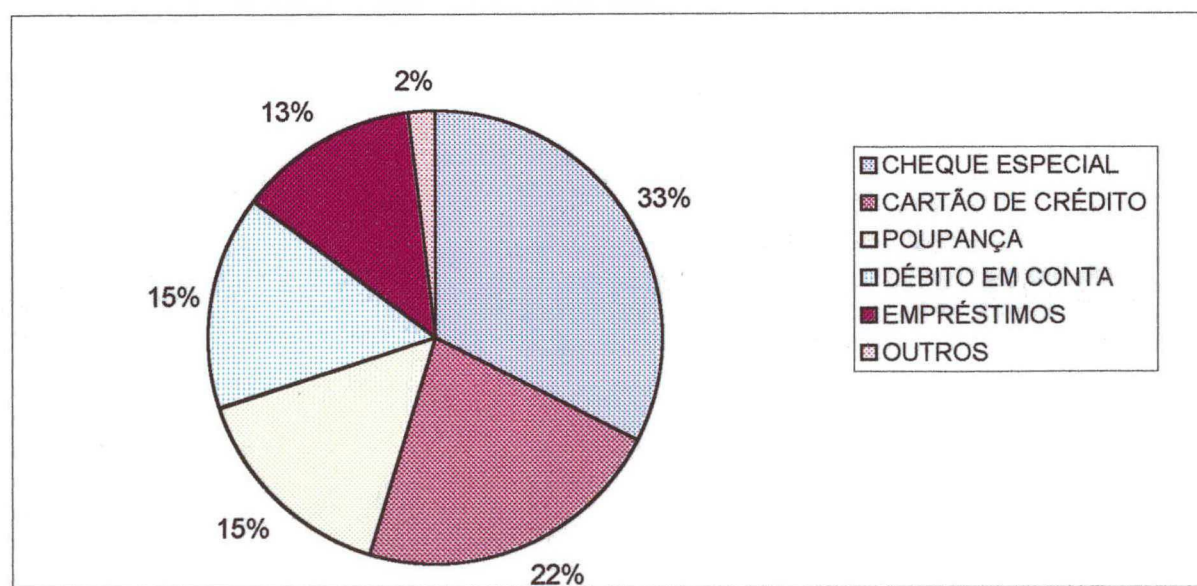
d) Produtos bancários utilizados

Tabela 7

SERVIÇOS BANCÁRIOS		
CHEQUE ESPECIAL	51	33%
CARTÃO DE CRÉDITO	35	22%
POUPANÇA	24	15%
DÉBITO EM CONTA	24	15%
EMPRÉSTIMO	20	13%
OUTROS	3	2%
TOTAL	157	100%

Fonte: Dados primários out. 1999.

Quadro 12 – Serviços bancários.



Fonte: Dados primários out. 1999.

5.2.2 Doutrina

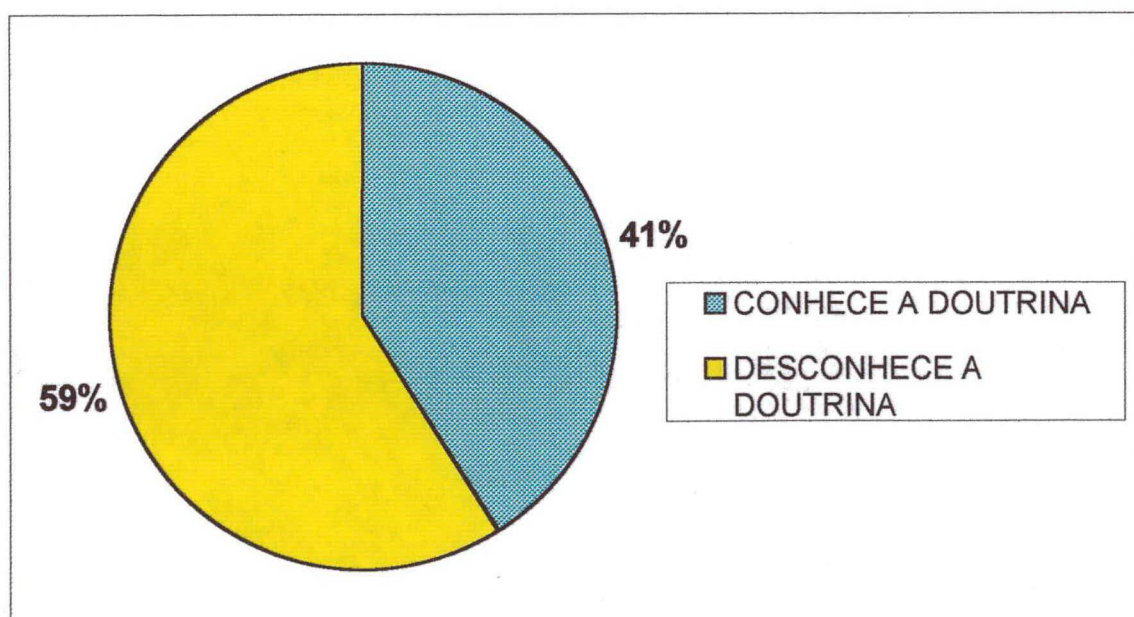
a) Conhecimento da Doutrina

Tabela 8

CONHECIMENTO DA DOUTRINA		
CONHECE A DOUTRINA	63	41,18%
DESCONHECE A DOUTRINA	90	58,82%
TOTAL	153	100%

Fonte: Dados primários out. 1999.

Quadro 13 – Conhecimento da Doutrina.



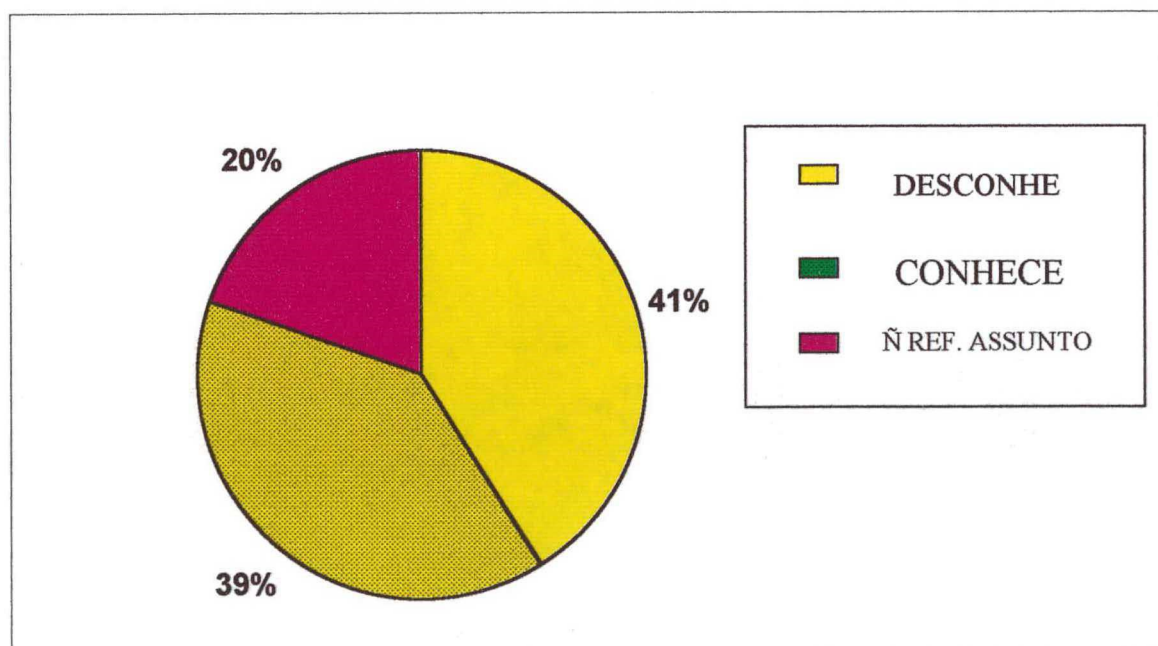
Fonte: Dados primários out. 1999.

b) Conhecimento dos Princípios

Tabela 9

CONHECIMENTO DOS PRINCÍPIOS		
CONHECE OS PRINCÍPIOS	60	39,22%
DESCONMHECE OS PRINCÍPIOS	63	41,17%
NÃO REFLETIU SOBRE O ASSUNTO	30	19,61%
TOTAL	153	100%

Quadro 14 –Conhecimento dos Princípios.



Fonte: Dados primários out. 1999.

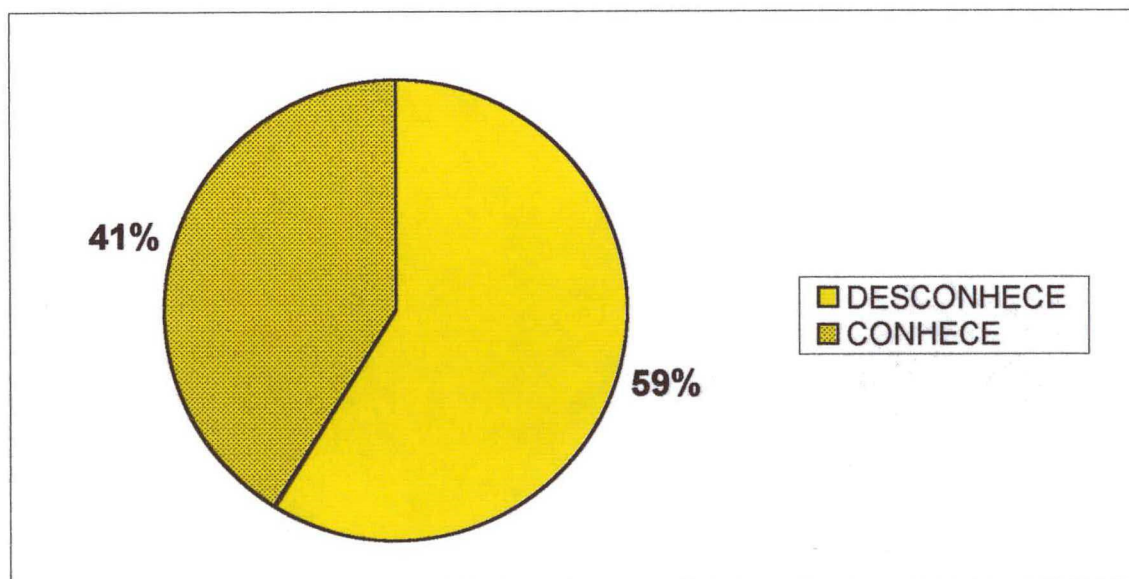
c) Retorno sobre excedentes

Tabela 10

CONHECIMENTO SOBRE RETORNOS DOS EXCEDENTES		
CONHECE	63	41,17%
DESCONHECE	90	58,83%
TOTAL	153	100%

Fonte: Dados primários out. 1999

Quadro 15 – Retorno de excedentes.



Fonte: Dados primários out. 1999.

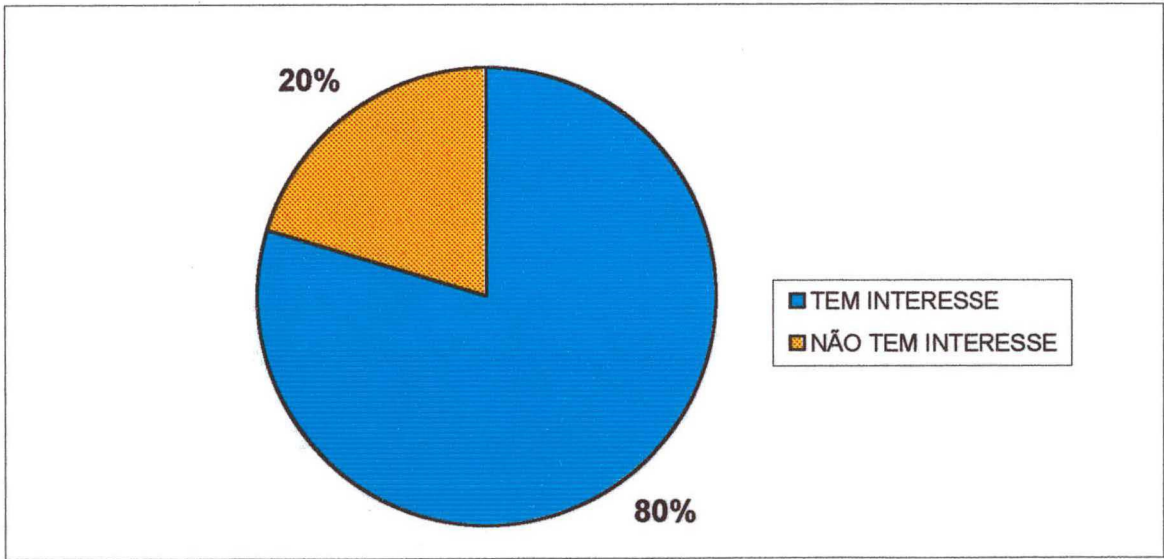
5.2.3 Interesse em participar da Cooperativa

Tabela 11

MANIFESTOU INTERESSE EM SER COOPERADO		
TEM INTERESSE	122	79,74%
NÃO TEM INTERESSE	31	20,26%
TOTAL	153	100%

Fonte: Dados primários out. 1999.

Quadro 16 - Relação de manifestação do interesse



Fonte: Dados primários out. 1999.

5.4 Proposta de Estatuto

Materializando a proposta de criação de uma Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo para os servidores da Polícia Militar de Santa Catarina, foi estruturado o “boneco” do Estatuto, onde os aspectos polêmicos foram discutidos a priori com a Comissão de Implantação, já constituída para viabilizar o processo de constituição da Assembléia Geral de criação da Cooperativa.

A proposta do Estatuto, de acordo com os dispositivos da Lei 4595/64 e 5764/71, está apresentada no anexo 2 desta monografia, que será votado na Assembléia Geral de Constituição. Os procedimentos de ordens administrativas passarão a ser executados com vista a viabilizar a autorização de funcionamento junto ao Banco Central, bem como, para desenvolver as demais ações para concretizar a criação da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores da Polícia Militar – CREDPOM.

CAPÍTULO VI

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Cooperativismo é o grande instrumento no processo de globalização, que contribuirá para redução da exclusão promovida pela centralização e privatização da economia. É uma forma de integração das pessoas, oportunizando o trabalho, desenvolvimento, distribuição de renda, ação social solidária, sendo um grande aliado em defesa da democracia.

Com o diagnóstico realizado numa parcela da população dos servidores da Polícia Militar de Santa Catarina, foi possível inferir que será preciso um trabalho de divulgação e conscientização dos servidores, com o objetivo de divulgar a Doutrina e os Princípios do Cooperativismo. O enfoque na análise dos quadros, Doutrina, Princípios e retorno de excedentes, apresentaram uma noção clara de como os servidores da Polícia Militar, ainda não tem a idéia de que venha ser a Doutrina Cooperativista, haja vista que, 59,82% (cinquenta e oito vírgula oitenta e dois por cento) desconhecem a Doutrina e apenas 41,17 % (quarenta e um vírgula dezessete por cento) conhecem os Princípios Cooperativos.

Da análise dos dados colhidos, na pesquisa de campo, com referência ao interesse em criação da cooperativa, foi detectado que 80% (oitenta por cento) dos servidores entrevistados tem interesse em fazer parte da cooperativa, o que revelou um bom prognóstico de adesão.

Diante do estudo realizado, verificou-se que a cooperativa de crédito combate os altos juros e a especulação, capta e empresta recursos entre seus quadros de sócios, distribuindo entre eles as sobras. A criação de uma Cooperativa de Crédito para os servidores da Polícia Militar, será mais uma alternativa real de convívio com o capitalismo, minimizando sua desvantagens de disparidades alimentadas pelas injustiças sociais. Será o fruto das discussões realizadas durante o ano de 1999 até a presente data. O processo está em andamento e este trabalho com certeza contribuiu e contribuirá muito para sua implementação.

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores da Polícia Militar de Santa Catarina trará muitos benefícios aos seus servidores, principalmente considerando-se os seguintes aspectos:

- a) do ponto de vista social, a cooperativa será uma alternativa para os servidores da Polícia Militar buscarem melhores condições de vida, respaldados na Doutrina e nos Princípios do Cooperativismo, onde a integração, a educação cooperativista, vão proporcionar aos seus associados à cooperação mútua;
- b) do ponto de vista econômico, com a criação da cooperativa, os associados terão vantagens que não conseguem no mercado financeiro, libertando-se dos juros exorbitantes que a maioria costuma pagar quando se vê numa situação de aperto econômico. As principais vantagens serão liberação de crédito com maior rapidez, juros abaixo do mercado e tarifas menores e uma vantagem significativa, os cooperados se tornarão, além de clientes, donos da cooperativa, sendo que a rentabilidade da mesma retorna aos cooperados com a distribuição das sobras;
- c) do ponto de vista legal, a cooperativa é uma associação autônoma de pessoas que se unem voluntariamente e através de ações democráticas, buscam satisfazer suas aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais, sendo uma empresa de propriedade coletiva, na busca do bem comum.

O cooperativismo em muitas Polícias Militares já é uma realidade, está presente na Brigada Militar do Rio Grande do Sul, na Polícia Militar de São Paulo e do Rio de Janeiro e aqui também tem um grande potencial para se tornar uma realidade e uma das principais cooperativas de crédito de nosso Estado.

Concluindo, o cooperativismo atual surgiu em função das iniciativas particulares de pessoas que preocupadas com a degradação social, buscaram organizar a sociedade para que os direitos humanos, os direitos individuais e os valores sociais fossem respeitados, consagrando-se com a Constituição Federal de 1988, no seu Artigo 5º, dos direitos e garantias individuais. Sempre houveram, pessoas que, inconformadas com a sociedade em que viviam, aspiravam organizar uma sociedade ideal, onde reinasse a justiça, a paz, a ordem e a felicidade, eliminando as diferenças econômicas e implantando o bem-estar coletivo.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 BANCOOB. **Cooperativas de crédito singulares**. URL : <http://www.bancoob.com.br/pg07.htm>. Arquivo recuperado em 30/03/00.
- 2 BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Resolução nº 2608 de 27 maio de 1999**. URL : <http://lira.bcb.gov.br/ixpress/correio/correio/RETORNODOCORREIO.dml>. Arquivo recuperado em 24/04/00.
- 3 BENATO, João Vitorino Azolin. **Planejamento orçamentário em sociedades cooperativas**. São Paulo : OCESP. 1993.
- 4 _____. **Cooperativas e sua administração**. São Paulo : OCESP. 1992.
- 5 _____. **O abc do cooperativismo**. 3 ed. São Paulo : Dinâmica Gráfica e Editora Ltda, 1996.
- 6 _____. **Cooperativismo, encontro e desencontros**. 3 ed. São Paulo : Dinâmica Gráfica e Editora Ltda, 1996.
- 7 _____. **Cooperativas de crédito rural o elo financeiro**. São Paulo : EGM – Reprográfica e Comércio Ltda, 1995.
- 8 BOCTCHER, Erik; et all. **Problemas de direção em cooperativa**. Tradução de Kurt John – Florianópolis, UFSC. 1983.
- 9 BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 6 ed. Brasília : Ática, 1990.
- 10 BULGARELLI, Waldirio. **Regime jurídico das sociedades cooperativas**. São Paulo : Pioneira, 1993.
- 11 COEDUC. **E, o que é cooperativismo?** URL : http://www.digi.com.br/clientes/coeduc/cons_ad4.htm. Arquivo recuperado em 15/03/00.
- 12 CREDIVALE – Informativo. URL : <http://www.credivale.com.br/informativo/ler.asp?sec=entrevis>. Arquivo recuperado em 24/04/00.
- 13 CROTEAU, John T. **A economia da cooperativa de crédito**. São Paulo : Atlas, 1968.
- 14 COOPERTESP. **Informativo da Cooperativa de Trabalho dos Técnicos do Estado de São Paulo : Cooperativismo cresce em todo mundo**. URL : http://www.ateesp.com.br/i_coop_j36.htm. Arquivo recuperado em 16/03/00.
- 15 DIÁRIO CATARINENSE. **Cooperativa mineira de crédito é modelo**. 27/ out/1999.

- 16 KLAES, Luiz Salgado. **O ideário cooperativo e sua influência no movimento e na legislação cooperativista brasileira**. Florianópolis, 1982. Dissertação (Mestrado em Administração) – UFSC.
- 17 LAIDLAW, Alexandre. **Las cooperativas en el año 2.000**. Buenos Aires: Intercoop., 1981.
- 18 MAIA, Isa. **Cooperativa e prática democrática**. São Paulo : Cortez. 1985.
- 19 MATTAR, Fauze Najib. **Pesquisa mercadológica**. São Paulo: Atlas, 1994.
- 20 MERSS, Carlitos. **Pronunciamento em 01 de dezembro de 1999**. URL : <http://www.Carlito.com.br/pro011299.htm>. Arquivo recuperado em 24/04/00.
- 21 OCEPAR. **A arte de fiscalizar cooperativas**. Curitiba. 1999.
- 22 OCESC. **O Cooperativismo ao alcance de todos**. 2 ed., Florianópolis : Estúdio 4, 1996.
- 23 OCESP. **Cooperativa – o que é, como funciona, como montar e participar**. URL : <http://www.ocesp.org.br/cptva.htm>. Arquivo recuperado em 27/01/00.
- 24 OCB. **Cooperativismo nacional, dimensões políticas e política econômica**. Brasília, 1984.
- 25 PINHO, Diva Benevides. **A doutrina cooperativa nos regimes capitalistas e socialistas**. Pioneira, São Paulo, 1966.
- 26 PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971**. URL : <http://www.Planalto.gov.br/CCIVIL/Leis/L5764.htm>. Arquivo recuperado em 16/03/99.
- 27 RIOS, Gilvando Sá Leitão. **O que é o cooperativismo**. São Paulo : Brasiliense, 1987.
- 28 RODRIGUES, Roberto. **Impacto das mudanças sobre o cooperativismo**. URL: http://www.credivile.com.br/15-99/cooperativismo_mundo.htm. arquivo capturado em 27/01/00.
- 29 _____. **Resolução do BACEN ameaça cooperativas**. URL : <http://www.abag.com.br/resbacen.htm>. Arquivo recuperado em 24/04/00.
- 30 SICRED. **Histórico**. URL : <http://www.netcentro.com.br/~sicredi/historico.htm>. Arquivo recuperado em 30/03/00.
- 31 _____. **Você sabe o que é uma cooperativa de crédito?** URL : <http://www.fecomercio-rs.org.br/sicredi.htm> . Arquivo recuperado em 19/04/00.
- 32 VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatório de pesquisa em administração**. São Paulo : Atlas, 1997.
- 33 WAINSTOK, Arturo. **Una experiência de crescimento cooperativo**. Buenos Aires : INTERCOOP, 1981.

ANEXO I

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS PARA PESQUISAR A VIABILIDADE DA CRIAÇÃO DE UMA COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA

O presente questionário faz parte de um Projeto que tem o objetivo de verificar a viabilidade da criação de uma cooperativa de crédito na PMSC. Quanto as informações prestadas fica assegurado o anonimato do entrevistado. Este questionário poderá ser preenchido em 4 minutos. Com foco na doutrina e nos princípios do cooperativismo, agradecemos sua colaboração.

SAIBA ALGUMA COISA SOBRE AS COOPERATIVAS DE CRÉDITO

As cooperativas de crédito têm como objetivo principal a concessão de empréstimos individuais com base na poupança coletiva, promovem a educação econômica e financeira dos cooperados, estabelecem mecanismos de poupança sistemática e prestam serviços de natureza bancária, que podem gerar sobras que incorporam-se ao patrimônio dos sócios. O cooperado é ao mesmo tempo cliente, usuário, fornecedor e dono da cooperativa.

Uma cooperativa pode oferecer aos cooperado além dos empréstimos: conta corrente, cartão/crédito, recebimento de impostos e taxas, cheque especial, depósito a prazo, poupança, consórcios, fundos de previdência, plano de saúde, convênios com supermercados, farmácias...

Seus princípios são: adesão voluntária e livre; gestão democrática pelos membros; participação econômica dos membros; autonomia e independência; educação, formação e informação; intercooperação e interesse pela comunidade.

QUESTIONÁRIO

1. DADOS PESSOAIS:

a) Quanto tempo de efetivo serviço você têm na Corporação?

I) Menos de 3 anos ☐

II) De 3 a 6 anos ☐

III) De 6 a 10 anos ☐

IV) Acima de 10 anos ☐

b) Das opções abaixo qual corresponde sua classificação?

I) Oficial ☐

II) Praça ☐

III) Cadete ☐

IV) Funcionário civil ☐

c) Atualmente você tem algum tipo de empréstimo pessoal?

Sim ☐

Não ☐

d) Dos produtos bancários quais você possui?

I) Cheque especial ☐

II) Cartão de crédito ☐

III) Poupança ☐

IV) Débito em conta ☐

V) Outros

2. DOUTRINA COOPERATIVA

a) Você já ouviu falar nos benefício que o cooperativismo proporciona aos seus cooperados e como ela pode auxiliá-los?

I) Sim ☐

II) Não ☐

b) Você sabia que os princípios do cooperativismo fazem as pessoas crescerem, proporcionando uma vida melhor, suprimi os parasitas, facilita o acesso a propriedade, que oferecer adequado atendimento de suas necessidades de crédito e poupança, com encargos mais baixos que os do mercado?

I) Sim

☐

II) não

☐

III) nunca refleti sobre o assunto

☐

c) Você sabia que todo o capital investido na cooperativa pelo associado é corrigido de conformidade com as normas estabelecidas pelo Banco Central, acrescido de bonificação de até 12% (doze por cento) ao ano?

I) Sim ☐

II) Não ☐

3. CRIAÇÃO DA COOPERATIVA

a) Você ou alguns de seus familiares participam, de alguma cooperativa?

I) Sim ☐

II) Não ☐

ANEXO II

PROPOSTA DE ESTATUTO SOCIAL DA CREDPOM

Capítulo I

Denominação, Sede, Foro, Área de ação, Prazo de duração e Exercício social

Artigo 1º - A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, CREDPOM, fundada em é constituída nos termos da Lei 5.764, de 16/12/71, que dá forma jurídica à Sociedade Cooperativa, atendidas as disposições da Lei 4.595, de 13/12/64 e normas baixadas pelo Banco Central do Brasil, que disciplinam o funcionamento das instituições financeiras, e reger-se-á pelo presente Estatuto, tendo:

- a) Sede, foro e administração na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina;
- b) Área de ação limitada no âmbito dos servidores da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, PMSC, e da Associação Beneficente dos Policiais Militares, ABEPOM;
- c) Prazo de duração indeterminado e exercício social constituído de 12 (doze) meses, com início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano.

Capítulo II

Objeto Social

Artigo 2º - A Cooperativa tem por objeto a educação cooperativista e financeira de seus associados através da ajuda mútua, da economia sistemática, uso adequado do crédito, procurando ainda, por todos os meios, desenvolver ações de fomento a defesa e a expansão do cooperativismo de economia e crédito mútuo, e imediato proporcionar:

I - através da mutualidade, assistência financeira aos associados em suas atividades, com a finalidade de proporcionar melhores condições de vida;

II - a educação cooperativista e financeira dos seus associados, através da ajuda mútua, da economia sistemática, uso adequado do crédito, bem como da difusão de informações técnicas que visem o aprimoramento da qualidade de vida;

III - a prática, nos termos da legislação em vigor, as seguintes operações, dentre outras:

- a) captação de recursos financeiros e concessão de crédito;
- b) prestação de serviços e formalização de convênios com outras instituições financeiras;
- c) aplicações de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e rentabilizar os recursos postos a sua disposição ou administração;

Parágrafo Único - Em todos os aspectos de sua atividade serão rigorosamente observados os princípios da neutralidade política, religiosa, racial e social.

Capítulo III

Quadro Social

Artigo 3º - O número de associados será ilimitado, não podendo no entanto, ser inferior a 20 (vinte).

Artigo 4º - Poderão fazer parte do quadro social da Cooperativa, todos os servidores da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, ativos ou inativos, civis ou militares, a Associação Beneficente dos Policiais Militares de Santa Catarina e seus empregados e os seus próprios

empregados, que, estando na plenitude de sua capacidade civil, concordem com o presente Estatuto e preencham as condições nele estabelecidas.

Artigo 5º - Para adquirir a qualidade de associado, o interessado deverá ter o seu nome aprovado pelo Conselho de Administração, subscrever ou integralizar as quotas-partes sociais na forma prevista neste Estatuto assinando o livro ou carta proposta de matrícula.

Parágrafo Único: - Não poderão ingressar na Cooperativa e nem dela fazer parte, as pessoas ou entidades que exerçam qualquer atividade que contrariem ou colidam com seus objetivos.

Artigo 6º - São direitos do associado:

- a) participar das assembléias gerais, discutir e votar os assuntos que nelas sejam tratados, ressalvadas as disposições legais e estatutárias em contrário;
- b) votar e ser votado para os cargos do ou Conselho de Administração e Fiscal, desde que atendidas as disposições previstas neste Estatuto e no Regimento Interno e no Regulamento Eleitoral a ser elaborado;
- c) beneficiar-se das ações e serviços objeto da Cooperativa, de acordo com este Estatuto, resoluções do Conselho de Administração e demais legislação pertinente;
- d) examinar e pedir informações por escrito, pertinentes à documentação das assembléias gerais, previa ou posteriormente a sua realização;
- e) demitir-se da Cooperativa quando lhe convier;
- f) retirar o capital, juros e sobras, obedecidas às normas estabelecidas pelo Conselho de Administração;
- g) possuir recibos nominativos de suas quotas-partes.

Artigo 7º - São deveres e obrigações dos associados:

- a) cumprir, fielmente, as disposições deste Estatuto, dos regimentos e regulamentos internos, das deliberações e resoluções das Assembléias Gerais e do Conselho de Administração;
- b) satisfazer pontualmente seus compromissos perante a cooperativa, reconhecendo como contratos cooperativos e títulos executivos todos os instrumentos contratuais que firmar com a Cooperativa;
- c) zelar pelos interesses da Cooperativa;
- d) responder, limitado até o valor de suas quotas partes, pelas obrigações e pelos prejuízos nos termos, prazos e condições deliberados em assembléia geral, somente após ser exigida judicialmente da Cooperativa, perdurando essa responsabilidade, também para demitidos, eliminados ou excluídos, até quando forem aprovadas em Assembléia Geral as contas do exercício em que se deu a retirada;
- e) permitir ampla fiscalização em seus bens dados em garantias, por preposto da Cooperativa, das instituições financeiras, nos casos de repasse e refinanciamento, e do Banco Central do Brasil;
- f) depositar suas economias e poupanças, preferencialmente na Cooperativa;
- g) pagar a taxa de contribuição para o funcionamento, estabelecido pelo Conselho de Administração;

Artigo 8º - As obrigações do associado falecido, contraídas com a Cooperativa, e as oriundas de responsabilidades como associado, em face de terceiros, passam aos herdeiros, até o limite das forças da herança e das quotas-partes subscritas, prescrevendo, porém, após um ano do dia da abertura da sucessão.

Artigo 9º - O associado poderá demitir-se do quadro social a qualquer tempo e independentemente de motivação, desde que esteja em dia com suas obrigações junto a cooperativa.

Artigo 10 - Além da demissão a pedido, será eliminado do quadro social, em processo administrativo para esse fim instaurado, garantido o direito de ampla defesa, o associado que:

- a) venha a exercer qualquer atividade que seja considerada prejudicial à Cooperativa;
- b) praticar atos que desabone seu conceito pessoal e conduta financeira;
- c) faltar reiteradamente ao cumprimento das obrigações assumidas com a Cooperativa ou a esta causar qualquer prejuízo;
- d) tornar-se inadimplente nas operações de crédito, por prazo superior a três meses.

Artigo 11 - A eliminação em virtude de infração legal ou estatutária será decidida em reunião do Conselho de Administração, devendo o seu motivo constar de termo lavrado no Livro de matrícula e assinado por seu Diretor-Presidente.

§ 1º - Em prazo não superior a trinta dias, contado da reunião do Conselho de Administração que decidiu a eliminação, cópia autêntica do termo de eliminação será remetida ao associado por correspondência com aviso de recebimento, para que o mesmo possa exercer o amplo direito de defesa.

§ 2º - O associado eliminado poderá interpor recurso, no prazo de 10 dias, para o Conselho de Administração e da sua decisão para a Assembléia Geral.

Artigo 12 - A exclusão do associado dar-se-á por dissolução da Cooperativa, incapacidade civil não suprida, por morte do próprio associado ou por perda do vínculo comum que lhe facultou ingressar em seu quadro social.

Artigo 13 - Nos casos de demissão, eliminação ou exclusão, o associado terá direito à restituição do capital e seus acréscimos, inclusive sobras que lhe tiverem sido registradas, observadas todas as disposições neste Estatuto.

Capítulo IV Capital Social

Artigo 14 - O capital social dividido em quotas-partes no valor de R\$ 1,00 (um real), é ilimitado quanto ao máximo e variável conforme o número de associados e o de quotas subscritas, não podendo, contudo ser inferior a R\$ 51.000,00 (cinquenta e um mil reais).

§ 1º O valor mínimo de quotas-partes a ser subscrito não poderá ser inferior a 680 (seiscentas e oitenta) quotas-partes.

§ 2º - O capital será sempre realizado em moeda corrente nacional, sendo tanto as quotas-partes iniciais quanto às relativas aos aumentos de capital, integralizadas com pagamento no mínimo de 10% (cinquenta por cento) de seu valor e o saldo restante em prestações a serem definidas pelo Conselho de Administração.

Artigo 15 - A devolução do capital ao associado demitido, eliminado ou excluído será feita após a aprovação pela Assembléia Geral, do Balanço do anual em que se deu o desligamento, podendo

ser parcelada em até 12 (doze) prestações mensais, salvo decisão adversa do Conselho de Administração.

Parágrafo Único - Ocorrendo demissões, eliminações ou exclusões em número tal que a devolução do capital possa afetar a estabilidade financeira da Cooperativa, esta poderá então efetuar a devolução em prazos superiores ao fixado no caput deste artigo, a juízo do Conselho de Administração, a fim de resguardar a continuidade de seu funcionamento.

Artigo 16 - Para aumento contínuo do Capital, cada associado poderá subscrever e integralizar todos os meses, automaticamente, quantidade de quota, cujo valor seja correspondente no mínimo a 3 (três) cotas, respeitado o limite previsto no artigo 17.

Artigo 17 - Nenhum associado poderá subscrever menos que 680 (seiscentas e oitenta) quotas-partes e nem mais de 1/3 (um terço) do total delas.

Artigo 18 - Ao capital, poderá ser acrescido juros de até 12% (doze por cento) ao ano.

Artigo 19 - Os herdeiros terão direito ao capital e demais créditos do associado falecido, conforme a respectiva conta-corrente e o balanço do ano em que ocorreu o óbito, podendo ficar sub-rogado nos direitos sociais do falecido, caso puderem e quiserem fazer parte da Cooperativa nos termos deste Estatuto.

Artigo 20 - A Cooperativa receberá depósitos de seus associados e a eles poderá conceder empréstimos, mediante entre outros requisitos, a serem estabelecidos pelo Conselho de Administração:

- a) a concessão de empréstimos estará sujeita à fixação prévia de montante e prazos máximos, de modo a atender ao maior número de solicitantes;
- b) serem associados há mais de 30 (trinta) dias, contados da data de pagamento da primeira parcela de subscrição de capital, observada as proporcionalidades entre subscrição de capital e limite do crédito solicitado.

Capítulo V

Administração e Fiscalização

Artigo 21 - A Cooperativa exerce sua ação pelos seguintes órgãos:

- I - Assembléia Geral;
- II - Conselho de Administração;
- III - Conselho Fiscal.

Seção I

Assembléias Gerais

Artigo 22 - A Assembléia Geral dos associados é o órgão supremo da Cooperativa e poderá ser Ordinária ou Extraordinária.

Parágrafo Único - As decisões tomadas em Assembléia, vinculam a todos os associados, ainda que ausentes ou discordantes, bem como aos que tenham sido admitidos após a publicação do Edital de Convocação.

Artigo 23 - As Assembléias Gerais serão convocadas com antecedência mínima de 30 (trinta) dias para a primeira convocação e, 2ª e 3ª convocação, conforme for o caso, no mesmo dia da primeira, com a diferença de meia hora entre uma e outra convocação, desde que assim expressamente conste do respectivo edital.

Artigo 24 - Os editais de convocação das Assembléias Gerais deverão conter obrigatoriamente:

- a) denominação da Cooperativa seguida da expressão: “Convocação da Assembléia Geral”, Ordinária ou Extraordinária;
- b) dia e hora da reunião, em cada convocação, assim como local da sua realização, o qual, salvo motivo justificado, será sempre o da sede social;
- c) ordem do dia dos trabalhos, com as devidas especificações e, em caso de reforma do Estatuto, indicação precisa da matéria;
- d) número de associados existentes na data de expedição do edital, para efeito de cálculo do quorum de instalação;
- e) data, nome, cargo e assinatura do responsável pela convocação.

§ 1º - Os editais de convocação deverão especificar minuciosamente os assuntos a serem deliberados e devendo ser afixados nas dependências da Cooperativa, em locais convenientes e de frequência obrigatória dos associados, além de publicados em jornal de circulação estadual.

§ 2º - No caso da convocação ser feita por associados, o Edital será assinado no mínimo pelos 4 (quatro) primeiros signatários do documento que solicitou a convocação da Assembléia Geral Extraordinária.

Artigo 25 - O quorum mínimo para instalação da Assembléia Geral é o seguinte:

- a) Para a primeira convocação, com 2/3 (dois terços) dos associados, em condições de votarem;
- b) Para a segunda convocação, com metade e mais um dos associados, em condições de votarem;
- c) Para a terceira e última convocação, no mínimo com 1/10 (um décimo) associados, em condições de votarem.

Artigo 26 - A Assembléia Geral será habitualmente convocada pelo Diretor-Presidente, após deliberação do Conselho de Administração, sendo por ele presidida.

Parágrafo Único - A Assembléia Geral poderá ser também convocada pela maioria dos membros do Conselho de Administração, após solicitação não atendida, pelo Conselho Fiscal, ou por 1/5 (um quinto) dos associados, em pleno gozo de seus direitos.

Artigo 27 - Nas Assembléias Gerais que não forem convocadas pelo Diretor- Presidente, os trabalhos serão dirigidos por um associado escolhido por votação na ocasião, a quem competirá também indicar outro associado para, exercer as funções de secretário.

Artigo 28 - Nas Assembléias Gerais em que forem discutidos balanços e contas, o Diretor-Presidente da Cooperativa, logo após a leitura do Relatório do Conselho de Administração, das Peças Contábeis e do Parecer do Conselho Fiscal suspenderá os trabalhos e convidará o plenário a indicar um associado para dirigir os debates e a votação da matéria, após o que, retornará à Presidência.

Artigo 29 - Todas as deliberações decididas pela Assembléia Geral deverão constar de ata circunstanciada, lavrada em livro próprio, lida, aprovada, assinada pelos membros presentes e por uma comissão de 10 (dez) associados designada pela Assembléia .

§1º - As decisões das Assembléias Gerais são tomadas pelo voto pessoal dos presentes, com direito de votar.

§2º - Os associados que residem a mais de 50 km (cinquenta quilômetros) da sede da Cooperativa poderão ser representados por delegados que tenham qualidade de associado no gozo de seus direitos sociais e que não exerçam cargos eletivos na Cooperativa.

§ 3º - Na Assembléia, cada associado terá direito a um voto, qualquer que seja o número de suas quotas-partes. A seccional será representada por até 5 (cinco) delegados, os quais disporão, cada um de até 10 (dez) votos delegados.

§ 4º - Constituem grupos seccionais à reunião dos associados residentes em um mesmo município ou municípios limítrofes, que estejam a mais de 50 km da sede da Cooperativa.

§ 5º - Os delegados serão escolhidos pelos próprios associados entre os associados locais.

§ 6º - Caberá ao Conselho de Administração, por intermédio de seu órgão executivo emitir as credenciais, no prazo mínimo de 5 (cinco) dias antes da Assembléia. O credencialimento valerá apenas para uma única Assembléia Geral, extinguindo-se ao final dos trabalhos, salvo na hipótese da realização de duas Assembléias na mesma data.

§ 7º - O delegado que vier a perder a qualidade de associado, perderá também automaticamente sua credencial.

§ 8º - Os associados integrantes de grupos seccionais que não sejam delegados podem comparecer às Assembléias Gerais, contudo, sem direito de opinar e votar.

§ 9º - Nas Assembléias Gerais os delegados podem decidir todas as matérias que, nos termos da lei ou do estatuto, constituam a ordem do dia.

Artigo 30 - Os ocupantes de cargos eletivos não poderão votar nas decisões sobre assuntos que a eles se refiram de maneira direta ou indireta, entre os quais os de prestação de contas, mas não ficam privados de tomar parte nos debates referente à matéria.

Parágrafo Único - Aplica-se o caput deste artigo às pessoas que sejam ou que tenham sido empregados da Cooperativa.

Artigo 31 - É de competência das Assembléias Gerais, Ordinárias ou Extraordinárias, a destituição dos membros do Conselho de Administração ou Conselho Fiscal em face de causas que a justifiquem.

Subseção I

Assembléia Geral Ordinária

Artigo 32 - A Assembléia Geral Ordinária realizar-se-á obrigatoriamente uma vez por ano, no decorrer dos três primeiros meses, após o encerramento do exercício social, cabendo-lhe especialmente deliberar sobre:

a) a prestação de contas do 1º e 2º semestres do exercício anterior, compreendendo o relatório da gestão, os Balanços, os Demonstrativos da Conta de Sobras ou Perdas, e Parecer do Conselho Fiscal;

b) decidir o destino das sobras ou repartir as perdas;

c) eleger ou reeleger os ocupantes de cargos eletivos;

d) aprovar os planos de trabalho formulados pelo Conselho de Administração para o exercício seguinte;

e) criar de fundos para fins específicos, não previstos no Estatuto, fixando modo de formação, aplicação e liquidação.

Parágrafo Único - As deliberações da Assembléia Geral Ordinária serão tomadas pela maioria simples de votos.

Subseção II

Assembléia Geral Extraordinária

Artigo 33 - A Assembléia Geral Extraordinária realizar-se-á sempre que necessário e poderá deliberar sobre qualquer assunto de interesse da Cooperativa, desde que mencionado no Edital de Convocação.

Artigo 34 - É de competência exclusiva da Assembléia Geral Extraordinária deliberar sobre os seguintes assuntos:

a) a reforma do Estatuto;

b) a fusão, incorporação ou desmembramento;

c) a mudança do objetivo social;

d) a dissolução voluntária da Cooperativa e nomeação do liquidante ou liquidantes;

e) a tomada de contas dos liquidantes;

f) outros assuntos relevantes a critério do Conselho de Administração.

§ 1º - A deliberação que vise mudança de forma jurídica, implica em dissolução e subsequente liquidação da Cooperativa, sendo necessários os votos de 2/3 (dois terços) dos associados presentes, com direito a voto, para tornarem válidas as deliberações de que trata a alínea "a", deste artigo;

§ 2º - As deliberações sobre demais assuntos serão tomadas pela maioria simples de votos.

Seção II

Conselho de Administração.

Artigo 35- A Cooperativa será administrada por um Conselho de Administração composto por 9 (nove) membros efetivos, e 3 (três) suplentes, todos associados, pessoas físicas, dos quais 3 (três) exercerão as funções executivas de Diretor Presidente, Diretor Financeiro e Diretor Administrativo, eleitos pela Assembléia Geral, para um mandato de 2 (dois) anos, permitida a reeleição por uma só vez, observada a renovação de 1/3 (um terço) de seus membros.

§ 1º Estão impedidos de compor o Conselho de Administração os parentes entre si, até o segundo grau, em linha reta ou colateral, bem como os cônjuges.

§ 2º O Diretor Administrativo, exercerá as funções de Secretário Geral do Conselho de Administração.

§ 3º Os membros do Conselho de Administração, serão substituídos nas suas faltas e sucedidos nos casos de vaga, respeitadas as disposições deste Estatuto.

§ 4º Os membros do Conselho de Administração, não serão pessoalmente responsáveis pelas obrigações que contraírem em nome da Cooperativa, mas responderão solidariamente pelos prejuízos que causarem em virtude de atos de má gestão, dolo ou culpa.

§ 5º Os membros do Conselho de Administração, que participarem de ato ou operação social, em que oculte a natureza da Cooperativa, podem ser declarados pessoalmente responsáveis pela obrigações em nome dela contraídas, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

Artigo 36 - O associado que, numa operação, tiver interesse oposto ao da Cooperativa, poderá participar das deliberações que sobre a mesma versarem, devendo no entanto, acusar o seu impedimento.

Artigo 37 - O membro do Conselho de Administração que vier a ser tornar inelegível nos termos deste Estatuto, perderá o cargo, cabendo ao órgão respectivo sua declaração de vacância.

Artigo 38 - Compete ao Conselho de Administração, dentro dos limites da Lei e deste Estatuto, atendidas as recomendações e decisões da Assembléia Geral, através de sua Diretoria Executiva, superintender os trabalhos desenvolvidos pela Cooperativa, planejando e traçando as normas gerais para todas as suas operações e exercendo controle absoluto sobre seus resultados, e cabendo-lhe ainda privativamente:

- a) aprovar a programação as operações, tendo em vista os recursos disponíveis e as necessidades financeiras dos associado;
- b) fixar, periodicamente, os montantes e prazos máximos para empréstimos, observados os limites legais, bem como a taxa de juros e outros emolumentos, de modo a garantir a estabilidade do patrimônio da cooperativa e a atender o maior número de associados;
- c) regulamentar e supervisionar os serviços administrativos da Cooperativa;
- d) escolher a instituição financeira onde serão depositados os saldos de numerários existentes;
- e) elaborar e aprovar os Regimentos Internos e o Regulamento Eleitoral;
- f) aprovar a contratação de gerentes e ou executivos ou auditores independentes;
- g) julgar os recursos interpostos pelos associados eliminados;
- h) contrair obrigações, transigir, ceder, direitos e delegar poderes ao Diretor-Presidente ou ao seu substituto legal, ou a outro executivo contratado ou nomeado, nos termos deste Estatuto;
- i) estabelecer normas de controle das operações, verificando, mensalmente, o estado economico-financeiro da Cooperativa, através dos balancetes, informes financeiros, e demonstrativos específicos;
- j) autorizar a aquisição ou a alienação de bens móveis;
- l) autorizar a aquisição, alienação, ou a oneração de bens imóveis, mediante aprovação prévia da Assembléia Geral;
- m) por maioria simples, convocar a Assembléia Geral Extraordinária, quando assim entender necessário;
- n) reunir-se, ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que isto for necessário;
- o) autorizar membro do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal ou da Diretoria Executiva a transacionar operações de crédito com a Cooperativa;
- p) zelar pelo cumprimento dos princípios cooperativistas, bem como da legislação em geral;
- q) decidir sobre os casos omissos;
- r) praticar quaisquer atos de gestão, que visem o cumprimento dos objetivos sociais da Cooperativa.

Artigo 39 - O Conselho de Administração, reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês, em dia e hora previamente fixados e, extraordinariamente sempre que necessário, por proposta de seu Diretor-Presidente, observado em qualquer caso, os seguintes requisitos:

- a) as reuniões só poderão se instalar e funcionar com a presença mínima de 5 (cinco) membros em efetivo exercício;
- b) as deliberações serão tomadas por maioria simples, cabendo ao Diretor- Presidente, além de seu voto pessoal, o voto de desempate;
- c) os assuntos tratados e as conseqüentes deliberações constarão em atas lavradas em livro próprio, as quais serão assinadas pelos presentes.

Artigo 40- Será automaticamente destituído do Conselho de Administração o membro que deixar de comparecer a três reuniões consecutivas ou a cinco alternadas no período de um ano, sem apresentar motivo justificável, a juízo dos demais membros.

Parágrafo Único - Reduzindo-se o Conselho a apenas 4 membros, o seu Presidente e na sua ausência o mais velho dos remanescentes, convocará Assembléia Geral Extraordinária para decidir pela eleição de um novo Conselho de Administração, ou pela designação de novos membros para completarem o mandato em vigor.

Artigo 41 - Os membros do Conselho de Administração e Fiscal respondem solidariamente, pelas obrigações assumidas durante sua gestão, até que as mesmas sejam aprovadas pela Assembléia Geral.

§1º - O membro do Conselho de Administração ou Fiscal, bem como os liquidantes respondem, a qualquer tempo, pelos atos que tiverem sua participação, equiparando-se aos administradores de sociedades anônimas para efeitos de responsabilidade civil e criminal.

§ 2º - A Cooperativa, através dos ocupantes dos cargos eletivos, ou representada por associado ou associados escolhidos por Assembléia Geral, tem direito de ação contra quaisquer administradores para promover sua responsabilidade, sem prejuízo do direito que couber a casa associado individualmente.

Subseção Única

Da Diretoria Executiva, dos Diretores, suas competências e atribuições:

Artigo 42 - Os ocupantes dos cargos executivos de Diretor Presidente, Diretor Financeiro e Diretor Administrativo, serão eleitos na forma do artigo 35 deste Estatuto, para um mandato de 2 (dois) anos, e constituirão a Diretoria Executiva da Cooperativa.

§ 1º - Os ocupantes dos cargos executivos, poderão ser destituídos ou substituídos, a qualquer tempo, mediante aprovação por maioria absoluta dos membros do Conselho de Administração, ad referendum de Assembléia geral Extraordinária especialmente convocada para este fim.

§ 2º - O membro titular de cargo executivo substituído poderá completar o seu mandato como integrante do Conselho de Administração.

§ 3º - Nos impedimentos eventuais, o Diretor Presidente será substituído pelo Diretor Tesoureiro e este pelo Diretor Administrativo e na sua falta por membro suplente especialmente convocado.

§ 4º - As substituições exercidas por mais de 90 (noventa) dias, exceto quando no interesse da Cooperativa serão consideradas definitivas, cabendo ao Conselho de Administração efetiva-las ou proceder a redistribuição dos cargos se for o caso, tudo ad referendum da Assembléia geral Extraordinária.

Artigo 43 - Compete a Diretoria Executiva, dentro dos limites da Lei e deste Estatuto, atendidas as decisões ou recomendações do Conselho de Administração e da Assembléia Geral:

- a) programar e planejar as operações da Cooperativa e controlar seus resultados;
- b) adquirir, alienar ou onerar bens móveis;
- c) adquirir bens imóveis, podendo onera-los ou aliena-los, somente por determinação expressa do Conselho de Administração;
- d) contrair obrigações, transigir e constituir mandatários;
- e) fixar salário, pró-labore e outras vantagens retributórias ouvido o Conselho de Administração;
- f) fixar horário de expediente da Cooperativa, nos termos da legislação vigente;
- g) fixar normas para concessão de empréstimo, desde que não colidam com este Estatuto ou outro dispositivo legal;
- h) fixar os critérios para admissão e demissão dos empregados em geral, bem como contratar gerente, auditor independente ou qualquer outro profissional, quando for o caso;
- i) reunir-se ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente quando necessário;
- j) decidir sobre a concessão de empréstimo e ou outras atribuições que fogem da competência do Diretor-Presidente;
- l) baixar normas administrativas;
- m) excluir, mediante processo administrativo, com duração máxima de 60 dias para sua conclusão, o associado, enquadrado na hipóteses previstas no artigo 10 deste Estatuto;
- n) dirimir dúvidas em geral.

Artigo 44 - Será automaticamente destituído da Diretoria Executiva o membro que deixar de comparecer a 3 (três) reuniões consecutivas ou cinco alternadas, durante o ano, sem apresentar motivo justificável, a juízo do membros do Conselho de Administração.

Artigo 45 - Os membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, bem como os liquidantes respondem a qualquer tempo, pelos atos omissos ou praticados, equiparando-se aos administradores de sociedades anônimas para o efeito de responsabilidade criminal.

Artigo 46 - Qualquer associado por si, ou grupo de associados escolhidos em Assembléia Geral, tem direito de ação contra quaisquer membros da Diretoria Executiva, bem como, membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, para promover responsabilidades, em caso de má gestão.

Artigo 47 Compete ao Diretor Presidente, além da direção geral Cooperativa, as seguintes atribuições:

- a) supervisionar e superintender as operações e atividades da Cooperativa, fazendo cumprir as decisões das Assembléias Gerais, dos Conselho de Administração e Fiscal e da Diretoria Executiva;
- b) assinar e ou endossar com o Diretor Financeiro os cheques emitidos ou recebidos pela Cooperativa, e assinar com Diretor Administrativo os instrumentos de procuração, contratos, acordos, convênios e demais documentos;
- c) convocar e presidir as reuniões do Conselho de Administração;
- d) convocar Assembléia Geral Ordinária;
- e) convocar Assembléia Geral Extraordinária, cuja realização tenha sido decidida pelo Conselho de Administração;

- f) participar de congressos, seminários, e cursos de cunho cooperativista;
- g) decidir sobre pedidos de empréstimos até o limite de 15.000 (quinze mil) quotas;
- h) presidir as Assembléias Gerais, observadas as ressalvas estatutárias;
- i) assinar correspondências externas;
- j) admitir, demitir e aplicar sanções administrativas aos empregados, nos termos da legislação vigente;
- l) representar a Cooperativa ativa ou passivamente, judicial ou extra judicialmente;
- m) exercer todos os demais atos de gestão que visem o cumprimento dos objetivos sociais da Cooperativa.

Artigo 48 - Compete ao Diretor Financeiro:

- a) substituir eventualmente o Diretor-Presidente nos seus impedimentos;
- b) assinar, conjuntamente com o Diretor-Presidente os cheques emitidos pela Cooperativa e endossá-los para depósito bancário;
- c) ter sob sua guarda e responsabilidade a documentação financeira pertinente à Cooperativa;
- d) apresentar mensalmente à Diretoria Executiva o balancete e a previsão de receitas e despesas para o mês seguinte;
- e) supervisionar, orientar e fiscalizar os trabalhos da tesouraria e contabilidade;
- f) apresentar, mensalmente à Diretoria Executiva, relação de inadimplentes;
- g) ter sobre controle o recebimento de créditos e débitos dos associados;
- h) colocar à disposição da Diretoria Executiva os documentos financeiros, prestando esclarecimentos, quando solicitados.

Artigo 49 - Compete ao Diretor Administrativo:

- a) substituir eventualmente o Diretor Financeiro;
- b) assinar, conjuntamente com o Diretor-Presidente, no impedimento do Diretor Financeiro, os cheques emitidos pela Cooperativa e endossá-los para depósito bancário;
- c) lavrar ou coordenar a lavratura das Atas das Assembléias Gerais, do Conselho de Administração e das reuniões da Diretoria Executiva;
- d) fazer publicar os editais de convocação das Assembléias Gerais;
- e) afixar no quadro próprio de avisos os atos e mandados da Diretoria Executiva, para conhecimento dos associados;
- f) dar conhecimento à Diretoria Executiva das correspondências recebidas;
- h) preparar a Ordem do Dia para as reuniões;
- i) ter sob sua guarda e proteção toda documentação pertinente à Cooperativa exceto aquelas relacionadas à área financeira;
- j) exercer todas as atividades administrativas, não privativas dos demais membros da Diretoria Executiva;
- l) exercer as funções de Secretário Geral do Conselho de Administração.

Seção III

Do Conselho Fiscal

Artigo 50 - O Conselho Fiscal é composto de 3 (três) membros efetivos, respectivamente Presidente, Secretário e Vogal e 3 (três) Suplentes, com mandato de um ano, eleitos pela Assembléia Geral nos termos deste Estatuto, sendo permitida apenas a reeleição de 1/3 (um terço) dos membros efetivos e 1/3 (um terço) dos membros suplentes.

Parágrafo Único - O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente toda vez que for necessário.

Artigo 51 - O Conselho Fiscal exercerá assídua fiscalização sobre todas operações e atividades da Cooperativa, investigando fatos, colhendo informações, examinando livros e documentos.

Artigo 52 - As deliberações do Conselho Fiscal constarão de relatórios, onde os tópicos principais serão transcritos, mesmo em resumo, em atas respectivas, lavradas em livro próprio e assinadas ao final das reuniões pelos Membros presentes.

Capítulo VI

Das Eleições e do Processo Eleitoral

Artigo 53 - As eleições do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal serão efetuadas pelo sistema de chapas completas, realizadas em Assembléia Geral Ordinária, regendo-se por este Estatuto e supletivamente pelo Regulamento Eleitoral a ser baixado pelo Conselho de Administração.

Artigo 54 - O sufrágio é direto, o voto é secreto, podendo em caso de inscrição de uma única chapa, optar-se pelo sistema de aclamação.

Artigo 55 - Somente podem concorrer às eleições, candidatos que integrem chapa completa, e que sejam associados há pelo menos dois anos ininterruptos e que estejam com suas obrigações em dia, na data da publicação do edital de convocação da Assembléia Geral das eleições.

Artigo 56 - O Edital de convocação dos associados para a Assembléia Geral Ordinária em que se realizar a eleição dos membros, será publicado em jornal grande circulação estadual, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, e as comunicações complementares expedidas a partir da data da publicação.

Artigo 57 - A inscrição das chapas concorrentes ao Conselho de Administração far-se-á no período compreendido entre a data da publicação do Edital de convocação para a respectiva Assembléia Geral até quinze (15) dias antes da sua realização.

Parágrafo Único - A inscrição das chapas para o Conselho Fiscal, quando não ocorrer eleição do Conselho de Administração, deverá ser feita até 15 (quinze) dias antes da realização da respectiva Assembléia Geral.

Artigo 58 - A inscrição das chapas para o Conselho de Administração e Conselho Fiscal realizar-se-á na sede da Cooperativa nos prazos estabelecidos, em dias úteis, no horário comercial, devendo ser utilizado, para tal fim, o livro de Registro de Inscrição de Chapas, e para sua efetivação será verificado se seus componentes preenchem os requisitos dos art. 55 e 59 deste estatuto.

Artigo 59 - As chapas concorrentes aos cargos do Conselhos de Administração e Fiscal, além de sua denominação, deverão apresentar:

a) - Relação nominal dos concorrentes, com os respectivos número de inscrição constante no livro de matrícula da Sociedade;

- b) - Autorização por escrito de cada candidato para sua inscrição;
- c) - Indicação de 2 (dois) fiscais para acompanharem a votação e apuração, os quais estarão impedidos de concorrer a cargos na respectiva eleição.

Parágrafo Único - Os candidatos, individualmente deverão apresentar, para fins do registro de chapa que integram, o seguintes documentos;

- a) - Declaração de bens do Imposto de Renda;
- b) - Declaração de elegibilidade, conforme artigos 51 e 56, parágrafo primeiro da lei 5764/71;
- c) - Certidão negativa do Cartório de Protesto onde tenha residido no últimos 5 (cinco) anos;

Artigo 60 - Formalizado o registro, não será admitido substituição de candidato, salvo morte ou invalidez comprovada até o momento da instalação da Assembléia Geral.

Capítulo VII

Do Balanço, das Sobras ou Perdas e dos Fundos

Artigo 61 - O Balanço Geral, incluindo o confronto entre receitas e despesas, mais depreciações, será levantado semestralmente em 30 de junho e 31 de dezembro.

§ 1º - Das sobras verificadas serão deduzidas as seguintes taxas:

- I) 10% (dez por cento) no mínimo para o Fundo de Reserva;
- II) 5% (cinco por cento) no mínimo para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social;
- a) - O Fundo previsto no inciso II deste artigo será executado mediante convênio com a Associação Beneficente dos Policiais Militares de Santa Catarina.

§ 2º - Aprovado o Balanço, após as deduções, as aplicações das sobras líquidas serão determinadas pela própria Assembléia Geral Ordinária.

§ 3º - As perdas verificadas, que não tenham cobertura no Fundo de reserva serão rateadas entre os associados, após a aprovação do Balanço, na proporção das operações que houver realizado com a Cooperativa.

§ 4º - Os resultados de cada semestre, sobras ou perdas, serão distintos entre si, sendo submetidos às decisões da Assembléia Geral.

Capítulo VIII

Da Dissolução e da Liquidação

Artigo 62 - A Cooperativa se dissolverá nos casos abaixo especificados, oportunidade em que deverão ser nomeados um ou mais liquidantes e um Conselho Fiscal de 3 (três) membros especialmente eleito para esse fim.

- a) quando assim o deliberar a Assembléia Geral, desde que os associados, totalizando o número mínimo exigido pelo artigo 3º deste Estatuto, não se disponham a assegurar a sua continuidade;
- b) devido a alteração de sua forma jurídica;
- c) pela redução do número mínimo de associados ou do capital social mínimo se, até a Assembléia Geral subsequente, realizada em prazo não inferior a 6 (seis) meses, os mesmos não forem restabelecidos;
- d) pelo cancelamento da autorização para funcionar;
- e) pela paralisação das suas atividades por mais de 120 (cento e vinte) dias.

Artigo 63 - A Assembléia Geral, nos limites de suas atribuições, poderá em qualquer época destituir os liquidantes e os membros do Conselho de Administração e Fiscal, designando seus substitutos.

Artigo 64 - Os liquidantes terão todos os poderes normais de administração, bem como para praticar atos e operações necessárias à realização do ativo e pagamento do passivo.

Artigo 65 - Qualquer reforma no Estatuto Social entrará em vigor após a aprovação pelo Banco Central, registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina.

Capítulo IX

Das Disposições Gerais

Artigo 66 - A Cooperativa para o seu melhor desempenho técnico, administrativo e financeiro poderá, por decisão do Conselho de Administração, filiar-se à Central das Cooperativas de Crédito do Estado de Santa Catarina.

Artigo 67 - São condições básicas para o exercício de quaisquer cargos da Cooperativa:

- a) ter reputação ilibada, aferida através do exame de informações cadastrais e certidões negativas judiciais;
- b) não ter tido conta encerrada por uso indevido de cheques;
- c) não ter participado, como sócio ou administrador de firma ou sociedade que, no período de sua participação ou administração, ou logo após, tenha tido títulos protestados por falta de pagamento ou tenha conta corrente bancária encerrada por uso indevido de cheques;
- d) não ser falido ou concordatário nem ter participado de firmas ou sociedades que se tenham subordinado aqueles regimes;
- e) não ter participado da administração financeira de empresa ou sociedade cuja autorização de funcionamento tenha sido cassada ou não prorrogada, ou que esteve ou esteja em liquidação extrajudicial, concordata, falência ou sob intervenção do Governo;
- f) não haver parentesco até o segundo grau, em linha reta ou colateral entre qualquer membro do Conselho de Administração, ou Fiscal, ou da Diretoria Executiva;
- g) não exercer cargo de direção em outra Cooperativa de crédito.

Parágrafo Único - Independentemente dessas restrições, são inelegíveis, além das pessoas impedidas por lei, aqueles que tenham sido condenados, a perda de cargo público ou que os inabilite ao seu exercício ainda que temporariamente, ou por crime falimentar, ou contra a economia popular.

Artigo 68 - Qualquer reforma estatutária, para que possa entrar em vigor, depende de expressa autorização do Banco Central do Brasil.

Artigo 69 - A Cooperativa submeterá à aprovação do Banco Central do Brasil, no prazo de 30 dias, os nomes dos associados eleitos para o Conselho de Administração e Fiscal.

ANEXO III

LEI Nº 5.764, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1971.

Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Da Política Nacional de Cooperativismo

Art. 1º Compreende-se como Política Nacional de Cooperativismo a atividade decorrente das iniciativas ligadas ao sistema cooperativo, originárias de setor público ou privado, isoladas ou coordenadas entre si, desde que reconhecido seu interesse público.

Art. 2º As atribuições do Governo Federal na coordenação e no estímulo às atividades de cooperativismo no território nacional serão exercidas na forma desta Lei e das normas que surgirem em sua decorrência.

Parágrafo único. A ação do Poder Público se exercerá, principalmente, mediante prestação de assistência técnica e de incentivos financeiros e creditórios especiais, necessários à criação, desenvolvimento e integração das entidades cooperativas.

CAPÍTULO II

Das Sociedades Cooperativas

Art. 3º Celebram contrato de sociedade cooperativa as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem objetivo de lucro.

Art. 4º As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades pelas seguintes características:

I - adesão voluntária, com número ilimitado de associados, salvo impossibilidade técnica de prestação de serviços;

II - variabilidade do capital social representado por quotas-partes;

III - limitação do número de quotas-partes do capital para cada associado, facultado, porém, o estabelecimento de critérios de proporcionalidade, se assim for mais adequado para o cumprimento dos objetivos sociais;

IV - inaccessibilidade das quotas-partes do capital a terceiros, estranhos à sociedade;

V - singularidade de voto, podendo as cooperativas centrais, federações e confederações de cooperativas, com exceção das que exerçam atividade de crédito, optar pelo critério da proporcionalidade;

VI - quorum para o funcionamento e deliberação da Assembléia Geral baseado no número de associados e não no capital;

VII - retorno das sobras líquidas do exercício, proporcionalmente às operações realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário da Assembléia Geral;

VIII - indivisibilidade dos fundos de Reserva e de Assistência Técnica Educacional e Social;

IX - neutralidade política e indiscriminação religiosa, racial e social;

X - prestação de assistência aos associados, e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa;

XI - área de admissão de associados limitada às possibilidades de reunião, controle, operações e prestação de serviços.

CAPÍTULO III

Do Objetivo e Classificação das Sociedades Cooperativas

Art. 5º As sociedades cooperativas poderão adotar por objeto qualquer gênero de serviço, operação ou atividade, assegurando-se-lhes o direito exclusivo e exigindo-se-lhes a obrigação do uso da expressão "cooperativa" em sua denominação.

Parágrafo único. É vedado às cooperativas o uso da expressão "Banco".

Art. 6º As sociedades cooperativas são consideradas:

I - singulares, as constituídas pelo número mínimo de 20 (vinte) pessoas físicas, sendo excepcionalmente permitida a admissão de pessoas jurídicas que tenham por objeto as mesmas ou correlatas atividades econômicas das pessoas físicas ou, ainda, aquelas sem fins lucrativos;

II - cooperativas centrais ou federações de cooperativas, as constituídas de, no mínimo, 3 (três) singulares, podendo, excepcionalmente, admitir associados individuais;

III - confederações de cooperativas, as constituídas, pelo menos, de 3 (três) federações de cooperativas ou cooperativas centrais, da mesma ou de diferentes modalidades.

§ 1º Os associados individuais das cooperativas centrais e federações de cooperativas serão inscritos no Livro de Matrícula da sociedade e classificados em grupos visando à transformação, no futuro, em cooperativas singulares que a elas se filiarão.

§ 2º A exceção estabelecida no item II, in fine, do caput deste artigo não se aplica às centrais e federações que exerçam atividades de crédito.

Art. 7º As cooperativas singulares se caracterizam pela prestação direta de serviços aos associados.

Art. 8º As cooperativas centrais e federações de cooperativas objetivam organizar, em comum e em maior escala, os serviços econômicos e assistenciais de interesse das filiadas, integrando e orientando suas atividades, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços.

Parágrafo único. Para a prestação de serviços de interesse comum, é permitida a constituição de cooperativas centrais, às quais se associem outras cooperativas de objetivo e finalidades diversas.

Art. 9º As confederações de cooperativas têm por objetivo orientar e coordenar as atividades das filiadas, nos casos em que o vulto dos empreendimentos transcender o âmbito de capacidade ou conveniência de atuação das centrais e federações.

Art. 10. As cooperativas se classificam também de acordo com o objeto ou pela natureza das atividades desenvolvidas por elas ou por seus associados.

§ 1º Além das modalidades de cooperativas já consagradas, caberá ao respectivo órgão controlador apreciar e caracterizar outras que se apresentem.

§ 2º Serão consideradas mistas as cooperativas que apresentarem mais de um objeto de atividades.

§ 3º Somente as cooperativas agrícolas mistas poderão criar e manter seção de crédito.

Art. 11. As sociedades cooperativas serão de responsabilidade limitada, quando a responsabilidade do associado pelos compromissos da sociedade se limitar ao valor do capital por ele subscrito.

Art. 12. As sociedades cooperativas serão de responsabilidade ilimitada, quando a responsabilidade do associado pelos compromissos da sociedade for pessoal, solidária e não tiver limite.

Art. 13. A responsabilidade do associado para com terceiros, como membro da sociedade, somente poderá ser invocada depois de judicialmente exigida da cooperativa.

CAPÍTULO IV

Da Constituição das Sociedades Cooperativas

Art. 14. A sociedade cooperativa constitui-se por deliberação da Assembléia Geral dos fundadores, constantes da respectiva ata ou por instrumento público.

Art. 15. O ato constitutivo, sob pena de nulidade, deverá declarar:

I - a denominação da entidade, sede e objeto de funcionamento;

II - o nome, nacionalidade, idade, estado civil, profissão e residência dos associados, fundadores que o assinaram, bem como o valor e número da quota-parte de cada um;

III - aprovação do estatuto da sociedade;

IV - o nome, nacionalidade, estado civil, profissão e residência dos associados eleitos para os órgãos de administração, fiscalização e outros.

Art. 16. O ato constitutivo da sociedade e os estatutos, quando não transcritos naquele, serão assinados pelos fundadores.

SEÇÃO I

Da Autorização de Funcionamento

Art. 17. A cooperativa constituída na forma da legislação vigente apresentará ao respectivo órgão executivo federal de controle, no Distrito Federal, Estados ou Territórios, ou ao órgão local para isso credenciado, dentro de 30 (trinta) dias da data da constituição, para fins de autorização, requerimento acompanhado de 4 (quatro) vias do ato constitutivo, estatuto e lista nominativa, além de outros documentos considerados necessários.

Art. 18. Verificada, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de entrada em seu protocolo, pelo respectivo órgão executivo federal de controle ou órgão local para isso credenciado, a existência de condições de funcionamento da cooperativa em constituição, bem como a regularidade da documentação apresentada, o órgão controlador devolverá, devidamente autenticadas, 2 (duas) vias à cooperativa, acompanhadas de documento dirigido à Junta Comercial do Estado, onde a entidade estiver sediada, comunicando a aprovação do ato constitutivo da requerente.

§ 1º Dentro desse prazo, o órgão controlador, quando julgar conveniente, no interesse do fortalecimento do sistema, poderá ouvir o Conselho Nacional de Cooperativismo, caso em que não se verificará a aprovação automática prevista no parágrafo seguinte.

§ 2º A falta de manifestação do órgão controlador no prazo a que se refere este artigo implicará a aprovação do ato constitutivo e o seu subsequente arquivamento na Junta Comercial respectiva.

§ 3º Se qualquer das condições citadas neste artigo não for atendida satisfatoriamente, o órgão ao qual compete conceder a autorização dará ciência ao requerente, indicando as exigências a serem cumpridas no prazo de 60 (sessenta) dias, findos os quais, se não atendidas, o pedido será automaticamente arquivado.

§ 4º À parte é facultado interpor da decisão proferida pelo órgão controlador, nos Estados, Distrito Federal ou Territórios, recurso para a respectiva administração central, dentro do prazo

de 30 (trinta) dias contado da data do recebimento da comunicação e, em segunda e última instância, ao Conselho Nacional de Cooperativismo, também no prazo de 30 (trinta) dias, exceção feita às cooperativas de crédito, às seções de crédito das cooperativas agrícolas mistas, e às cooperativas habitacionais, hipótese em que o recurso será apreciado pelo Conselho Monetário Nacional, no tocante às duas primeiras, e pelo Banco Nacional de Habitação em relação às últimas.

§ 5º Cumpridas as exigências, deverá o despacho do deferimento ou indeferimento da autorização ser exarado dentro de 60 (sessenta) dias, findos os quais, na ausência de decisão, o requerimento será considerado deferido. Quando a autorização depender de dois ou mais órgãos do Poder Público, cada um deles terá o prazo de 60 (sessenta) dias para se manifestar.

§ 6º Arquivados os documentos na Junta Comercial e feita a respectiva publicação, a cooperativa adquire personalidade jurídica, tornando-se apta a funcionar.

§ 7º A autorização caducará, independentemente de qualquer despacho, se a cooperativa não entrar em atividade dentro do prazo de 90 (noventa) dias contados da data em que forem arquivados os documentos na Junta Comercial.

§ 8º Cancelada a autorização, o órgão de controle expedirá comunicação à respectiva Junta Comercial, que dará baixa nos documentos arquivados.

§ 9º A autorização para funcionamento das cooperativas de habitação, das de crédito e das seções de crédito das cooperativas agrícolas mistas subordina-se ainda, à política dos respectivos órgãos normativos.

§ 10. A criação de seções de crédito nas cooperativas agrícolas mistas será submetida à prévia autorização do Banco Central do Brasil.

Art. 19. A cooperativa escolar não estará sujeita ao arquivamento dos documentos de constituição, bastando remetê-los ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, ou respectivo órgão local de controle, devidamente autenticados pelo diretor do estabelecimento de ensino ou a maior autoridade escolar do município, quando a cooperativa congregar associações de mais de um estabelecimento de ensino.

Art. 20. A reforma de estatutos obedecerá, no que couber, ao disposto nos artigos anteriores, observadas as prescrições dos órgãos normativos.

SEÇÃO II

Do Estatuto Social

Art. 21. O estatuto da cooperativa, além de atender ao disposto no artigo 4º, deverá indicar:

I - a denominação, sede, prazo de duração, área de ação, objeto da sociedade, fixação do exercício social e da data do levantamento do balanço geral;

II - os direitos e deveres dos associados, natureza de suas responsabilidades e as condições de admissão, demissão, eliminação e exclusão e as normas para sua representação nas assembleias gerais;

III - o capital mínimo, o valor da quota-parte, o mínimo de quotas-partes a ser subscrito pelo associado, o modo de integralização das quotas-partes, bem como as condições de sua retirada nos casos de demissão, eliminação ou de exclusão do associado;

IV - a forma de devolução das sobras registradas aos associados, ou do rateio das perdas apuradas por insuficiência de contribuição para cobertura das despesas da sociedade;

V - o modo de administração e fiscalização, estabelecendo os respectivos órgãos, com definição de suas atribuições, poderes e funcionamento, a representação ativa e passiva da sociedade em

juízo ou fora dele, o prazo do mandato, bem como o processo de substituição dos administradores e conselheiros fiscais;

VI - as formalidades de convocação das assembléias gerais e a maioria requerida para a sua instalação e validade de suas deliberações, vedado o direito de voto aos que nelas tiverem interesse particular sem privá-los da participação nos debates;

VII - os casos de dissolução voluntária da sociedade;

VIII - o modo e o processo de alienação ou oneração de bens imóveis da sociedade;

IX - o modo de reformar o estatuto;

X - o número mínimo de associados.

CAPÍTULO V

Dos Livros

Art. 22. A sociedade cooperativa deverá possuir os seguintes livros:

I - de Matrícula;

II - de Atas das Assembléias Gerais;

III - de Atas dos Órgãos de Administração;

IV - de Atas do Conselho Fiscal;

V - de presença dos Associados nas Assembléias Gerais;

VI - outros, fiscais e contábeis, obrigatórios.

Parágrafo único. É facultada a adoção de livros de folhas soltas ou fichas.

Art. 23. No Livro de Matrícula, os associados serão inscritos por ordem cronológica de admissão, dele constando:

I - o nome, idade, estado civil, nacionalidade, profissão e residência do associado;

II - a data de sua admissão e, quando for o caso, de sua demissão a pedido, eliminação ou exclusão;

III - a conta corrente das respectivas quotas-partes do capital social.

CAPÍTULO VI

Do Capital Social

Art. 24. O capital social será subdividido em quotas-partes, cujo valor unitário não poderá ser superior ao maior salário mínimo vigente no País.

§ 1º Nenhum associado poderá subscrever mais de 1/3 (um terço) do total das quotas-partes, salvo nas sociedades em que a subscrição deva ser diretamente proporcional ao movimento financeiro do cooperado ou ao quantitativo dos produtos a serem comercializados, beneficiados ou transformados, ou ainda, em relação à área cultivada ou ao número de plantas e animais em exploração.

§ 2º Não estão sujeitas ao limite estabelecido no parágrafo anterior as pessoas jurídicas de direito público que participem de cooperativas de eletrificação, irrigação e telecomunicações.

§ 3º É vedado às cooperativas distribuírem qualquer espécie de benefício às quotas-partes do capital ou estabelecer outras vantagens ou privilégios, financeiros ou não, em favor de quaisquer associados ou terceiros excetuando-se os juros até o máximo de 12% (doze por cento) ao ano que incidirão sobre a parte integralizada.

Art. 25. Para a formação do capital social poder-se-á estipular que o pagamento das quotas-partes seja realizado mediante prestações periódicas, independentemente de chamada, por meio de contribuições ou outra forma estabelecida a critério dos respectivos órgãos executivos federais.

Art. 26. A transferência de quotas-partes será averbada no Livro de Matrícula, mediante termo que conterá as assinaturas do cedente, do cessionário e do diretor que o estatuto designar.

Art. 27. A integralização das quotas-partes e o aumento do capital social poderão ser feitos com bens avaliados previamente e após homologação em Assembléia Geral ou mediante retenção de determinada porcentagem do valor do movimento financeiro de cada associado.

§ 1º O disposto neste artigo não se aplica às cooperativas de crédito, às agrícolas mistas com seção de crédito e às habitacionais.

§ 2º Nas sociedades cooperativas em que a subscrição de capital for diretamente proporcional ao movimento ou à expressão econômica de cada associado, o estatuto deverá prever sua revisão periódica para ajustamento às condições vigentes.

CAPÍTULO VII

Dos Fundos

Art. 28. As cooperativas são obrigadas a constituir:

I - Fundo de Reserva destinado a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades, constituído com 10% (dez por cento), pelo menos, das sobras líquidas do exercício;

II - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social, destinado a prestação de assistência aos associados, seus familiares e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa, constituído de 5% (cinco por cento), pelo menos, das sobras líquidas apuradas no exercício.

§ 1º Além dos previstos neste artigo, a Assembléia Geral poderá criar outros fundos, inclusive rotativos, com recursos destinados a fins específicos fixando o modo de formação, aplicação e liquidação.

§ 2º Os serviços a serem atendidos pelo Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social poderão ser executados mediante convênio com entidades públicas e privadas.

CAPÍTULO VIII

Dos Associados

Art. 29. O ingresso nas cooperativas é livre a todos que desejarem utilizar os serviços prestados pela sociedade, desde que adiram aos propósitos sociais e preencham as condições estabelecidas no estatuto, ressalvado o disposto no artigo 4º, item I, desta Lei.

§ 1º A admissão dos associados poderá ser restrita, a critério do órgão normativo respectivo, às pessoas que exerçam determinada atividade ou profissão, ou estejam vinculadas a determinada entidade.

§ 2º Poderão ingressar nas cooperativas de pesca e nas constituídas por produtores rurais ou extrativistas, as pessoas jurídicas que pratiquem as mesmas atividades econômicas das pessoas físicas associadas.

§ 3º Nas cooperativas de eletrificação, irrigação e telecomunicações, poderão ingressar as pessoas jurídicas que se localizem na respectiva área de operações.

§ 4º Não poderão ingressar no quadro das cooperativas os agentes de comércio e empresários que operem no mesmo campo econômico da sociedade.

Art. 30. À exceção das cooperativas de crédito e das agrícolas mistas com seção de crédito, a admissão de associados, que se efetive mediante aprovação de seu pedido de ingresso pelo órgão de administração, complementa-se com a subscrição das quotas-partes de capital social e a sua assinatura no Livro de Matrícula.

Art. 31. O associado que aceitar e estabelecer relação empregatícia com a cooperativa, perde o direito de votar e ser votado, até que sejam aprovadas as contas do exercício em que ele deixou o emprego.

Art. 32. A demissão do associado será unicamente a seu pedido.

Art. 33. A eliminação do associado é aplicada em virtude de infração legal ou estatutária, ou por fato especial previsto no estatuto, mediante termo firmado por quem de direito no Livro de Matrícula, com os motivos que a determinaram.

Art. 34. A diretoria da cooperativa tem o prazo de 30 (trinta) dias para comunicar ao interessado a sua eliminação.

Parágrafo único. Da eliminação cabe recurso, com efeito suspensivo à primeira Assembléia Geral.

Art. 35. A exclusão do associado será feita:

I - por dissolução da pessoa jurídica;

II - por morte da pessoa física;

III - por incapacidade civil não suprida;

IV - por deixar de atender aos requisitos estatutários de ingresso ou permanência na cooperativa.

Art. 36. A responsabilidade do associado perante terceiros, por compromissos da sociedade, perdura para os demitidos, eliminados ou excluídos até quando aprovadas as contas do exercício em que se deu o desligamento.

Parágrafo único. As obrigações dos associados falecidos, contraídas com a sociedade, e as oriundas de sua responsabilidade como associado em face de terceiros, passam aos herdeiros, prescrevendo, porém, após um ano contado do dia da abertura da sucessão, ressalvados os aspectos peculiares das cooperativas de eletrificação rural e habitacionais.

Art. 37. A cooperativa assegurará a igualdade de direitos dos associados sendo-lhe defeso:

I - remunerar a quem agence novos associados;

II - cobrar prêmios ou ágio pela entrada de novos associados ainda a título de compensação das reservas;

III - estabelecer restrições de qualquer espécie ao livre exercício dos direitos sociais.

CAPÍTULO IX

Dos Órgãos Sociais

SEÇÃO I

Das Assembléias Gerais

Art. 38. A Assembléia Geral dos associados é o órgão supremo da sociedade, dentro dos limites legais e estatutários, tendo poderes para decidir os negócios relativos ao objeto da sociedade e tomar as resoluções convenientes ao desenvolvimento e defesa desta, e suas deliberações vinculam a todos, ainda que ausentes ou discordantes.

§ 1º As Assembléias Gerais serão convocadas com antecedência mínima de 10 (dez) dias, em primeira convocação, mediante editais afixados em locais apropriados das dependências comumente mais freqüentadas pelos associados, publicação em jornal e comunicação aos associados por intermédio de circulares. Não havendo no horário estabelecido, quorum de instalação, as assembléias poderão ser realizadas em segunda ou terceira convocações desde que assim permitam os estatutos e conste do respectivo edital, quando então será observado o intervalo mínimo de 1 (uma) hora entre a realização por uma ou outra convocação.

§ 2º A convocação será feita pelo Presidente, ou por qualquer dos órgãos de administração, pelo Conselho Fiscal, ou após solicitação não atendida, por 1/5 (um quinto) dos associados em pleno gozo dos seus direitos.

§ 3º As deliberações nas Assembléias Gerais serão tomadas por maioria de votos dos associados presentes com direito de votar.

Art. 39. É da competência das Assembléias Gerais, ordinárias ou extraordinárias, a destituição dos membros dos órgãos de administração ou fiscalização.

Parágrafo único. Ocorrendo destituição que possa afetar a regularidade da administração ou fiscalização da entidade, poderá a Assembléia designar administradores e conselheiros provisórios, até a posse dos novos, cuja eleição se efetuará no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Art. 40. Nas Assembléias Gerais o quorum de instalação será o seguinte:

I - 2/3 (dois terços) do número de associados, em primeira convocação;

II - metade mais 1 (um) dos associados em segunda convocação;

III - mínimo de 10 (dez) associados na terceira convocação ressalvado o caso de cooperativas centrais e federações e confederações de cooperativas, que se instalarão com qualquer número.

Art. 41. Nas Assembléias Gerais das cooperativas centrais, federações e confederações de cooperativas, a representação será feita por delegados indicados na forma dos seus estatutos e credenciados pela diretoria das respectivas filiadas.

Parágrafo único. Os grupos de associados individuais das cooperativas centrais e federações de cooperativas serão representados por 1 (um) delegado, escolhida entre seus membros e credenciado pela respectiva administração.

Art. 42. Nas cooperativas singulares, cada associado presente não terá direito a mais de 1 (um) voto, qualquer que seja o número de suas quotas-partes. *(Redação dada ao caput e §§ pela Lei nº 6.981, de 30/03/82)*

§ 1º Não será permitida a representação por meio de mandatário.

§ 2º Quando o número de associados, nas cooperativas singulares exceder a 3.000 (três mil), pode o estatuto estabelecer que os mesmos sejam representados nas Assembléias Gerais por delegados que tenham a qualidade de associados no gozo de seus direitos sociais e não exerçam cargos eletivos na sociedade.

§ 3º O estatuto determinará o número de delegados, a época e forma de sua escolha por grupos seccionais de associados de igual número e o tempo de duração da delegação.

§ 4º Admitir-se-á, também, a delegação definida no parágrafo anterior nas cooperativas singulares cujo número de associados seja inferior a 3.000 (três mil), desde que haja filiados residindo a mais de 50 km (cinquenta quilômetros) da sede.

§ 5º Os associados, integrantes de grupos seccionais, que não sejam delegados, poderão comparecer às Assembléias Gerais, privados, contudo, de voz e voto.

§ 6º As Assembléias Gerais compostas por delegados decidem sobre todas as matérias que, nos termos da lei ou dos estatutos, constituem objeto de decisão da assembléia geral dos associados.

Art. 43. Prescreve em 4 (quatro) anos, a ação para anular as deliberações da Assembléia Geral viciadas de erro, dolo, fraude ou simulação, ou tomadas com violação da lei ou do estatuto, contado o prazo da data em que a Assembléia foi realizada.

SEÇÃO II

Das Assembléias Gerais Ordinárias

Art. 44. A Assembléia Geral Ordinária, que se realizará anualmente nos 3 (três) primeiros meses após o término do exercício social, deliberará sobre os seguintes assuntos que deverão constar da ordem do dia:

I - prestação de contas dos órgãos de administração acompanhada de parecer do Conselho Fiscal, compreendendo:

a) relatório da gestão;

b) balanço;

c) demonstrativo das sobras apuradas ou das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da sociedade e o parecer do Conselho Fiscal.

II - destinação das sobras apuradas ou rateio das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da sociedade, deduzindo-se, no primeiro caso as parcelas para os Fundos Obrigatórios;

III - eleição dos componentes dos órgãos de administração, do Conselho Fiscal e de outros, quando for o caso;

IV - quando previsto, a fixação do valor dos honorários, gratificações e cédula de presença dos membros do Conselho de Administração ou da Diretoria e do Conselho Fiscal;

V - quaisquer assuntos de interesse social, excluídos os enumerados no artigo 46.

§ 1º Os membros dos órgãos de administração e fiscalização não poderão participar da votação das matérias referidas nos itens I e IV deste artigo.

§ 2º À exceção das cooperativas de crédito e das agrícolas mistas com seção de crédito, a aprovação do relatório, balanço e contas dos órgãos de administração, desonera seus componentes de responsabilidade, ressalvados os casos de erro, dolo, fraude ou simulação, bem como a infração da lei ou do estatuto.

SEÇÃO III

Das Assembléias Gerais Extraordinárias

Art. 45. A Assembléia Geral Extraordinária realizar-se-á sempre que necessário e poderá deliberar sobre qualquer assunto de interesse da sociedade, desde que mencionado no edital de convocação.

Art. 46. É da competência exclusiva da Assembléia Geral Extraordinária deliberar sobre os seguintes assuntos:

I - reforma do estatuto;

II - fusão, incorporação ou desmembramento;

III - mudança do objeto da sociedade;

IV - dissolução voluntária da sociedade e nomeação de liquidantes;

V - contas do liquidante.

Parágrafo único. São necessários os votos de 2/3 (dois terços) dos associados presentes, para tornar válidas as deliberações de que trata este artigo.

SEÇÃO IV

Dos Órgãos de Administração

Art. 47. A sociedade será administrada por uma Diretoria ou Conselho de Administração, composto exclusivamente de associados eleitos pela Assembléia Geral, com mandato nunca superior a 4 (quatro) anos, sendo obrigatória a renovação de, no mínimo, 1/3 (um terço) do Conselho de Administração.

§ 1º O estatuto poderá criar outros órgãos necessários à administração.

§ 2º A posse dos administradores e conselheiros fiscais das cooperativas de crédito e das agrícolas mistas com seção de crédito e habitacionais fica sujeita à prévia homologação dos respectivos órgãos normativos.

Art. 48. Os órgãos de administração podem contratar gerentes técnicos ou comerciais, que não pertençam ao quadro de associados, fixando-lhes as atribuições e salários.

Art. 49. Ressalvada a legislação específica que rege as cooperativas de crédito, as seções de crédito das cooperativas agrícolas mistas e as de habitação, os administradores eleitos ou contratados não serão pessoalmente responsáveis pelas obrigações que contraírem em nome da sociedade, mas responderão solidariamente pelos prejuízos resultantes de seus atos, se procederem com culpa ou dolo.

Parágrafo único. A sociedade responderá pelos atos a que se refere a última parte deste artigo se os houver ratificado ou deles logrado proveito.

Art. 50. Os participantes de ato ou operação social em que se oculte a natureza da sociedade podem ser declarados pessoalmente responsáveis pelas obrigações em nome dela contraídas, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

Art. 51. São inelegíveis, além das pessoas impedidas por lei, os condenados a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade.

Parágrafo único. Não podem compor uma mesma Diretoria ou Conselho de Administração, os parentes entre si até 2º (segundo) grau, em linha reta ou colateral.

Art. 52. O diretor ou associado que, em qualquer operação, tenha interesse oposto ao da sociedade, não pode participar das deliberações referentes a essa operação, cumprindo-lhe acusar o seu impedimento.

Art. 53. Os componentes da Administração e do Conselho fiscal, bem como os liquidantes, equiparam-se aos administradores das sociedades anônimas para efeito de responsabilidade criminal.

Art. 54. Sem prejuízo da ação que couber ao associado, a sociedade, por seus diretores, ou representada pelo associado escolhido em Assembléia Geral, terá direito de ação contra os administradores, para promover sua responsabilidade.

Art. 55. Os empregados de empresas que sejam eleitos diretores de sociedades cooperativas pelos mesmos criadas, gozarão das garantias asseguradas aos dirigentes sindicais pelo artigo 543 da Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943).

SEÇÃO V

Do Conselho Fiscal

Art. 56. A administração da sociedade será fiscalizada, assídua e minuciosamente, por um Conselho Fiscal, constituído de 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes, todos associados

eleitos anualmente pela Assembléia Geral, sendo permitida apenas a reeleição de 1/3 (um terço) dos seus componentes.

§ 1º Não podem fazer parte do Conselho Fiscal, além dos inelegíveis enumerados no artigo 51, os parentes dos diretores até o 2º (segundo) grau, em linha reta ou colateral, bem como os parentes entre si até esse grau.

§ 2º O associado não pode exercer cumulativamente cargos nos órgãos de administração e de fiscalização.

CAPÍTULO X

Fusão, Incorporação e Desmembramento

Art. 57. Pela fusão, duas ou mais cooperativas formam nova sociedade.

§ 1º Deliberada a fusão, cada cooperativa interessada indicará nomes para comporem comissão mista que procederá aos estudos necessários à constituição da nova sociedade, tais como o levantamento patrimonial, balanço geral, plano de distribuição de quotas-partes, destino dos fundos de reserva e outros e o projeto de estatuto.

§ 2º Aprovado o relatório da comissão mista e constituída a nova sociedade em Assembléia Geral conjunta os respectivos documentos serão arquivados, para aquisição de personalidade jurídica, na Junta Comercial competente, e duas vias dos mesmos, com a publicação do arquivamento, serão encaminhadas ao órgão executivo de controle ou ao órgão local credenciado.

§ 3º Exclui-se do disposto no parágrafo anterior a fusão que envolver cooperativas que exerçam atividades de crédito. Nesse caso, aprovado o relatório da comissão mista e constituída a nova sociedade em Assembléia Geral conjunta, a autorização para funcionar e o registro dependerão de prévia anuência do Banco Central do Brasil.

Art. 58. A fusão determina a extinção das sociedades que se unem para formar a nova sociedade que lhe sucederá nos direitos e obrigações.

Art. 59. Pela incorporação, uma sociedade cooperativa absorve o patrimônio, recebe os associados, assume as obrigações e se investe nos direitos de outra ou outras cooperativas.

Parágrafo único. Na hipótese prevista neste artigo, serão obedecidas as mesmas formalidades estabelecidas para a fusão, limitadas as avaliações ao patrimônio da ou das sociedades incorporandas.

Art. 60. As sociedades cooperativas poderão desmembrar-se em tantas quantas forem necessárias para atender aos interesses dos seus associados, podendo uma das novas entidades ser constituída como cooperativa central ou federação de cooperativas, cujas autorizações de funcionamento e os arquivamentos serão requeridos conforme o disposto nos artigos 17 e seguintes.

Art. 61. Deliberado o desmembramento, a Assembléia designará uma comissão para estudar as providências necessárias à efetivação da medida.

§ 1º O relatório apresentado pela comissão, acompanhado dos projetos de estatutos das novas cooperativas, será apreciado em nova Assembléia especialmente convocada para esse fim.

§ 2º O plano de desmembramento preverá o rateio, entre as novas cooperativas, do ativo e passivo da sociedade desmembrada.

§ 3º No rateio previsto no parágrafo anterior, atribuir-se-á a cada nova cooperativa parte do capital social da sociedade desmembrada em quota correspondente à participação dos associados que passam a integrá-la.

§ 4º Quando uma das cooperativas for constituída como cooperativa central ou federação de cooperativas, prever-se-á o montante das quotas-partes que as associadas terão no capital social.

Art. 62. Constituídas as sociedades e observado o disposto nos artigos 17 e seguintes, proceder-se-á às transferências contábeis e patrimoniais necessárias à concretização das medidas adotadas.

CAPÍTULO XI

Da Dissolução e Liquidação

Art. 63. As sociedades cooperativas se dissolvem de pleno direito:

I - quando assim deliberar a Assembléia Geral, desde que os associados, totalizando o número mínimo exigido por esta Lei, não se disponham a assegurar a sua continuidade;

II - pelo decurso do prazo de duração;

III - pela consecução dos objetivos predeterminados;

IV - devido à alteração de sua forma jurídica;

V - pela redução do número mínimo de associados ou do capital social mínimo se, até a Assembléia Geral subsequente, realizada em prazo não inferior a 6 (seis) meses, eles não forem restabelecidos;

VI - pelo cancelamento da autorização para funcionar;

VII - pela paralisação de suas atividades por mais de 120 (cento e vinte) dias.

Parágrafo único. A dissolução da sociedade importará no cancelamento da autorização para funcionar e do registro.

Art. 64. Quando a dissolução da sociedade não for promovida voluntariamente, nas hipóteses previstas no artigo anterior, a medida poderá ser tomada judicialmente a pedido de qualquer associado ou por iniciativa do órgão executivo federal.

Art. 65. Quando a dissolução for deliberada pela Assembléia Geral, esta nomeará um liquidante ou mais, e um Conselho Fiscal de 3 (três) membros para proceder à sua liquidação.

§ 1º O processo de liquidação só poderá ser iniciado após a audiência do respectivo órgão executivo federal.

§ 2º A Assembléia Geral, nos limites de suas atribuições, poderá, em qualquer época, destituir os liquidantes e os membros do Conselho Fiscal, designando os seus substitutos.

Art. 66. Em todos os atos e operações, os liquidantes deverão usar a denominação da cooperativa, seguida da expressão: "Em liquidação".

Art. 67. Os liquidantes terão todos os poderes normais de administração podendo praticar atos e operações necessários à realização do ativo e pagamento do passivo.

Art. 68. São obrigações dos liquidantes:

I - providenciar o arquivamento, na junta Comercial, da Ata da Assembléia Geral em que foi deliberada a liquidação;

II - comunicar à administração central do respectivo órgão executivo federal e ao Banco Nacional de Crédito Cooperativo S/A., a sua nomeação, fornecendo cópia da Ata da Assembléia Geral que decidiu a matéria;

III - arrecadar os bens, livros e documentos da sociedade, onde quer que estejam;

IV - convocar os credores e devedores e promover o levantamento dos créditos e débitos da sociedade;

V - proceder nos 15 (quinze) dias seguintes ao de sua investidura e com a assistência, sempre que possível, dos administradores, ao levantamento do inventário e balanço geral do ativo e passivo;

VI - realizar o ativo social para saldar o passivo e reembolsar os associados de suas quotas-partes, destinando o remanescente, inclusive o dos fundos indivisíveis, ao Banco Nacional de Crédito Cooperativo S/A.;

VII - exigir dos associados a integralização das respectivas quotas-partes do capital social não realizadas, quando o ativo não bastar para solução do passivo;

VIII - fornecer aos credores a relação dos associados, se a sociedade for de responsabilidade ilimitada e se os recursos apurados forem insuficientes para o pagamento das dívidas;

IX - convocar a Assembléia Geral, cada 6 (seis) meses ou sempre que necessário, para apresentar relatório e balanço do estado da liquidação e prestar contas dos atos praticados durante o período anterior;

X - apresentar à Assembléia Geral, finda a liquidação, o respectivo relatório e as contas finais;

XI - averbar, no órgão competente, a Ata da Assembléia Geral que considerar encerrada a liquidação.

Art. 69. As obrigações e as responsabilidades dos liquidantes regem-se pelos preceitos peculiares aos dos administradores da sociedade liquidanda.

Art. 70. Sem autorização da Assembléia não poderá o liquidante gravar de ônus os móveis e imóveis, contrair empréstimos, salvo quando indispensáveis para o pagamento de obrigações inadmissíveis, nem prosseguir, embora para facilitar a liquidação, na atividade social.

Art. 71. Respeitados os direitos dos credores preferenciais, pagará o liquidante as dívidas sociais proporcionalmente e sem distinção entre vencidas ou não.

Art. 72. A Assembléia Geral poderá resolver, antes de ultimada a liquidação, mas depois de pagos os credores, que o liquidante faça rateios por antecipação da partilha, à medida em que se apurem os haveres sociais.

Art. 73. Solucionado o passivo, reembolsados os cooperados até o valor de suas quotas-partes e encaminhado o remanescente conforme o estatuído, convocará o liquidante Assembléia Geral para prestação final de contas.

Art. 74. Aprovadas as contas, encerra-se a liquidação e a sociedade se extingue, devendo a ata da Assembléia ser arquivada na Junta Comercial e publicada.

Parágrafo único. O associado discordante terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação da ata, para promover a ação que couber.

Art. 75. A liquidação extrajudicial das cooperativas poderá ser promovida por iniciativa do respectivo órgão executivo federal, que designará o liquidante, e será processada de acordo com a legislação específica e demais disposições regulamentares, desde que a sociedade deixe de oferecer condições operacionais, principalmente por constatada insolvência.

§ 1º A liquidação extrajudicial, tanto quanto possível, deverá ser precedida de intervenção na sociedade.

§ 2º Ao interventor, além dos poderes expressamente concedidos no ato de intervenção, são atribuídas funções, prerrogativas e obrigações dos órgãos de administração.

Art. 76. A publicação no Diário Oficial, da ata da Assembléia Geral da sociedade, que deliberou sua liquidação, ou da decisão do órgão executivo federal quando a medida for de sua iniciativa, implicará a sustação de qualquer ação judicial contra a cooperativa, pelo prazo de 1 (um) ano, sem prejuízo, entretanto, da fluência dos juros legais ou pactuados e seus acessórios.

Parágrafo único. Decorrido o prazo previsto neste artigo, sem que, por motivo relevante, esteja encerrada a liquidação, poderá ser o mesmo prorrogado, no máximo por mais 1 (um) ano, mediante decisão do órgão citado no artigo, publicada, com os mesmos efeitos, no Diário Oficial.

Art. 77. Na realização do ativo da sociedade, o liquidante deverá:

I - mandar avaliar, por avaliadores judiciais ou de Instituições Financeiras Públicas, os bens de sociedade;

II - proceder à venda dos bens necessários ao pagamento do passivo da sociedade, observadas, no que couber, as normas constantes dos artigos 117 e 118 do Decreto-Lei n. 7.661, de 21 de junho de 1945.

Art. 78. A liquidação das cooperativas de crédito e da seção de crédito das cooperativas agrícolas mistas reger-se-á pelas normas próprias legais e regulamentares.

CAPÍTULO XII

Do Sistema Operacional das Cooperativas

SEÇÃO I

Do Ato Cooperativo

Art. 79. Denominam-se atos cooperativos os praticados entre as cooperativas e seus associados, entre estes e aquelas e pelas cooperativas entre si quando associados, para a consecução dos objetivos sociais.

Parágrafo único. O ato cooperativo não implica operação de mercado, nem contrato de compra e venda de produto ou mercadoria.

SEÇÃO II

Das Distribuições de Despesas

Art. 80. As despesas da sociedade serão cobertas pelos associados mediante rateio na proporção direta da fruição de serviços.

Parágrafo único. A cooperativa poderá, para melhor atender à equanimidade de cobertura das despesas da sociedade, estabelecer:

I - rateio, em partes iguais, das despesas gerais da sociedade entre todos os associados, quer tenham ou não, no ano, usufruído dos serviços por ela prestados, conforme definidas no estatuto;

II - rateio, em razão diretamente proporcional, entre os associados que tenham usufruído dos serviços durante o ano, das sobras líquidas ou dos prejuízos verificados no balanço do exercício, excluídas as despesas gerais já atendidas na forma do item anterior.

Art. 81. A cooperativa que tiver adotado o critério de separar as despesas da sociedade e estabelecido o seu rateio na forma indicada no parágrafo único do artigo anterior deverá levantar separadamente as despesas gerais.

SEÇÃO III

Das Operações da Cooperativa

Art. 82. A cooperativa que se dedicar a vendas em comum poderá registrar-se como armazém geral e, nessa condição, expedir "Conhecimentos de Depósitos" e Warrants para os produtos de seus associados conservados em seus armazéns, próprios ou arrendados, sem prejuízo da emissão de outros títulos decorrentes de suas atividades normais, aplicando-se, no que couber, a legislação específica.

§ 1º Para efeito deste artigo, os armazéns da cooperativa se equiparam aos "Armazéns Gerais", com as prerrogativas e obrigações destes, ficando os componentes do Conselho de Administração ou Diretoria Executiva, emitente do título, responsáveis pessoal e solidariamente, pela boa guarda e conservação dos produtos vinculados, respondendo criminal e civilmente pelas declarações

constantes do título, como também por qualquer ação ou omissão que acarrete o desvio, deterioração ou perda dos produtos.

§ 2º Observado o disposto no § 1º, as cooperativas poderão operar unidades de armazenagem, embalagem e frigorificação, bem como armazéns gerais alfandegários, nos termos do disposto no Capítulo IV da Lei n. 5.025, de 10 de junho de 1966.

Art. 83. A entrega da produção do associado à sua cooperativa significa a outorga a esta de plenos poderes para a sua livre disposição, inclusive para gravá-la e dá-la em garantia de operações de crédito realizadas pela sociedade, salvo se, tendo em vista os usos e costumes relativos à comercialização de determinados produtos, sendo de interesse do produtor, os estatutos dispuserem de outro modo.

Art. 84. As cooperativas de crédito rural e as seções de crédito das cooperativas agrícolas mistas só poderão operar com associados, pessoas físicas, que de forma efetiva e predominante:

I - desenvolvam, na área de ação da cooperativa, atividades agrícolas, pecuárias ou extrativas;

II - se dediquem a operações de captura e transformação do pescado.

Parágrafo único. As operações de que trata este artigo só poderão ser praticadas com pessoas jurídicas, associadas, desde que exerçam exclusivamente atividades agrícolas, pecuárias ou extrativas na área de ação da cooperativa ou atividade de captura ou transformação do pescado.

Art. 85. As cooperativas agropecuárias e de pesca poderão adquirir produtos de não associados, agricultores, pecuaristas ou pescadores, para completar lotes destinados ao cumprimento de contratos ou suprir capacidade ociosa de instalações industriais das cooperativas que as possuem.

Art. 86. As cooperativas poderão fornecer bens e serviços a não associados, desde que tal faculdade atenda aos objetivos sociais e estejam de conformidade com a presente lei.

Parágrafo único. No caso das cooperativas de crédito e das seções de crédito das cooperativas agrícolas mistas, o disposto neste artigo só se aplicará com base em regras a serem estabelecidas pelo órgão normativo.

Art. 87. Os resultados das operações das cooperativas com não associados, mencionados nos artigos 85 e 86, serão levados à conta do "Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social" e serão contabilizados em separado, de molde a permitir cálculo para incidência de tributos.

Art. 88. Mediante prévia e expressa autorização concedida pelo respectivo órgão executivo federal, consoante as normas e limites instituídos pelo Conselho Nacional de Cooperativismo, poderão as cooperativas participar de sociedades não cooperativas públicas ou privadas, em caráter excepcional, para atendimento de objetivos acessórios ou complementares.

Parágrafo único. As inversões decorrentes dessa participação serão contabilizadas em títulos específicos e seus eventuais resultados positivos levados ao "Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social".

SEÇÃO IV

Dos Prejuízos

Art. 89. Os prejuízos verificados no decorrer do exercício serão cobertos com recursos provenientes do Fundo de Reserva e, se insuficiente este, mediante rateio, entre os associados, na razão direta dos serviços usufruídos, ressalvada a opção prevista no parágrafo único do artigo 80.

SEÇÃO V

Do Sistema Trabalhista

Art. 90. Qualquer que seja o tipo de cooperativa, não existe vínculo empregatício entre ela e seus associados.

Art. 91. As cooperativas igualam-se às demais empresas em relação aos seus empregados para os fins da legislação trabalhista e previdenciária.

CAPÍTULO XIII

Da Fiscalização e Controle

Art. 92. A fiscalização e o controle das sociedades cooperativas, nos termos desta lei e dispositivos legais específicos, serão exercidos, de acordo com o objeto de funcionamento, da seguinte forma:

I - as de crédito e as seções de crédito das agrícolas mistas pelo Banco Central do Brasil;

II - as de habitação pelo Banco Nacional de Habitação;

III - as demais pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

§ 1º Mediante autorização do Conselho Nacional de Cooperativismo, os órgãos controladores federais, poderão solicitar, quando julgarem necessário, a colaboração de outros órgãos administrativos, na execução das atribuições previstas neste artigo.

§ 2º As sociedades cooperativas permitirão quaisquer verificações determinadas pelos respectivos órgãos de controle, prestando os esclarecimentos que lhes forem solicitados, além de serem obrigadas a remeter-lhes anualmente a relação dos associados admitidos, demitidos, eliminados e excluídos no período, cópias de atas, de balanços e dos relatórios do exercício social e parecer do Conselho Fiscal.

Art. 93. O Poder Público, por intermédio da administração central dos órgãos executivos federais competentes, por iniciativa própria ou solicitação da Assembleia Geral ou do Conselho Fiscal, intervirá nas cooperativas quando ocorrer um dos seguintes casos:

I - violação contumaz das disposições legais;

II - ameaça de insolvência em virtude de má administração da sociedade;

III - paralisação das atividades sociais por mais de 120 (cento e vinte) dias consecutivos;

IV - inobservância do artigo 56, § 2º.

Parágrafo único. Aplica-se, no que couber, às cooperativas habitacionais, o disposto neste artigo.

Art. 94. Observar-se-á, no processo de intervenção, a disposição constante do § 2º do artigo 75.

CAPÍTULO XIV

Do Conselho Nacional de Cooperativismo

Art. 95. A orientação geral da política cooperativista nacional caberá ao Conselho Nacional de Cooperativismo - CNC, que passará a funcionar junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, com plena autonomia administrativa e financeira, na forma do artigo 172 do Decreto-Lei n. 200, de 25 de fevereiro de 1967, sob a presidência do Ministro da Agricultura e composto de 8 (oito) membros indicados pelos seguintes representados:

I - Ministério do Planejamento e Coordenação Geral;

II - Ministério da Fazenda, por intermédio do Banco Central do Brasil;

III - Ministério do Interior, por intermédio do Banco Nacional da Habitação;

IV - Ministério da Agricultura, por intermédio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, e do Banco Nacional de Crédito Cooperativo S/A.;

V - Organização das Cooperativas Brasileiras.

Parágrafo único. A entidade referida no inciso V deste artigo contará com 3 (três) elementos para fazer-se representar no Conselho.

Art. 96. O Conselho, que deverá reunir-se ordinariamente uma vez por mês, será presidido pelo Ministro da Agricultura, a quem caberá o voto de qualidade, sendo suas resoluções votadas por maioria simples, com a presença, no mínimo de 3 (três) representantes dos órgãos oficiais mencionados nos itens I a IV do artigo anterior.

Parágrafo único. Nos seus impedimentos eventuais, o substituto do Presidente será o Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

Art. 97. Ao Conselho Nacional de Cooperativismo compete:

I - editar atos normativos para a atividade cooperativista nacional;

II - baixar normas regulamentadoras, complementares e interpretativas, da legislação cooperativista;

III - organizar e manter atualizado o cadastro geral das cooperativas nacionais;

IV - decidir, em última instância, os recursos originários de decisões do respectivo órgão executivo federal;

V - apreciar os anteprojetos que objetivam a revisão da legislação cooperativista;

VI - estabelecer condições para o exercício de quaisquer cargos eletivos de administração ou fiscalização de cooperativas;

VII - definir as condições de funcionamento do empreendimento cooperativo, a que se refere o artigo 18;

VIII - votar o seu próprio regimento;

IX - autorizar, onde houver condições, a criação de Conselhos Regionais de Cooperativismo, definindo-lhes as atribuições;

X - decidir sobre a aplicação do Fundo Nacional de Cooperativismo, nos termos do artigo 102 desta Lei;

XI - estabelecer em ato normativo ou de caso a caso, conforme julgar necessário, o limite a ser observado nas operações com não associados a que se referem os artigos 85 e 86.

Parágrafo único. As atribuições do Conselho Nacional de Cooperativismo não se estendem às cooperativas de habitação, às de crédito e às seções de crédito das cooperativas agrícolas mistas, no que forem regidas por legislação própria.

Art. 98. O Conselho Nacional de Cooperativismo - CNC contará com uma Secretaria Executiva que se incumbirá de seus encargos administrativos, podendo seu Secretário Executivo requisitar funcionários de qualquer órgão da Administração Pública.

§ 1º O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Cooperativismo será o Diretor do Departamento de Desenvolvimento Rural do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, devendo o Departamento referido incumbir-se dos encargos administrativos do Conselho Nacional de Cooperativismo.

§ 2º Para os impedimentos eventuais do Secretário Executivo, este indicará à apreciação do Conselho seu substituto.

Art. 99. Compete ao Presidente do Conselho Nacional de Cooperativismo:

I - presidir as reuniões;

II - convocar as reuniões extraordinárias;

III - proferir o voto de qualidade.

Art. 100. Compete à Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Cooperativismo:

- I - dar execução às resoluções do Conselho;
- II - comunicar as decisões do Conselho ao respectivo órgão executivo federal;
- III - manter relações com os órgãos executivos federais, bem assim com quaisquer outros órgãos públicos ou privados, nacionais ou estrangeiros, que possam influir no aperfeiçoamento do cooperativismo;
- IV - transmitir aos órgãos executivos federais e entidade superior do movimento cooperativista nacional todas as informações relacionadas com a doutrina e práticas cooperativistas de seu interesse;
- V - organizar e manter atualizado o cadastro geral das cooperativas nacionais e expedir as respectivas certidões;
- VI - apresentar ao Conselho, em tempo hábil, a proposta orçamentária do órgão, bem como o relatório anual de suas atividades;
- VII - providenciar todos os meios que assegurem o regular funcionamento do Conselho;
- VIII - executar quaisquer outras atividades necessárias ao pleno exercício das atribuições do Conselho.

Art. 101. O Ministério da Agricultura incluirá, em sua proposta orçamentária anual, os recursos financeiros solicitados pelo Conselho Nacional de Cooperativismo - CNC, para custear seu funcionamento.

Parágrafo único. As contas do Conselho Nacional de Cooperativismo - CNC, serão prestadas por intermédio do Ministério da Agricultura, observada a legislação específica que regula a matéria.

Art. 102. Fica mantido, junto ao Banco Nacional de Crédito Cooperativo S/A., o "Fundo Nacional de Cooperativismo", criado pelo Decreto-Lei n. 59, de 21 de novembro de 1966, destinado a prover recursos de apoio ao movimento cooperativista nacional.

§ 1º O Fundo de que trata este artigo será, suprido por:

- I - dotação incluída no orçamento do Ministério da Agricultura para o fim específico de incentivos às atividades cooperativas;
- II - juros e amortizações dos financiamentos realizados com seus recursos;
- III - doações, legados e outras rendas eventuais;
- IV - dotações consignadas pelo Fundo Federal Agropecuário e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

§ 2º Os recursos do Fundo, deduzido o necessário ao custeio de sua administração, serão aplicados pelo Banco Nacional de Crédito Cooperativo S/A., obrigatoriamente, em financiamento de atividades que interessem de maneira relevante o abastecimento das populações, a critério do Conselho Nacional de Cooperativismo.

§ 3º O Conselho Nacional de Cooperativismo poderá, por conta do Fundo, autorizar a concessão de estímulos ou auxílios para execução de atividades que, pela sua relevância sócio-econômica, concorram para o desenvolvimento do sistema cooperativista nacional.

CAPÍTULO XV

Dos Órgãos Governamentais

Art. 103. As cooperativas permanecerão subordinadas, na parte normativa, ao Conselho Nacional de Cooperativismo, com exceção das de crédito, das seções de crédito das agrícolas mistas e das de habitação, cujas normas continuarão a ser baixadas pelo Conselho Monetário Nacional, relativamente às duas primeiras, e Banco Nacional de Habitação, com relação à última, observado o disposto no artigo 92 desta Lei.

Parágrafo único. Os órgãos executivos federais, visando à execução descentralizada de seus serviços, poderão delegar sua competência, total ou parcialmente, a órgãos e entidades da administração estadual e municipal, bem como, excepcionalmente, a outros órgãos e entidades da administração federal.

Art. 104. Os órgãos executivos federais comunicarão todas as alterações havidas nas cooperativas sob a sua jurisdição ao Conselho Nacional de Cooperativismo, para fins de atualização do cadastro geral das cooperativas nacionais.

CAPÍTULO XVI

Da Representação do Sistema Cooperativista

Art. 105. A representação do sistema cooperativista nacional cabe à Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB, sociedade civil, com sede na Capital Federal, órgão técnico-consultivo do Governo, estruturada nos termos desta Lei, sem finalidade lucrativa, competindo-lhe precipuamente:

- a) manter neutralidade política e indiscriminação racial, religiosa e social;
- b) integrar todos os ramos das atividades cooperativistas;
- c) manter registro de todas as sociedades cooperativas que, para todos os efeitos, integram a Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB;
- d) manter serviços de assistência geral ao sistema cooperativista, seja quanto à estrutura social, seja quanto aos métodos operacionais e orientação jurídica, mediante pareceres e recomendações, sujeitas, quando for o caso, à aprovação do Conselho Nacional de Cooperativismo - CNC;
- e) denunciar ao Conselho Nacional de Cooperativismo práticas nocivas ao desenvolvimento cooperativista;
- f) opinar nos processos que lhe sejam encaminhados pelo Conselho Nacional de Cooperativismo;
- g) dispor de setores consultivos especializados, de acordo com os ramos de cooperativismo;
- h) fixar a política da organização com base nas proposições emanadas de seus órgãos técnicos;
- i) exercer outras atividades inerentes à sua condição de órgão de representação e defesa do sistema cooperativista;
- j) manter relações de integração com as entidades congêneres do exterior e suas cooperativas.

§ 1º A Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB, será constituída de entidades, uma para cada Estado, Território e Distrito Federal, criadas com as mesmas características da organização nacional.

§ 2º As Assembleias Gerais do órgão central serão formadas pelos Representantes credenciados das filiadas, 1 (um) por entidade, admitindo-se proporcionalidade de voto.

§ 3º A proporcionalidade de voto, estabelecida no parágrafo anterior, ficará a critério da OCB, baseando-se no número de associados - pessoas físicas e as exceções previstas nesta Lei - que compõem o quadro das cooperativas filiadas.

§ 4º A composição da Diretoria da Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB será estabelecida em seus estatutos sociais.

§ 5º Para o exercício de cargos de Diretoria e Conselho Fiscal, as eleições se processarão por escrutínio secreto, permitida a reeleição para mais um mandato consecutivo.

Art. 106. A atual Organização das Cooperativas Brasileiras e as suas filiadas ficam investidas das atribuições e prerrogativas conferidas nesta Lei, devendo, no prazo de 1 (um) ano, promover a adaptação de seus estatutos e a transferência da sede nacional.

Art. 107. As cooperativas são obrigadas, para seu funcionamento, a registrar-se na Organização das Cooperativas Brasileiras ou na entidade estadual, se houver, mediante apresentação dos estatutos sociais e suas alterações posteriores.

Parágrafo único. Por ocasião do registro, a cooperativa pagará 10% (dez por cento) do maior salário mínimo vigente, se a soma do respectivo capital integralizado e fundos não exceder de 250 (duzentos e cinquenta) salários mínimos, e 50% (cinquenta por cento) se aquele montante for superior.

Art. 108. Fica instituída, além do pagamento previsto no parágrafo único do artigo anterior, a Contribuição Cooperativista, que será recolhida anualmente pela cooperativa após o encerramento de seu exercício social, a favor da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o artigo 105 desta Lei.

§ 1º A Contribuição Cooperativista constituir-se-á de importância correspondente a 0,2% (dois décimos por cento) do valor do capital integralizado e fundos da sociedade cooperativa, no exercício social do ano anterior, sendo o respectivo montante distribuído, por metade, a suas filiadas, quando constituídas.

§ 2º No caso das cooperativas centrais ou federações, a Contribuição de que trata o parágrafo anterior será calculada sobre os fundos e reservas existentes.

§ 3º A Organização das Cooperativas Brasileiras poderá estabelecer um teto à Contribuição Cooperativista, com base em estudos elaborados pelo seu corpo técnico.

CAPÍTULO XVII

Dos Estímulos Creditícios

Art. 109. Caberá ao Banco Nacional de Crédito Cooperativo S/A., estimular e apoiar as cooperativas, mediante concessão de financiamentos necessários ao seu desenvolvimento.

§ 1º Poderá o Banco Nacional de Crédito Cooperativo S/A., receber depósitos das cooperativas de crédito e das seções de crédito das cooperativas agrícolas mistas.

§ 2º Poderá o Banco Nacional de Crédito Cooperativo S/A., operar com pessoas físicas ou jurídicas, estranhas ao quadro social cooperativo, desde que haja benefício para as cooperativas e estas figurem na operação bancária.

§ 3º O Banco Nacional de Crédito Cooperativo S/A., manterá linhas de crédito específicas para as cooperativas, de acordo com o objeto e a natureza de suas atividades, a juros módicos e prazos adequados inclusive com sistema de garantias ajustado às peculiaridades das cooperativas a que se destinam.

§ 4º O Banco Nacional de Crédito Cooperativo S/A., manterá linha especial de crédito para financiamento de quotas-partes de capital.

Art. 110. Fica extinta a contribuição de que trata o artigo 13 do Decreto-Lei n. 60, de 21 de novembro de 1966, com a redação dada pelo Decreto-Lei n. 668, de 3 de julho de 1969.

CAPÍTULO XVIII

Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 111. Serão considerados como renda tributável os resultados positivos obtidos pelas cooperativas nas operações de que tratam os artigos 85, 86 e 88 desta Lei.

Art. 112. O Balanço Geral e o Relatório do exercício social que as cooperativas deverão encaminhar anualmente aos órgãos de controle serão acompanhados, a juízo destes, de parecer

emitido por um serviço independente de auditoria credenciado pela Organização das Cooperativas Brasileiras.

Parágrafo único. Em casos especiais, tendo em vista a sede da Cooperativa, o volume de suas operações e outras circunstâncias dignas de consideração, a exigência da apresentação do parecer pode ser dispensada.

Art. 113. Atendidas as deduções determinadas pela legislação específica, às sociedades cooperativas ficará assegurada primeira prioridade para o recebimento de seus créditos de pessoas jurídicas que efetuem descontos na folha de pagamento de seus empregados, associados de cooperativas.

Art. 114. Fica estabelecido o prazo de 36 (trinta e seis) meses para que as cooperativas atualmente registradas nos órgãos competentes reformulem os seus estatutos, no que for cabível, adaptando-os ao disposto na presente Lei.

Art. 115. As Cooperativas dos Estados, Territórios ou do Distrito Federal, enquanto não constituírem seus órgãos de representação, serão convocadas às Assembléias da OCB, como vogais, com 60 (sessenta) dias de antecedência, mediante editais publicados 3 (três) vezes em jornal de grande circulação local.

Art. 116. A presente Lei não altera o disposto nos sistemas próprios instituídos para as cooperativas de habitação e cooperativas de crédito, aplicando-se ainda, no que couber, o regime instituído para essas últimas às seções de crédito das agrícolas mistas.

Art. 117. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e especificamente o Decreto-Lei n. 59, de 21 de novembro de 1966, bem como o Decreto n. 60.597, de 19 de abril de 1967.

Brasília, 16 de dezembro de 1971; 150º da Independência e 83º da República.

ANEXO IV

RESOLUCAO N. 002608

Aprova o Regulamento que disciplina a constituição e o funcionamento de cooperativas de crédito.

O BANCO CENTRAL DO BRASIL, na forma do art. nove. da Lei n. 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna publico que o CONSELHO MONETARIO NACIONAL, em sessão realizada em 27 de maio de 1999, tendo em vista o disposto nos artes. Quatro. incisos VI e VIII, e 55 da referida Lei e 103 da Lei n. 5.764, de 16 de dezembro de 1971, **R E S O L V E U**:

Art. 1. Aprovar o Regulamento anexo que disciplina a constituição e o funcionamento de cooperativas de crédito.

Parágrafo único. Além da disciplina contida no Regulamento anexo a esta Resolução, devem ser observadas pelas cooperativas de crédito as demais normas legais e regulamentares em vigor a elas aplicáveis.

Art. 2. Não serão concedidas autorizações para o funcionamento de cooperativas de crédito do tipo Luzzatti, bem como para seções de crédito de cooperativas mistas.

Parágrafo 1. No prazo máximo de dois anos, contados da data da entrada em vigor desta Resolução, as cooperativas de crédito do tipo Luzzatti em operação deverão promover reformulação estatutária visando adequação aos dispositivos do Regulamento anexo.

Parágrafo 2. A não observância das disposições do parágrafo anterior implicara cancelamento da autorização para funcionamento da cooperativa.

Art. 3. Fica o Banco Central do Brasil autorizado a baixar as normas e adotar as medidas julgadas necessárias a execução do disposto nesta Resolução.

Art. 4. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5. Ficam revogadas as Resoluções nº 1.556, de 22 de dezembro de 1988, 1.909, de 26 de fevereiro de 1992, 1.914, de 11 de março de 1992, o art. 5. da Resolução n. 2.099, de 17 de agosto de 1994, o parágrafo único do art. 1. da Resolução n. 2.267, de 29 de março de 1996, a Circular n. 2.380, de 18 de novembro de 1993, e a Carta-Circular n. 2.454, de 9 de maio de 1994.

Brasília, 27 de maio de 1999.

Armínio Fraga Neto
Presidente.

**REGULAMENTO ANEXO A RESOLUÇÃO N. 2.608, DE 27 DE MAIO DE 1999,
QUE DISCIPLINA A CONSTITUIÇÃO E O FUNCIONAMENTO DE COOPERATIVAS
DE CRÉDITO.**

CAPITULO I

Da Constituição.

Art. 1. O funcionamento de cooperativas de crédito depende de previa autorização do Banco Central do Brasil, concedida sem ônus e por prazo indeterminado.

Parágrafo único. A autorização de que trata este artigo é concedida para o funcionamento de cooperativas de crédito mútuo e de crédito rural singulares e de cooperativas centrais de crédito constituídas de acordo com a legislação em vigor e este Regulamento.

Art. 2. As cooperativas de crédito singulares devem fazer constar de seus estatutos condições de associação de pessoas físicas que levem em conta, além das disposições legais pertinentes, a existência de afinidades entre os associados, segundo os critérios abaixo delineados, cabendo ao Banco Central do Brasil decidir sobre a adequação das correspondentes cláusulas estatutárias propostas a aprovação:

I - no caso de cooperativas de crédito mutuo:

a) empregados ou servidores e prestadores de serviço em caráter não eventual de:

- 1 - determinada entidade publica ou privada;
- 2 - determinado conglomerado econômico;
- 3 - conjunto definido de órgãos públicos hierárquica ou administrativamente vinculados;
- 4 - conjunto definido de pessoas jurídicas que desenvolvam atividades idênticas ou estreitamente correlacionadas por afinidade ou complementaridade;

b) trabalhadores de:

- 1 - determinada profissão regulamentada;
- 2 - determinada atividade, definida quanto a especialização;
- 3 - conjunto definido de profissões ou atividades cujos objetos sejam idênticos ou estreitamente correlacionados por afinidade ou complementaridade;

II - no caso de cooperativas de crédito rural, pessoas que desenvolvam, na área de atuação da cooperativa, de forma efetiva e predominante, atividades agrícolas, pecuárias ou extrativas, ou se dediquem a operações de captura e transformação do pescado.

Parágrafo 1. As cooperativas de crédito singulares podem também admitir a associação de:

I - seus próprios empregados, os empregados das entidades a elas associadas e daquelas de cujo capital participem;

II - aposentados que, quando em atividade, atendiam aos critérios estatutários de associação;

III - pais, cônjuge ou companheiro(a), viúvo(a) e dependente legal de associado, e pensionista de associado falecido.

Parágrafo 2. Cabe ao Banco Central do Brasil aprovar a área de atuação das cooperativas de crédito prevista em seus estatutos, limitada as possibilidades de reunião, controle, operações e prestação de serviços.

Art. 3. As cooperativas centrais de crédito devem prever, em seus estatutos e normas operacionais, dispositivos que possibilitem prevenir e corrigir situações anormais que possam configurar infrações a normas legais ou regulamentares ou acarretar risco para a solidez das cooperativas singulares e do sistema cooperativo associado, inclusive a possibilidade de constituição de fundo com objetivo de garantir a liquidez do sistema.

Parágrafo 1. Com vistas a atingir os objetivos previstos neste artigo, devem as cooperativas centrais de crédito desempenhar, entre outras, as seguintes funções:

I - supervisionar o funcionamento e realizar auditorias, no mínimo, semestrais em suas filiadas, podendo, para tanto, examinar livros e registros de contabilidade e outros papéis ou documentos ligados as atividades daquelas cooperativas, mantendo a disposição do Banco Central do Brasil os relatórios elaborados por seus supervisores e auditores;

II - supervisionar e coordenar o cumprimento das disposições regulamentares referentes a implementação do sistema de controles internos de suas filiadas;

III - manter departamento responsável pela formação e capacitação de membros de órgãos estatutários, gerentes e associados de cooperativas singulares, bem como de seus próprios supervisores e auditores, ou celebrar convênios com entidades especializadas na área.

Parágrafo 2. As cooperativas centrais, quando detectada qualquer ocorrência anormal, devem comunicar o fato imediatamente ao Banco Central do Brasil e adotar providências para que seja restabelecido o funcionamento regular da cooperativa afetada e do sistema cooperativo associado.

Parágrafo 3. O Banco Central do Brasil poderá especificar critérios de inspeção e avaliação e padrões de apresentação de relatórios resultantes das atividades referidas neste artigo.

Parágrafo 4. As cooperativas centrais devem designar diretor estatutário responsável pelas atividades tratadas neste artigo.

Parágrafo 5. As cooperativas centrais deverão apresentar relatórios referentes as atividades tratadas neste artigo a partir do fechamento do exercício de 1999.

CAPITULO II

Da Administração

Art. 4. É vedado aos membros de órgãos estatutários e aos ocupantes de funções de gerência de cooperativas de crédito participar da administração ou deter 5% (cinco por cento) ou mais do capital de qualquer instituição financeira não cooperativa.

Parágrafo único. Somente é permitida a reeleição, como efetivo ou suplente, de apenas um terço dos membros efetivos e um terço dos membros suplentes do conselho fiscal de cooperativas de crédito.

CAPITULO III

Do Capital e do Patrimônio Líquido

Art. 5. As cooperativas de crédito singulares devem observar os seguintes limites mínimos de capital realizado e patrimônio líquido ajustado (PLA) na forma da regulamentação em vigor:

I - R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), integralizados nos termos da legislação em vigor, para as cooperativas que formalizarem solicitação de autorização após a data de entrada em vigor desta Resolução;

II - R\$ 100.000,00 (cem mil reais) no prazo de dois anos, contado:

a) da data de entrada em vigor desta Resolução, para as cooperativas em funcionamento nessa data;

b) da data de entrada em funcionamento, para as demais cooperativas.

Parágrafo único. As cooperativas filiadas a centrais terão redução de 30% (trinta por cento) nos limites referidos neste artigo e ampliação, para três anos, do prazo referido no inciso II.

Art. 6. As cooperativas centrais de crédito devem observar limites mínimos de capital realizado PLA em montante equivalente a oito vezes os valores básicos estabelecidos no artigo anterior, obedecidos os prazos fixados no mesmo artigo para as suas filiadas.

Art. 7. Para efeito de verificação de atendimento dos limites mínimos de capital e patrimônio líquido das cooperativas de crédito, deverá ser deduzido do respectivo PLA o montante das participações, diretas e indiretas, no capital das instituições a que se referem os incisos I a III do art. 11.

Art. 8. É vedado as cooperativas de crédito:

I - efetuar aumento de capital mediante a retenção de parte do valor dos empréstimos;

II - conceder empréstimo com a finalidade de permitir a subscrição de quotas-partes de seu capital.

Parágrafo único. Não se incluem na vedação de que trata este artigo as cooperativas de crédito rural que estabelecerem em seus estatutos critérios de proporcionalidade, caso em que podem incluir no orçamento de custeio agrícola, pecuário, de industrialização ou beneficiamento, verba necessária a elevação do capital do associado ate atingir o mínimo exigido para a concessão do empréstimo.

CAPITULO IV

Das Operações

Art. 9. As cooperativas de crédito podem praticar as seguintes operações:

I - captação de recursos:

- a) exclusivamente de associados, oriundos de depósitos a vista e depósitos a prazo sem emissão de certificado;
- b) de instituições financeiras, nacionais ou estrangeiras, na forma de empréstimos, repasses, refinanciamentos e outras modalidades de operações de crédito;
- c) de qualquer entidade, na forma de doações, de empréstimos ou repasses, em caráter eventual, isentos de remuneração ou a taxas favorecidas;

II - concessão de créditos, exclusivamente a seus associa dos, incluídos os membros de órgãos estatutários, nas modalidades de:

- a) desconto de títulos;
- b) operações de empréstimo e de financiamento;
- c) crédito rural;
- d) repasses de recursos oriundos de órgãos oficiais e entidades mencionadas no inciso I;

III - aplicações de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com e sem emissão de certificado, observadas eventuais restrições legais e regulamentares específicas de cada aplicação;

IV - prestação de serviços:

- a) de cobrança, de custodia, de correspondente no Pais, de recebimentos e pagamentos por conta de terceiros e sob convenio com instituições publicas e privadas, nos termos da regulamentação aplicável as demais instituições financeiras;
- b) a outras instituições financeiras, mediante convenio, para recebimento e pagamento de

recursos coletados com vistas a aplicação em depósitos, fundos e outras operações disponibilizadas pela instituição conveniente;

V - formalização de convênios com outras instituições financeiras com vistas a:

- a) obter acesso indireto a conta Reservas Bancárias, na forma da regulamentação em vigor;
- b) participar do Serviço de Compensação de Cheques e Outros Papeis (SCCOP);
- c) realizar outros serviços complementares as atividades fins da cooperativa;

VI - outros tipos previstos na regulamentação em vigor ou autorizados pelo Banco Central do Brasil.

Parágrafo 1. Na captação de recursos na forma do inciso I, alínea "a", a cooperativa de crédito deve cientificar o associado, mediante documento formal, de que os depósitos não contam com garantia do Fundo Garantidor de Crédito - FGC.

Parágrafo 2. Na execução dos convênios de que trata o inciso IV, alínea "b", deste artigo, deve ser observado que:

I - compete a cooperativa de crédito manter registros a parte, evidenciando que os recursos coletados ao amparo do mencionado convenio, bem como as remunerações pagas pela instituição financeira, pertencem aos aplicadores, permanecendo segregados de sua contabilidade, e realizar fechamentos diários das posições;

II - compete a instituição financeira conveniente evidenciar, relativamente aos recursos recebidos e suas remunerações, a titularidade dos aplicadores individuais, bem como a condição, da cooperativa conveniada, de simples prestadora de serviços;

III - a instituição financeira conveniente dispensara, aos recursos assim captados, tratamento idêntico ao dispensado as demais captações realizadas junto aos seus clientes diretos, para fins da observância da legislação e regulamentação aplicáveis.

Parágrafo 3. A concessão de crédito a membros de órgãos estatutários devesse observar critérios idênticos aos utilizados para os demais associados.

Parágrafo 4. Os recursos captados ou repassados de outras instituições financeiras:

I - destinados ao crédito rural, deverão ser integralmente aplicados em operações vinculadas aquela finalidade;

II - sem destinação específica, deverão ser integralmente aplicados em operações vinculadas a atividade principal prevista em estatuto.

Art. 10. As cooperativas de crédito devem observar em suas operações:

- I - passivas, o limite de endividamento de cinco vezes o PLA;
- II - ativas, o limite de diversificação de risco de 5% (cinco por cento) do PLA.

Parágrafo 1. Tratando-se de cooperativas centrais e singulares a elas associadas, os limites estabelecidos neste artigo tem acréscimo de 100% (cem por cento) sobre os valores básicos fixados nos incisos I e II.

Parágrafo 2. No cálculo dos limites de que trata este artigo, aplica-se a dedução referente as participações no capital de outras instituições, conforme previsto no art. 7.

Parágrafo 3. O Banco Central do Brasil definirá as obrigações que devem ser computadas para fins de cálculo do endividamento referido neste artigo.

CAPITULO V

Das Disposições Gerais

Art. 11. Respeitada a legislação em vigor, as cooperativas de crédito somente podem participar do capital de:

- I - cooperativas centrais de crédito, no caso de cooperativas singulares;
- II - confederações de cooperativas de crédito, no caso de cooperativas centrais;
- III - instituições financeiras controladas por cooperativas centrais de crédito;
- IV - outras empresas, desde que controladas diretamente pelas cooperativas centrais de crédito e constituídas para prestação de serviços e fornecimento de bens exclusivamente as entidades integrantes dos respectivos sistemas cooperativos;
- V - entidades de representação institucional, de cooperação técnica ou educacional.

Art. 12. O Banco Central do Brasil poderá cancelar a autorização para o funcionamento de cooperativa de crédito cujas atividades se achem paralisadas ou venham a ser paralisadas por mais de cento e vinte dias, ou, ainda, que esteja em regime de liquidação.

Parágrafo único. Caracteriza a paralisação ou o regime de liquidação de que trata este artigo a ocorrência, entre outras, das seguintes hipóteses:

- I - deliberação da assembléia dos cooperados no sentido da paralisação ou liquidação;
- II - apuração pelo Banco Central do Brasil, a qualquer momento, da paralisação, por mais de cento e vinte dias, das atividades da cooperativa, ou do envio dos demonstrativos financeiros, exigidos pela regulamentação em vigor, aquela Autarquia;

III - aviso espontâneo, dirigido pela cooperativa ao Banco Central do Brasil.

Art. 13. As infrações aos dispositivos da legislação em vigor e deste Regulamento, bem como a prática de atos contrários aos princípios cooperativistas, sujeitam os diretores e os membros de conselhos administrativos, consultivos, fiscais e semelhantes de cooperativas de crédito as penalidades da Lei n. 4.595, de 1964, sem prejuízo de outras estabelecidas na legislação em vigor.

Art. 14. A partir do fechamento do exercício de 1999, as cooperativas de crédito singulares não filiadas a centrais devem ter suas demonstrações financeiras, inclusive notas explicativas, exigidas pelas normas legais e regulamentares vigentes, aditadas por auditores independentes registrados na Comissão de Valores Mobiliários.

Parágrafo único. As cooperativas de crédito singulares filiadas a centrais estão dispensadas da observância do disposto neste artigo.

Art. 15. Constatado o descumprimento dos limites de capital e patrimônio líquido estabelecidos neste Regulamento, o Banco Central do Brasil poderá exigir da cooperativa de crédito a apresentação de plano de regularização contendo as medidas previstas para enquadramento e respectivas cronograma de execução.

Parágrafo 1. Os prazos de apresentação do plano de regularização e de cumprimento das medidas para enquadramento e outras condições pertinentes serão determinados pelo Banco Central do Brasil.

Parágrafo 2. A implementação do plano de regularização deverá ser objeto de acompanhamento por parte de auditor independente, que remeterá relatórios mensais ao Banco Central do Brasil.

Parágrafo 3. A falta de apresentação do plano de regularização ou o não enquadramento da cooperativa nos limites tratados neste artigo, dentro dos prazos que forem determinados, são pressupostos para aplicação do disposto no art. 15 da Lei n. 6.024, de 13 de março de 1974.